

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NANDERSON RAFAEL ROSENAU



PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE: TECNOLOGIAS DIGITAIS  
COMO RECURSO PEDAGÓGICO

CURITIBA

2018

NANDERSON RAFAEL ROSENAU

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE: TECNOLOGIAS DIGITAIS  
COMO RECURSO PEDAGÓGICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv

CURITIBA

2018

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR  
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

R813p Rosenau, Nanderson Rafael

Práticas de educação física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico [recurso eletrônico] / Nanderson Rafael Rosenau. – Curitiba, 2018.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, 2018.

Orientador: Sonia Maria Chaves Haracemiv.

1. Educação física. 2. Prisão - Brasil. 3. Jogos educativos. 4. Ressocialização. 5. Tecnologia – Aspectos sociais. 6. Educação de jovens e adultos. I. Universidade Federal do Paraná. II. Haracemiv, Sonia Maria Chaves. III. Título.

CDD: 796

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894


**TERMO DE APROVAÇÃO**


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado Profissional de **NANDERSON RAFAEL ROSENAU**, intitulada: **PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE: TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Outubro de 2018.

  
SONIA MARIA CHAVES HARACÊMIV(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
ARACI ASINELLI DA LUZ(UFPR)  
(Avaliador Interno)

  
MARCELO SILVA DA SILVA(UNISINOS)  
(Avaliador Externo)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, que em sua infinita bondade, tem me permitido a oportunidade de aprender e adquirir uma maior consciência de meu alcance como docente da área de Educação Física, por ser essencial em minha vida, meu guia e socorro presente na hora da angústia.

Agradeço à ilustre banca de qualificação e defesa, Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo Silva da Silva e Prof<sup>a</sup>. Dra. Araci Asinelli da Luz, que de forma digna e gentil sinalizaram caminhos, soluções e novas perspectivas de análise para agregar qualidade a este estudo.

Agradeço à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv pela oportunidade e pelo profundo conhecimento na área da educação e pelas intensas pesquisas sobre o contexto dos cárceres.

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Dra. Andreza Lopes, coach e mentora acadêmica, profissional dedicada à pesquisa e desenvolvimento acadêmico que me apoiou nos momentos de dúvidas, me ajudando a descobrir os caminhos da pesquisa acadêmica.

Agradeço ao Prof<sup>o</sup> Msc. Salezio Antonio Pereira pelo apoio e fortalecimento emocional.

Agradeço à minha esposa, Luciana dos Santos Rosenau, pessoa com quem amo partilhar a vida, com você me sinto mais vivo. Obrigado pelo carinho, amor, paciência e por sua capacidade de me trazer paz. Obrigado pela forma especial que me deu força e coragem nos momentos de dificuldade desta pesquisa.

Agradeço à minha filha, Eduarda Rosenau, que deu um maior significado à minha vida, consolidando a nossa família. Embora você ainda não tenha consciência disso, saiba que me motiva de maneira especial para buscar mais conhecimento.

Quero agradecer também meus pais, Nivaldo Rosenau e Claudete Rosenau, de forma grata e grandiosa pela minha existência, pelos quais eu rogo todas às noites desejando saúde e felicidade.

## EPÍGRAFE

As propostas pedagógicas progressistas em Educação Física deparam com desafios de várias ordens: desde questões relativas à sua implementação, ou seja, de como fazer com que sejam incorporadas pela prática pedagógica nas escolas, até questões mais teóricas que dizem respeito, por exemplo, às suas bases epistemológicas (BRACHT, 1999, p. 82)

## RESUMO

Esta pesquisa aborda as práticas de Educação Física no cárcere e as tecnologias digitais como recurso pedagógico. Entende-se que na formação docente inicial os acadêmicos deveriam vivenciar práticas nos mais diversos cenários de atuação com jovens e adultos. Neste sentido, há necessidade de investir na formação continuada e permanente dos professores que atuam no cenário prisional, pois, para atuar neste espaço é preciso formação específica. Considerando relevante o uso das tecnologias digitais, no sentido de inovar a prática pedagógica com metodologias de ensino no trabalho docente, o problema de pesquisa foi delineado, de modo a contemplar o desenvolvimento das dimensões de educação, saúde, lazer e esporte para os adultos em situação de privação de liberdade. A pesquisa partiu do questionamento: como os professores de Educação Física do sistema educacional do cárcere utilizam as tecnologias digitais como recurso pedagógico? O objetivo foi o de verificar a utilização das tecnologias digitais, enquanto recursos pedagógicos, nas práticas de Educação Física no sistema prisional. Para tanto, foi necessário identificar o contexto histórico e aspectos legais da EJA no cárcere na disciplina de Educação Física, traçar o perfil dos professores que atuam na referida área, visando analisar as práticas dos mesmos no atendimento aos Conteúdos Estruturantes e aos Elementos Articuladores propostos nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. A investigação buscou identificar desafios e limites no desenvolvimento das práticas de Educação Física com uso das Tecnologias Digitais como Recurso Pedagógico no Sistema Prisional. A pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação diagnóstica, de natureza exploratória descritiva. A pesquisa teve aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade (CEP/UFPR). Os dados levantados foram obtidos pela aplicação de questionário aos professores de Educação Física que atuam em cinco penitenciárias estaduais, de dois CEEBJAs. Com vista a atender a discussão proposta neste estudo as respostas dos professores foram analisadas a luz de Lefreve e Lefreve (2012), os discursos foram organizados em Ideia-Chave (ICH) e Ideia-Central (IC). Como resultado evidenciou-se que os professores de Educação Física do Sistema Carcerário têm preocupação com a reintegração social dos educandos, segundo eles uma questão de humanização, mas apontam a questão de segurança, o que limita ao uso dos recursos de modo *off-line*. Consideram limites e desafios para o desenvolvimento das práticas com uso das tecnologias como recursos pedagógicos, mas ao mesmo tempo se sentem motivados, pois, afirmam que essas práticas com outros recursos despertariam maior engajamento dos educandos nas práticas de Educação Física em diferentes espaços do cárcere.

**Palavras-Chave:** Recursos Pedagógicos Digitais no Sistema Prisional. Desafios, Limites e Motivações nas Práticas de Educação Física no Cárcere. Tecnologia e Reintegração Social.

## ABSTRACT

This study examines Physical Education practices in prison and digital technologies as a teaching resource. It is understood that during initial teacher training students should experience teaching practices in the most diverse working scenarios with youth and adults. In this sense, the need exists to invest in the continuing and permanent education of teachers who work in the prison scenario, since in order to be able to work in this space specific training is needed. Considering the use of digital technologies to be relevant, in the sense of renewing teaching methodologies and practice, our research problem was designed so as to take into account the development of the dimensions of education, health, leisure and sport for adults deprived of liberty. Our study was based on the question: how do Physical Education teachers working in prisons use digital technologies as a teaching resource? The objective of the study was to verify the use of digital technologies as teaching resources in Physical Education practices in the prison system. To this end, it was necessary to identify the historical context and legal aspects of Youth and Adult Education (YAE) in prison in the discipline of Physical Education, outline the profile of teachers who work in this area, with the aim of analyzing their practices in meeting the Structuring Contents and the Articulating Elements proposed in the Paraná State Curricular Guidelines. Our investigation sought to identify challenges and limitations for the development of Physical Education practices using Digital Technologies as a Teaching Resource in the Prison System. This study used a qualitative diagnostic action approach of a descriptive exploratory nature. This study was approved by the Health Sciences Sector Research Ethics Committee of the Federal University of Paraná (CEP/UFPR). The data collected were obtained by administering a questionnaire with Physical Education teachers from two Youth and Adult Elementary Education Centres (CEEBJA) who work in five state prisons. With the aim of achieving the discussion proposed by this study, the teachers' answers were analysed according to the method proposed by Lefevre & Lefevre (2012) and their discourses were organized into Key Expressions (KE) and Central Ideas (CI). As a result we found that Prison System Physical Education teachers are concerned about the social reintegration of their students, which they see as a question of humanization, whilst pointing out that the issue of security limits the use of these resources to off-line only. They consider that there are limits for developing practices using technologies as teaching resources, but also feel motivated as they state that these practices together with other resources awaken greater engagement of learners in Physical Education practices in different spaces within the prison.

**Keywords:** Digital Teaching Resources in the Prison System. Challenges, Limits and Motivations in Physical Education Practices in Prison. Technology and Social Reintegration.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	- Planificação da Pesquisa - Vê de Gowin.....	65
Figura 02	- Centros Estaduais de Educação Básica Jovens e Adultos do Sistema Penal do Paraná.....	69
Figura 03	- Palavras Constituintes da Ideia-Central Segurança.....	85
Figura 04	- Palavras Constituintes da Ideia-Central Humanização.....	86
Figura 05	- Palavras Constituintes da Ideia-Central Prática Pedagógica.....	87

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	- Aspectos Legais da Educação no Sistema Penal.....	33
Quadro 02	- Escolaridade de Pessoas Privadas de Liberdade por Unidade da Federação.....	41
Quadro 03	- Situação Educacional no Sistema Prisional do PR.....	43
Quadro 04	- Matrículas na EJA em Unidades do Sistema Prisional PR.....	43
Quadro 05	- <i>Locús</i> da Pesquisa.....	70
Quadro 06	- Perfil dos Professores de Educação Física Participantes.....	75
Quadro 07	- Desafios, Limites e Motivações da Prática Pedagógica de Educação Física no Cárcere.....	83
Quadro 08	- Atividades de Práticas de Educação Física no Cárcere.....	92

## LISTA DE SIGLAS

CCSJP	- Casa de Custódia de São José dos Pinhais
CEEBJA	- Centro de Educação Básica de Educação de Jovens e Adultos
CIC	- Centro de Integração Comunitária
CMP	- Complexo Médico-Penal do Paraná
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNPCP	- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CONFINTEA	- Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPAI	- Colônia Penal Agrícola do Paraná
CPIM	- Colônia Penal Industrial de Maringá
CPLN	- Cadeia Pública Laudemir Neves
CRAF	- Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba
CRAPG	- Centro de Regime Semiaberto de Ponta Grossa
CRESF	- Centro de Reintegração Feminino
CRESLON	- Centro de Reintegração Social de Londrina
DEPEN	- Departamento Penitenciário
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
GRAIM	- Gratificação Intra Muros
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	- Ideia Central
ICH	- Ideias Chave
ICD	- Instrumento de Coleta de Dados
INFOPEN	- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	- Lei de Execução Penal
LNIP	- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
MJ	- Ministério da Justiça
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCE	- Penitenciária Central do Estado
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	- Penitenciária Estadual de Cascavel
PEEP	- Plano Estadual de Educação Prisional
PEF	- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu
PEL	- Penitenciária Estadual de Londrina
PEM	- Presídio Estadual Metropolitano
PEP	- Penitenciária Estadual de Piraquara
PEPG	- Penitenciária Estadual de Ponta Grossa
PFCAT	- Penitenciária Federal em Catanduvas
PFP	- Penitenciária Feminina de Piraquara
PIC	- Penitenciária Industrial de Cascavel
PIG	- Penitenciária Industrial de Guarapuava
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PR	- Paraná
PROEJA	- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos

- SEED-PR - Secretaria de Estado da Educação do Paraná
- SMELJ - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Juventude
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	17
1.2 OBJETIVOS .....	18
1.2.1 Objetivo Geral .....	18
1.2.2 Objetivos Específicos .....	18
1.3 JUSTIFICATIVA .....	19
1.3.1 Justificativa Científica .....	19
1.3.2 Justificativa Profissional .....	21
<b>2 DOMINIO CONCEITUAL</b> .....	23
2.1 O SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL .....	23
2.1.1 A função do sistema penal .....	26
2.1.2 Aspectos educacionais, sociais e filosóficos no processo de ressocialização em relação ao cárcere .....	29
2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	31
2.2.1 Aspectos legais da educação de adultos no sistema penal .....	33
2.2.2 Educação de Jovens e Adultos no cárcere .....	35
2.2.3 A EJA no Sistema Prisional do Estado do Paraná .....	42
2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA .....	47
2.4 TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	58
<b>3 DOMINIO METODOLÓGICO</b> .....	65
3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA .....	66
3.2 LÓCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	68
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	71
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	74
4.1 PERFIL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARTICIPANTES .....	75
4.2 DESAFIOS, LIMITES E MOTIVAÇÕES NO TRABALHO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE .....	77
4.3 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE .....	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	117
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	120

APÊNDICE C - PROPOSTA DE CURSO DE EXTENSÃO .....	122
APÊNDICE D - PROTOCOLO DE REGISTRO DOS CONTATOS REALIZADOS	1244
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO SEED-PR .....	1266
ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DEPEN-PR.....	1277
ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	1288
ANEXO D - CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.	1333
ANEXO E - ELEMENTOS ARTICULADORES DOS CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	1355

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa são as práticas de atividades físicas integradas ao uso das tecnologias digitais, enquanto recurso pedagógico na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Sistema Carcerário. Este olhar tem a pretensão de refletir sobre a necessidade de formação continuada dos professores que atuam no cárcere a partir da investigação da prática com jovens e adultos em privação de liberdade. As tecnologias digitais são artefatos transformadores e contribuem para o desenvolvimento da prática docente. Contudo, como destacam Lima, Andrade e Damasceno (2017, p. 4) ainda existem “resistência por parte de profissionais que se encontram inseridos num mundo de práticas pedagógicas tradicionais não permitindo a facilidade” e mudanças inerentes a este movimento, acreditando que seu método tradicional é suficiente, e quando

[...] surge uma nova tecnologia, a primeira atitude é de desconfiança e de rejeição. Aos poucos, a tecnologia começa a fazer parte das atividades sociais da linguagem e a escola acaba por incorporá-la em suas práticas pedagógicas. Após a inserção, vem o estágio da normalização [...] se integra de tal forma as práticas pedagógicas que deixa de ser vista como cura milagrosa ou como algo a ser temido (PAIVA, 2002. p. 1).

Martini (2014) complementa a discussão, chamando a atenção para o fato de que o professor como um profissional mediador da aprendizagem tem a consciência quanto a importância das tecnologias digitais para ensinar e aprender na sociedade do conhecimento, mas muitos têm dificuldade de inserir tais recursos no seu trabalho. Para Lima, Andrade e Damasceno (2017) os problemas, não param por aí, exigindo professores capacitados que saibam utilizar os diferentes recursos em benefício do ensino e do aprendizado chegando ao desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras. A interatividade da ferramenta deverá ser planejada previamente para que as interações tenham prazo inicial e final, mostrando com isso clareza e intenção educacional.

Conforme Kenski (2012) às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), como, redes sociais e *whatsapp* provocam novas condições no ensinar e aprender exigindo do professor uma postura de mediador e não mais como um detentor do conhecimento. Uma nova forma que estimula a interação e congregando elementos que ampliam o processo de desconstrução, construção e reconstrução do

conhecimento do indivíduo. Há, nesse sentido, o fundamento de que a ênfase em atividades de interação é um modo de contribuir com a cooperação entre os educandos privados de liberdade a partir da realidade vivida entre eles (ROCHA; WINTERSTEIN; AMARAL, 2009).

Para Kenski (2003) vive-se uma nova forma de aprender onde as tecnologias se fazem agentes ativos, pois possibilitam a ampliação da comunicação e informação. Percebe-se que cada época tem sua tecnologia predominante, mas não se limita a ela. Silva (2014) corrobora enfatizando que as tecnologias digitais têm mudado significativamente a educação tradicional. Segundo o autor, estima-se que no ano de 2017 o mundo atingiu 2,4 bilhões de pessoas com smartphones impactando em acessos a ambientes digitais, como, redes sociais, *youtube*, sites em geral sejam num total de que dos 33% dos vídeos do *youtube* por tecnologias móveis. Novas características destacam-se na preferência do indivíduo que opta pelo acesso e mobilidade destes recursos. Esta realidade chega às salas de aulas e não se limita a educação tradicional uma vez que as são tecnologias que transcendem a necessidade limitante de tempo e espaço para que ocorra a comunicação alcance a lugares por vezes não pensados, pois neste contexto as comunicações caracterizam-se como flexíveis e abertas, com fatos compartilhados em tempo real, sem limitar-se a contextos meramente narrativos (LUCENA, 2016).

Frente a estas características as tecnologias digitais móveis têm demonstrado alto potencial para contribuir em diferentes áreas do conhecimento. Carvalho Junior (2015) destaca que não se pode desconsiderar que o acesso às tecnologias tem relação direta ao contexto cultural e social de todo e qualquer indivíduo. Para o autor, frente a esta realidade, o papel do sistema de formação é responsável e deve participar na problematização deste tipo de questão de modo a orientar as transições que integram o sistema de uma nação. Neste cenário algumas reflexões devem ser analisadas pelo professor, por exemplo: “O que fazer com os [...] aparelhos digitais e tecnológicos que fazem parte do uso diário dos educandos privados de liberdade? Proibi-los através de legislação seria a melhor opção? Negar os novos hábitos e costumes, deixando tais ferramentas fora das aulas de Educação Física é o ideal?” (CARVALHO JUNIOR, 2015, p. 11).

Diante destas reflexões e considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), definida na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que traz a Educação Física como componente obrigatório na matriz curricular como



qualquer outra disciplina, pois contribui com o desenvolvimento e formação do cidadão como indivíduo crítico. Definição esta intersectada com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que destaca que "a Educação Física precisa buscar sua identidade como área de estudo fundamental para a compreensão e entendimento do ser humano, enquanto produtor de cultura" (BRASIL, 1997, p. 156). Assim, evidencia-se a necessidade de pesquisa, análise, avaliação e integração dos professores e uso das tecnologias digitais frente a nova dinâmica social de modo a contribuir com uma formação emancipada que não gere a formação de indivíduos hostis e não críticos (ADORNO, 1995).

Indo além dos espaços tradicionais de sala de aula as tecnologias digitais vem contribuindo com a formação de novos espaços, como os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Mas para aplicar as tecnologias à prática de ensino e aprendizagem é preciso articulá-la à diferentes áreas do conhecimento (KENSKI, 2012). Logo, sendo a Educação Física ofertada pelo sistema de ensino, destaca-se um contexto que emerge a necessidade da integração das possibilidades tecnológicas (LUCENA, 2016). Aproximando esta discussão do cenário de estudo desta dissertação de mestrado, tem-se então a educação de jovens e adultos, os professores e um cenário específico de atenção, a educação não tradicional representada aqui pelo olhar para as escolas do Sistema Prisional brasileiro. Sendo a educação uma garantia prevista na declaração de direitos humanos, entende-se que mesmo em sistema de cárcere, o indivíduo tem direito a formação e atividade física, como descreve o estabelecimento penal 108, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Assim, infere-se que o uso das tecnologias digitais integradas a prática do professor de Educação Física na educação de jovens e adultos no sistema cárcere emerge de uma realidade que se apoia na garantia de direito ao desenvolvimento do indivíduo à luz das transformações sociais.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A educação de jovens e adultos no Sistema Carcerário tem especificidades por integrar paradigmas contraditórios. De um lado a busca pela educação como possibilidade transformadora permitindo ao indivíduo, privado de liberdade, o acesso a oportunidades que o levem a vislumbrar a construção de um novo projeto de vida acessando assim outros patamares e estabelecendo um clima favorável para mudança a partir do indivíduo (SANTOS, 2012). De outro lado, tem-se uma cultura

prisional que prioriza a adaptação, a passividade e a aceitação do indivíduo para manter a ordem disciplinar no ambiente (SANTOS, 2012).

Entende-se que para trabalhar como professor no cárcere, a formação deve contemplar especificidades da prática nos mais diversos cenários de atuação. Neste sentido, Santos (2012) enaltece algumas proposições para fomentar a vivência da educação nas penitenciárias destacando a necessidade de investir na formação continuada e permanente dos professores que venham a atuar na singularidade do cenário, ampliando o desenvolvimento e participação crítica nesta formação. As especificidades da atuação do professor neste sistema são próprias do espaço. Assim, pesquisar e analisar essa prática é ainda um desafio a ser enfrentado pelos órgãos públicos, pesquisadores e educadores que mesmo experientes podem ser levados a se sentir iniciantes na profissão (DIORO, 2017). Ampliando a atenção à realidade singular deste cenário evidencia-se, segundo Neves, Velardi e Correia (2017), a Educação Física nas prisões devem ser vistas como processo de desenvolvimento e de restabelecimento do indivíduo.

Nesse contexto, descreve-se a problemática desta pesquisa: Como os professores do sistema penitenciário usam as tecnologias digitais como recurso pedagógico nas práticas de Educação Física?

Para responder a este problema de pesquisa definiu-se os objetivos desta dissertação de mestrado, descritos a seguir.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as práticas dos professores de Educação Física do sistema penitenciário quanto ao uso das tecnologias digitais como recurso pedagógico.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar o contexto histórico e aspectos legais da EJA para a disciplina de Educação Física no sistema penitenciário;

- Mapear o perfil dos professores de Educação Física que atuam na EJA no cárcere;
- Analisar as práticas do professor de Educação Física da EJA do Sistema Penal no atendimento aos Conteúdos Estruturantes em consonância com os Elementos Articuladores propostos nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná;
- Identificar limites e potencialidades das tecnologias digitais como recurso pedagógico dos professores de Educação Física da EJA do Sistema Prisional.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Apresenta-se neste capítulo a justificativa científica e profissional que convergem com a problemática e enfatizam a relevância e originalidade deste estudo de dissertação de mestrado.

#### 1.3.1 Justificativa Científica

Discutir tecnologias digitais no contexto educacional ainda é reflexão limitada e por vezes resistente admitindo atenção a adequação de estratégias voltadas ao desenvolvimento e inovação de conceitos e práticas que estimulem soluções eficientes ao processo de ensino e aprendizagem (LIMA; ANDRADE; DAMASCENO, 2017). Contudo, Carvalho Júnior (2015) chama atenção ao considerar-se que as tecnologias são artefatos presentes na interação social, logo não pode ser desconsiderada no cenário educacional para mediação dos saberes nas suas mais diversas áreas do conhecimento. Para o autor esta reflexão está longe de se esgotar trazendo a necessidade de reflexões relacionadas à teoria e prática do uso das tecnologias digitais nas aulas de Educação Física.

Nessa perspectiva, destaca-se que o desenvolvimento do professor deve ocorrer nas mais diferentes áreas do conhecimento e nos mais diversos níveis de formação, sejam estes formais ou não. Ou ainda, sejam estes tradicionais ou de contexto específico, como discutido nesta pesquisa para a formação em EJA no sistema do cárcere. As diversas possibilidades podem gerar muitos desafios integrando professores, órgãos públicos, pesquisadores e inclusive agentes carcerários frente a um papel de integrar saúde e reinserção social do indivíduo em

situação privada de liberdade (SANTOS, 2012). Desta forma, considera-se a relevância de ações de políticas e incentivo a formação continuada de docentes das mais diversas áreas do conhecimento, que atendem os mais diversos sistemas e suas singularidades. Neste movimento a sociedade contemporânea passa a perceber, mesmo que timidamente, que o desenvolvimento de competências na área física é tão importante quanto outras áreas, pois inclui participação, atividade e relacionamento (ROCHA; WINTERSTEIN; AMARAL, 2009).

Nessa perspectiva, destaca-se que a formação no contexto carcerário é um grande desafio enfrentado pelos agentes atuantes neste sistema com o papel de integrar saúde e reinserção social do jovem e adulto em situação privada de liberdade (SANTOS, 2012). Desta forma, considera-se a relevância de ações de políticas e incentivo a formação continuada de docentes que atendam ao sistema penitenciário. Nesta linha, os autores alertam que o processo de ensino e aprendizagem deve ter relação direta com a prática contextualizada na vivência do aprendiz o que exige dos professores, como mediadores e integradores sociais a conscientização e desenvolvimento a partir do cenário de atuação. Entende-se que o processo de desenvolvimento da sociedade precisa ser visto como um movimento em constante atualização, que se amplia no ensinar e aprender.

Nessa perspectiva, considera-se relevante desenvolver pesquisa no sistema penal pois conforme Tono, Haracemiv e Gomes (2015) até o ano de 2011, não havia tradição de implementação de pesquisas científicas no sistema penal do Paraná e que com a reestruturação da Secretaria de Justiça (SEJU/PR) e redimensionamento do Departamento de Execução Penal do Paraná (DEPEN/PR) passou-se a buscar mecanismos inovadores para incentivar e desenvolver pesquisas com rigor científico no cerne do sistema penal.

Assim sendo, à luz desta discussão infere-se a relevância da ampliação de pesquisas sobre as práticas dos professores de Educação Física de modo que estes integrem em sua atuação diária o uso das tecnologias na EJA no Sistema Carcerário. Esta é uma visão que transcende a disciplinaridade e aproxima-se de um contexto integrador e interdisciplinar de formação e desenvolvimento, cujas práticas abertas e significativas no sistema educacional são necessárias. E, no Sistema Prisional não é diferente, percebe-se que apesar da necessidade de preparo, que por vezes inclui aspectos psicológicos para trabalhar com estes indivíduos, o professor precisa também estar capacitado para apresentar e integrar em sua atuação artefatos de

mudança podendo levar o interno a uma consciência da realidade exterior (DIORO, 2017).

### 1.3.2 Justificativa Profissional

O interesse das temáticas discutidas até aqui, por sua vez interconectadas a trajetória profissional do pesquisador que é licenciado em Educação Física e possui 20 anos de experiência como professor de Educação Física atuando em diferentes instituições no qual destaca-se a Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná (SEED-PR) cuja atuação distribuiu-se em 14 anos como docente e 6 anos na direção auxiliar de colégios no estado. Esta larga experiência contribuiu para o desenvolvimento profissional do pesquisador, bem como, o desenvolvimento de práticas pedagógicas e administrativas. De modo integrado o pesquisador atua como docente na Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) há 8 anos onde atualmente desenvolve as atividades junto a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Juventude (SMELJ) trabalhando no projeto de Lutas para jovens e adolescente infratores. Também é profissional em academia na região de Curitiba com foco em jovens, adultos e atletas de alto nível.

Além destas atividades profissionais destaca-se um caminhar em curso de aperfeiçoamento, pesquisa e projetos, como, professor bolsista no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA), no Curso Técnico de Reabilitação para Dependentes Químicos; tutor do curso técnico Integrado – PROEJA e atualmente destaca-se a formação de mestrado desenvolvida com o objetivo de ampliar o desenvolvimento profissional e pessoal enquanto pesquisador na área, um interesse que emerge da prática consolidada de diferentes experiências. Aderente a este caminhar desenvolveu-se pesquisas sobre a prática do professor de Educação Física do sistema cárcere e o uso das tecnologias como artefato significativo ao processo de ensino-aprendizagem auxiliando a constituição de novas práticas pedagógicas a partir de uma postura diferenciada ética, crítica e social com característica própria da sociedade contemporânea (ROSENAU *et. al* 2017).

Durante o período que atuou como professor estadual, houve a oportunidade de estar por 9 anos como professor de EJA no Centro de Integração Comunitária (CIC) onde ampliou-se por meio do compartilhamento de experiência com colegas de

profissão em uma nova atuação profissional agora com vista a atender como professor de Educação Física o Sistema Carcerário, trabalhando com menores infratores da lei. Considerando-se que a faixa etária deste atendimento, que se destaca à adolescentes mulheres de 14 a 18 anos de idade percebeu-se a curiosidade deste público pelas tecnologias digitais. Desta observação e diante de toda vivência prática do pesquisador, convergindo com interesse e apontamentos identificados na literatura, justifica-se além de cientificamente também profissionalmente o interesse pela temática que diz respeito a questão “se a tecnologia digital é artefato presente e integrado à sociedade”. Esta vivência prática também impulsionou esta pesquisa que busca responder “Como os professores de Educação Física do sistema educacional dos cárceres podem usar as tecnologias digitais enquanto recurso pedagógico?” Sendo assim, entende-se como relevante e original o desenvolvimento desta pesquisa no que tange ao olhar teórico e prático.

Esta pesquisa está organizada em cinco capítulos, sendo que o capítulo 1 é constituído pela introdução, onde foi apresentando o tema, problema, objetivos e justificativa da pesquisa. No capítulo 2 apresenta-se o domínio conceitual integrado pelos fundamentos buscando desvelar em síntese o Sistema Carcerário brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos no interior do sistema educacional do cárcere, bem como a disciplina de Educação Física e as Tecnologias Digitais, como recursos pedagógicos utilizados na referida disciplina.

O capítulo 3 descreve a opção metodológica e os instrumentos e procedimentos adotados para a coleta de dados. O capítulo 4 apresenta a organização e análise dos dados analisados por meio de abordagem qualitativa organizando os discursos em Ideia-Chave (ICH) e Ideia-Central (IC), e o capítulo 5 é constituído pelas considerações finais e sintetiza os principais resultados, avanços e limitações da pesquisa.

## 2 DOMINIO CONCEITUAL

A discussão sobre a prática dos professores de Educação Física do Sistema Carcerário quanto ao uso das tecnologias digitais na prática, com jovens e adultos, é uma convergência que levou a organização deste capítulo em quatro momentos distintos, a saber: Sistema Carcerário no Brasil; Educação de Jovens e Adultos; A Educação Física; e Tecnologias Digitais nas Práticas de Educação Física.

### 2.1 O SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL

No Brasil, o conceito de prisão integra uma política penal pautada numa pena concreta que é aquela estipulada em lei, para que o réu receba um veredito do Poder Judiciário e da sociedade pelo ato criminoso ou dano cometido, através da prática de uma conduta delituosa ou ilícita sendo que só haverá punição, se houver previsão em lei, assim como prevê o artigo 1º, do Código Penal (1940): “Não há crime sem lei anterior que o defina, nem há pena sem prévia cominação legal”.

O Código Penal estipula no artigo 32 as espécies de pena que se diferenciam em:

- I - privativas de liberdade;
- II - restritivas de direitos;
- III - de multa.

Conforme o artigo 33, do Código Penal (1940) as penas são executadas com base em um regime progressivo, indo de um regime mais rígido para um mais brando de acordo com o mérito do condenado. A prisão é capaz de impor ao corpo do criminoso uma pena capaz de trazer sofrimento a ele, marcando-o para sempre pelo crime cometido e fazendo com que ele receba da sociedade uma punição, como se a eficácia do sistema penal brasileiro e da execução da pena estivesse fundamentada em uma concepção já superada, mas que se faz presente na prática diária dos estabelecimentos prisionais (SANTOS, 2010). Contudo, mesmo diante de tal realidade o Sistema Carcerário conta com um grande número de detentos.

Segundo levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN / MJ), em dezembro de 2014, a população prisional no Brasil chegava ao total de 622 mil presos, sendo que o Brasil tem a sexta maior taxa

de presos por 100 mil habitantes, atingindo o número de 306 presos para cada grupo de 100 mil habitantes. Conforme Gomes (2016) nos últimos quatorze anos a população prisional teve um crescimento alarmante de 167%, saindo de 232 mil presos no ano de 2000 para 622 mil presos em 2014. Com isto tem-se uma média de 500.307 indivíduos em situação de privação de liberdade, fato que confirma que a prisão ainda é o instrumento aplicado de forma majoritária como meio de punir o indivíduo na sociedade brasileira.

Contudo, entende-se que a imposição deva ter a função corretiva e formativa afinal a prisão pode ser compreendida como um universo próprio alienante onde todas as relações são marcadas pela passividade X agressividade, pela dependência X dominação, tendo como regras de funcionamento, atitudes de desprezo pela pessoa. Assim, a pena e a prisão que inicialmente são previstas como meio de purificar, educar e adequar o criminoso podem causar danos ao réu e a sua família, que são imprevisíveis, incontroláveis e até mesmo contrários ao que é previsto pela lei, pois:

O sistema penal produz efeitos totalmente contrários ao que pretende um determinado discurso oficial, que fala em “favorecer a emenda do condenado”. O sistema penal endurece o condenado, jogando-o contra a “ordem social” na qual pretende reintroduzi-lo, fazendo dele uma outra vítima (HULSMAN; CELIS, 1993, p. 72)

Ao adentrar na prisão, o réu “perde” a sua personalidade deixando-a do lado de fora, para se adequar às regras de funcionamento interno e aos padrões de relacionamento com os demais presos. Regras que ocultamente consideram o fator econômico, a força do réu, o tipo de crime cometido e o tempo de cumprimento da pena, visto que, assim como fora da prisão, as relações de poder em presídios são dominadas por aqueles que tem uma condição econômica mais favorável, podendo burlar os guardas ou até mesmo comprar e adquirir regalias junto aos próprios presos.

Além disso, o sistema penal brasileiro apresenta diversas falhas, como alto encarceramento sob altos custos, sendo que a superpopulação carcerária surge como agravante. Sendo um obstáculo ao cumprimento da finalidade maior da prisão que é ressocializar, mesmo que grande parte da população prisional permaneça na prisão mais de dois anos não se “ressocializa” e, na maioria das vezes, acaba reincidindo no crime e retornando a prisão, pois ao sair da prisão cai em um vazio, expresso nas suas relações familiares enfraquecidas, um campo social a se reconstruir, além de ter que enfrentar preconceitos advindos com o rótulo de “ex-presidiário” (ROCHA, 2006).



Para Foucault (2013) a pena surge aliada ao suplício imposto ao corpo do criminoso, que diante da prática do crime é supliciado, esquartejado, amputado, marcado de várias formas, exposto e arrastado para que todos vejam o ato de “fazer justiça” e de purificação, ocupando o papel principal de um show de horror, acompanhado pelos moradores dos pequenos vilarejos. O espetáculo do suplício era uma forma de vingança da coletividade contra o corpo que se desviara e trouxe o mal a toda uma sociedade.

Neste contexto o verdadeiro suplício era aquele capaz de cumprir a justiça: “Um suplício bem-sucedido justifica a justiça, na medida em que publica a verdade do crime no próprio corpo supliciado” (FOUCAULT, 2013, p. 45). Assim, o suplício marca para sempre no corpo do réu o resultado de um crime, a expressão de vingança da vítima e da sociedade sobre o corpo do criminoso.

Ao mesmo tempo em que a pena deixa de ter como elementos constitutivos a violência, o suplício sobre o corpo e a dor, ela vai assumindo um caráter punitivo muito mais abstrato ao impor ao criminoso a perda e a limitação de direitos. Busca-se com a privação de liberdade e de direitos se atingir a consciência, a vontade, a “alma” do criminoso, indo muito além do corpo criminoso. Trata-se do desaparecimento dos suplícios e surge como expressão dos Códigos modernos da Rússia (1769), Prússia (1780), Áustria (1788), França (1791), Foucault (2013).

Assim, define-se o sistema penal como uma forma deliberada e legitimada pela sociedade para impor uma pena oficial e intencional aos sujeitos condenados, infligindo a estes uma violência; inadmissível se fosse aplicada em outros sujeitos. Portanto, ao falar de pena é preciso ter claro que ela guarda uma relação bem próxima com a imposição intencional e autorizada de sofrimento, carregando consigo a sua base histórica de suplício ao corpo (GIAMBERARDINO, 2014).

Na prisão o governo pode dispor da liberdade da pessoa e do tempo do detento; a partir daí, concebe-se a potência da educação que, não em um só dia, mas na sucessão dos dias e mesmo dos anos, pode regular para o homem o tempo de vigília e do sono, da atividade e do repouso, o número e a duração das refeições, a qualidade e a ração dos alimentos, a natureza e o produto do trabalho, o tempo da oração, o uso da palavra e, por assim dizer, até o do pensamento, aquela educação que, nos simples e curtos trajetos do refeitório à oficina, da oficina à cela, regula os movimentos do corpo e até nos momentos de repouso determina o horário, aquela educação, em uma palavra, que se apodera do homem inteiro, de todas as faculdades físicas e morais que estão nele e do tempo em que ele mesmo está (FOUCAULT, 2013, p. 222)

Então, surge a prisão com uma aparelhagem específica para tornar os indivíduos criminosos adequados a sociedade. A partir desta concepção, a prisão se consolida como instituição responsável por substituir as práticas de suplício pelo encarceramento, pela perda e limitação de direitos tendo como bandeira de defesa os direitos fundamentais do criminoso – preso. Para Foucault (2013) trata-se de uma nova legislação na qual o poder de punir é atribuído a sociedade como um todo, sendo exercida de modo igualitário por todos os membros da sociedade. A detenção torna-se a pena por excelência, atribuindo um castigo de acordo com o dano do ato criminoso e do variável tempo.

Para Foucault (2013) a prisão assume como função a privação de liberdade e a transformação técnica do indivíduo encarcerado. Desta forma, consolida-se a visão do Sistema Prisional fundamentada na busca de um culpado, atribuindo a este, uma pena, um castigo necessário para se “fazer justiça” em prol de uma coletividade ferida e é só assim, que o Sistema Prisional se mantém ativo e em funcionamento. Como corrobora Hulsman e Celis (1993, p. 67), alertam que “Quando o sistema penal se põe em marcha, é sempre contra alguém, a quem a lei designa como culpável para que seja condenado”. Desta forma, entende-se que ao adentrar em uma prisão o indivíduo é marcado como criminoso, delinquente, infrator e nunca mais deixará de carregar este rótulo que se refletirá em todos os aspectos de sua vida e é neste limiar que a educação se destaca não só enquanto desenvolvimento mais como possibilidade de reinserção social.

### **2.1.1 A função do sistema penal**

Zaffaroni e Pierangeli (2006), conceituam a Criminologia e a Sociologia a partir de funções alternativas para a compreensão da discussão sobre sistema penal. Por exemplo, segundo os autores, para algumas pessoas, o sistema penal cumpre a função de selecionar, de maneira mais ou menos arbitrária, pessoas dos setores sociais mais humildes, criminalizando-as, para indicar aos demais limites do espaço social. Para outros, cumpre a função de sustentar a hegemonia de um setor social sobre outro (afirmação compartilhada por todos os autores marxistas e por outros mais heterodoxos ou diretamente não marxistas).

Para Zaffaroni e Pierangeli (2006), a lei penal deve determinar um âmbito orientador, mas o próprio sistema penal atua em grande parte com uma orientação

que é própria e diferente, excedendo a orientação em um sentido e, em outro, desinteressando-se do espaço demarcado, reprimindo o que o direito penal não o autoriza e deixando de reprimir o que o direito penal lhe ordena. Considerando que esses pretextos e fundamentos no qual o sistema adota pretendem ser “não penais” (contravencionais, averiguação de antecedentes etc.), e também se abstém de abarcá-lo (não criminaliza a todos os que realizam as condutas ameaçadas penalmente).

Sobre o tema Marques (1999) traz que determinadas sanções não devem ser acolhidas pelo sistema penal, eis que são degradantes e violam qualidades essenciais de cada indivíduo, nos termos que,

A pena é um conceito ético e por isso não pode contribuir para o aviltamento da personalidade humana. As sanções que, a título de castigo, rebaixam e diminuem o homem, degradam seu caráter e atentam contra a sua consciência moral, não podendo ser acolhida pelo direito penal de estados democráticos onde os direitos fundamentais do ser humano constituem valores reconhecidos e tutelados pela ordem jurídica (MARQUES, 1999, p. 136).

Conforme, verifica-se, a pena é um meio indispensável à conservação de uma sociedade organizada, porém, ao punir em nome da defesa social, sem aferir os dados necessários para uma retribuição justa ao ato de quem atentou contra a ordem jurídica. Posto isso não quer dizer que o estado não está sujeito a punir aqueles que atentem diretamente contra a ordem social, muito pelo contrário, o estado deve punir em nome das necessidades sociais, nos limites condizentes com a justa retribuição do mal praticado pelo infrator, observando exclusivamente seus direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Lei de Execuções Penais (REALE, 2009).

Reale (2009) complementa destacando que desta forma o Estado passa a exercer o poder de legislar e cultivar o direito do indivíduo o que leva a evidenciar que o a educação deve ser acessível em todos os momentos da vida, não se limitando ao espaço da escolar e se ampliando no cotidiano por meio do convívio social. É com base nesta reflexão que se acredita que a oferta de educação no cárcere pode ajudar o indivíduo em seu processo de formação da consciência crítica e de sensibilização humana, contribuindo para melhorar as relações sociais, diminuindo a taxa de violência em seu processo de ressocialização. Além disso, há um problema cultural no país, que agrava ainda mais o problema educacional, para Julião e Paiva (2014, p. 117),

[...] a ausência de uma cultura de acompanhamento e avaliação de políticas públicas no Brasil não tem possibilitado verificar se há resultados concretos em relação às ações previstas e realizadas nesta direção. As informações são imprecisas e não fundamentadas, impossibilitando avaliações mais objetivas sobre o tema. Outro aspecto a lamentar é que a política visa tentar minimizar problemas do encarceramento de jovens e mulheres – em número que cresce progressivamente – sem buscar equacionar, nem reverter, as possíveis origens de tantos encarceramentos entre estes públicos.

Destaca-se que o Brasil convive com um abandono do Sistema Prisional, não só em penitenciárias, mas também em delegacias, o que era para ser a parte "burocrática" do sistema acaba se tornando uma medida provisória para a solução do próprio problema que passamos atualmente (SANTOS, 2012).

[...] a justiça humana, ou, se quiser, a justiça política, não sendo mais do que uma relação estabelecida entre uma ação e o estado variável da sociedade, também pode variar, à medida que essa ação se torne vantajosa ou necessária ao estado social. Só se pode determinar bem a natureza dessa justiça examinando com atenção as relações complicadas das inconstantes combinações que governam os homens (BECCARIA, 1999, p. 3)

Nessa perspectiva, compreende-se que as decisões políticas de punir ou deixar de punir determinadas ações pode influenciar as condutas cometidas pelos indivíduos, pois pode haver maior índice de crimes em casos de impunidade. Isso se dá pela força e dimensão que o Estado possui, bem como quando o mesmo deseja fazer o que é justo, podendo assim

[...] fixar as penas de cada delito e que o direito de fazer leis penais não pode residir senão na pessoa do legislador, que representa toda a sociedade unida por um contrato social. Ora, o magistrado, que também faz parte da sociedade, não pode com justiça infligir a outro membro dessa sociedade uma pena que não seja estatuída pela lei; e, do momento em que o juiz é mais severo do que a lei, ele é injusto, pois acrescenta um castigo novo ao que já está determinado. Segue-se que nenhum magistrado pode, mesmo sob o pretexto do bem público, aumentar a pena pronunciada contra o crime de um cidadão (BECCARIA, 1999, p.16)

Entende-se, portanto, que o sistema penal cumpre uma função substancialmente simbólica perante os marginalizados ou os próprios setores hegemônicos, por fim, a sustentação da estrutura do poder social por meio da via punitiva é fundamentalmente simbólica. Assim, tem-se a evidência de que as escolhas de medidas socioeducativas contribuem diretamente para a ressocialização do preso, e entende-se que privá-las, iria agravar ainda mais a situação atual Brasileira.

Para Zaffaroni e Pierangeli (2006), a sociedade tem uma estrutura de poder político e econômico com grupos próximos e grupos distantes que são os denominados marginalizados. Atualmente, na sociedade moderna, existe uma centralização e marginalização ainda que extrema, e em outras, esse fenômeno é ainda mais atenuado. Por fim, destaca-se que apesar da expressividade desta temática a discussão sobre a importância dos direitos fundamentais em uma sociedade inclui grandes desafios que exige a atuação estratégica das forças públicas e privadas na educação. Entende-se que a educação é cultivada por poucos e sábios homens.

### **2.1.2 Aspectos educacionais, sociais e filosóficos no processo de ressocialização em relação ao cárcere**

A prisão pode ser vista a partir de um olhar filosófico, sociológico ou educacional. Entende-se a prisão como fruto de um processo histórico que visualiza no suplício infligido ao corpo do criminoso um meio de “fazer justiça” (FOUCAULT, 2013). Bourdieu (1998) permite a ampliação da reflexão ao apontar a prisão como o sucesso do poder do dominante sobre o dominado, que distingue o bom do mau, o adequado do inadequado, ou, ainda, como um meio de reintegração social, enquanto espaço de formação e transformação humana, como define Julião (2007). Contudo, considera-se que a prisão não pode ser entendida de forma isolada, pois é uma instituição complexa e que abrange tais aspectos de forma articulada, sendo ao mesmo tempo, palco de dominação, de suplício e de formação humana, que a muito tem fracassado no contexto brasileiro.

Dito isto, faz-se necessário considerar o processo de ressocialização no cárcere ao menos por meio de atividades de formação e desenvolvimento social básicas, como acesso à educação e ao trabalho. Julião (2007) destaca que a educação e o trabalho são categorias importantes que fundamentam o processo de ressocialização no sistema penitenciário, sendo que, na maioria das vezes, o trabalho encontra maior valorização em detrimento do acesso à educação, até porque, existem inúmeros obstáculos que fazem com que o indivíduo em situação de privação de liberdade tenha que escolher entre um ou outro.

Para o homem privado de liberdade, a relação presente-passado-futuro é fundamental em qualquer programa educativo que se lhe apresente. É o cotidiano que revela as bases sobre o que é possível, mas não deixa de trazer embutido o passado, como memória e incorporação de vivências. Sua expectativa de futuro é algo que deve ser também considerada, e a educação pode oferecer condições para que ele possa conviver, no presente, com diferentes circunstâncias, sabendo a hora de mostrar-se ou esconder-se, de falar ou de calar, de proteger-se para sobreviver (JULIÃO, 2013, p. 55).

A Lei de Execução Penal (LEP) de 1984 prevê, no artigo 126, como direito de todos os indivíduos em privação de liberdade o acesso ao trabalho e à educação e que o apenado possa utilizar o seu tempo destinado a tais atividades como meio para reduzir a sua pena, ou seja, como forma de remição: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (BRASIL, 1984). Assim, o trabalho da educação será assegurada como direito na LEP vigente, os indivíduos em privação de liberdade e os próprios profissionais prisionais valorizam mais o trabalho do que a educação, como se um fosse mais digno do que outro, assim, neste contexto, “o estudo é visto apenas como mero complemento do trabalho” (JULIÃO, 2007, p. 31).

Santos (2012) amplia a discussão destacando que na prática prisional o sistema de educação sob o signo da recuperação e da ressocialização traz um discurso ideológico que se sustenta no tripé trabalho/educação/assistência, mas o autor chama atenção a prática diária consolidada a partir de cenários precários, de superlotação, ausência de assistência judiciária, social e educacional o que amplia a necessidade de atenção de empresa, governo e universidades para este contexto.

Essa oposição de saberes versus poderes permeia as relações sociais. Tem-se como exemplo a escola, que para Bourdieu (1998) é um sistema operador institucionalizado de classificações que garante privilégios a alguns, em detrimento dos demais que a escola não elegeu e isso se traduz, em práticas diárias no interior do cárcere, ou, no dia a dia da sociedade, na qual a prática de determinados comportamentos pode ser considerado crime a depender do indivíduo que deve ser punido e para outros, a conduta não passa de “legítima defesa” ou simplesmente, afirma-se que não há crime. Segundo Brasil (1984), previsto na LEP, artigo 126, a possibilidade de remição de pena se estabelece como privilégio que se destina a poucos, na maioria das vezes, somente àqueles que tiveram acesso aos bancos escolares e puderem se apropriar de conteúdos básicos como a leitura e a escrita. Assim, para aqueles que não aprenderam a ler sobra a possibilidade de disputar uma

vaga para cursar a educação básica, optar pelo trabalho que é o que sobra, ou, ainda, cumprir a pena sem a possibilidade de redução.

A partir do viés pode-se incluir a discussão da pedagogia social onde a educação cumpre o papel de promoção social, bem-estar, convivência e superação da condição de sofrimento ou marginalidade, permitindo ao indivíduo a transformação de vida, mas tal formação se faz na própria sociedade humana. Moura, Neto e Silva (2008, p. 52), complementam esta discussão apontando que “O homem se torna homem somente através da sociedade humana. As instituições sociais podem ser, enquanto construção do homem, oportunidade para o homem, a favor do homem”.

Neste sentido, enquanto instituição social, entende-se que a prisão cumpre um papel formador e para tanto deve possibilitar ao cárcere congruência na relação do ensinar e aprender fortalecendo a relação de ajuda do professor que deixa de ser um agente distante e passa ser aceito com atenção o que torna o cárcere “mais consciente de si facilitando seu crescimento pessoal e conseqüentemente o processo de reintegração social” (SANTOS, 2012, p. 13). Todavia considera-se necessário questionar se tal espaço vem proporcionando as condições adequadas e necessárias para a harmônica integração social do condenado e do internado, conforme prevê o artigo 1º, da LEP ou se acaba por “dessocializar” o indivíduo em privação de liberdade ao destituí-lo de sua formação cultural e de sua identidade esvaziando-o enquanto sujeito, para impor a ele, um novo modo de ser e de atuar em sociedade (BRASIL, 1984).

Não obstante, infere-se a necessidade participativa do professor no sistema educacional carcerário. Como traz Carvalho Junior (2015), diante das transformações da sociedade em seus limites e potencialidades a educação permite o acompanhamento e interação do indivíduo tanto dentro como fora da escola exigindo um novo profissional integrado aos diferentes contextos.

## 2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos, conhecida como EJA, tem como objetivo primordial garantir o direito à educação àqueles que não tiveram acesso a ela na idade prevista, abrangendo a Educação Básica que contempla o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (BRASIL, 1996). Frente a este desafio destaca-se a fala do educador Paulo Freire que buscou em sua prática a defesa dos direitos da classe operária, uma

classe que tem os direitos básicos negligenciados e violados. Para Freire (1996, p. 154) “[...] o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação”. Nesta visão ampla, Moreira (2000) e Santos (2012), enaltecem o caráter transformador como elementos essenciais da educação contribuindo para a ressocialização do indivíduo em privação de liberdade, que será tratado no decorrer do trabalho. Mas nem sempre a educação consegue garantir esse caráter transformador por inúmeros desafios que encontra entre a teoria e a prática nos mais diversos contextos, apesar de seu amparo como força de lei (SANTOS, 2012).

O marco legal que fundamenta a educação e todo o Sistema Educacional Brasileiro é a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que no Artigo 205 prevê que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Destaca-se que além da disposição citada a LDB da educação nacional de 1996 trouxe um importante avanço para a EJA ao substituir, nos artigos 37 e 38, a nomenclatura de “Ensino Supletivo” por “Educação de Jovens e Adultos”, garantindo não somente um avanço na matéria vocabular, mas também na concepção, visto que o termo educação é muito mais amplo e abrange vários aspectos da formação do indivíduo. No ano de 2000 o Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 11 regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, trazendo fundamentos para delinear e compreender esta prática e perfil de seus educandos privados de liberdade. O mesmo parecer citado também delimita a idade de ingresso na EJA do Ensino Fundamental para 14 anos e 17 anos para o Ensino Médio (BRASIL, 2000).

Num contexto ampliado de especificidade a EJA destaca-se em diversos contextos, dentre os quais para fins desta dissertação de mestrado, é discutida a partir do sistema educacional nos cárceres que traz especificidades importantes como a busca pela educação enquanto possibilidade transformadora permitindo ao indivíduo, privado de liberdade, o acesso a oportunidades que o levem a vislumbrar a construção de um novo projeto de vida, almejando assim novos patamares (SANTOS, 2012; CARVALHO; JUNIOR, 2012).



As metodologias usualmente adotadas para a EJA ainda são um desafio para os educadores enquanto práticas efetivas de construção do conhecimento a luz de uma aprendizagem significativa (RODRIGUES *et al*, 2009). Assim, destaca-se que o ponto de partida para a oferta da EJA no Sistema Carcerário, mesmo que com respaldo legal, se depara com inúmeros obstáculos na prática, como a dificuldade em destinar um espaço apropriado para a construção de salas de aula e uso de tecnologias, limitando novos contextos e realidades. Mesmo onde existe o planejamento pedagógico e infraestrutura física, ainda são insuficientes para atender o de todo jovem ou adulto à educação.

### 2.2.1 Aspectos legais da educação de adultos no sistema penal

Considerando as normativas que integram a evolução do sistema educacional do País, elaborou-se o Quadro 1 que nos permite uma visualização cronológica da criação e aprovação das leis que regulamentam a educação no sistema penal atualmente.

QUADRO 01 - ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENAL

Aspecto legal	Ano	Descrição
Lei de Execução Penal Nº 7.210	1984	Prevê a educação no Sistema Prisional.
Constituição Federal	1988	Define que todo indivíduo tem direito a formação de Ensino Fundamental.
LDB Nº 9.394	1996	Regulamenta a Constituição Federal definindo que todo indivíduo tem direito a formação de Ensino Fundamental e Médio.
Resolução Nº 03 do CNPCP/MJ	2009	Define parâmetros da política relacionada a educação penitenciária.
Resolução Nº 02 do CNE	2010	Regulamentou as Diretrizes Nacionais para a oferta da educação em estabelecimentos penais.
Decreto nº 7.626 - PEESP	2011	Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.
Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional - PEESP-PR	2012	Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional apresentado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e ao Departamento Penitenciário Nacional para ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais do Paraná.

Fonte: ROSENAU; HARACEMIV (2018)

A Lei de Execução Penal nº 7.210 (BRASIL, 1984) tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a

harmônica integração social do condenado e do internado. Na Seção V a presença as normas da Assistência Educacional que prevê como obrigatória a oferta da Educação Básica integrada ao sistema estadual e municipal de ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A Constituição Federal de 1988 expressa no Artigo 205 que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No Artigo 208 Expressa que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

A LDB nº 9493/96 regulamenta a Constituição Federal definindo que todo indivíduo tem direito a formação de Ensino Fundamental e Médio. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. Sobre os Princípios e Fins da Educação Nacional expressa no Artigo 2º que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP nº 03/2009 dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais e o Parecer CNE/CEB nº 4/2010 apresenta as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Constituindo um marco legal da EJA em espaços de privação de liberdade no Brasil.

O Decreto nº 7.626/2011, institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. O qual institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

O Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná foi publicado em 2012 e afirma que a regulamentação do atendimento educacional no Sistema Penitenciário do Paraná decorre das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação

em Estabelecimentos Penais aprovadas pela Resolução nº 3, de 11 de março de 2009. A partir do PEESP-PR (2012) foi elaborada a Proposta pedagógico-curricular para a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos Estabelecimentos Penais do Paraná e publicizada em 2013. Também foi referência para a construção das ações norteadoras sobre o regimento escolar prisional do Estado do Paraná publicizado em 2014. Ressalta-se que mesmo com dificuldades, o sistema penitenciário do Paraná é considerado um dos mais consolidados programas educacionais para presos no Brasil o qual iniciou esse trabalho antes da determinação legal que regulamenta esse tipo de assistência.

Com base na literatura e análise documental, percebe-se que a prática da educação do Sistema Prisional não é algo recente, mas que pode ser analisada como uma discussão incipiente considerando um cenário educacional em suas diferentes perspectivas de formação do indivíduo, o que inclui seu desenvolvimento cultural e reintegração social que pode ser facilitada pela prática da Educação Física – atuação contextual não expressa explicitamente no contexto histórico da educação no sistema penal. Desta forma, infere-se, são cinco os principais aspectos legais que discutem a educação no Sistema Carcerário. Todavia, fica evidente a ausência de uma integração específica com o fazer pedagógico da Educação Física. Acredita-se que este possa ser um dos elementos que contribuiu para que a pesquisa-ação, prevista inicialmente, para este estudo, não tenha sido desenvolvida em sua plenitude. Além disso, considera-se relevante destacar que coexistem especificidades de cada unidade prisional, sua gestão e o seu conceito enquanto espaço de formação a ser ampliado conforme realidade prisional se expressa em desenvolvimento do indivíduo privado de liberdade.

### **2.2.2 Educação de Jovens e Adultos no cárcere**

A EJA no Sistema Prisional teve a sua origem em um documento internacional, no ano de 1955, em Genebra, que trouxe regras mínimas para o tratamento dos prisioneiros, no 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes (ONU, 1955).

Em 1990, a Resolução nº 1990/20 e a Resolução n. 1990/24 foram aprovadas no Conselho Econômico e Social da ONU, trazendo importantes mudanças sobre a

educação em espaços de privação de liberdade e sobre a educação, a capacitação e consciência pública na esfera da prevenção do delito (UNESCO, 2008).

Julião (2009) destaca alguns pontos importantes trazidos pelas Resoluções 1990/20 e 1990/24 que devem ser observados, enquanto objetivos a serem cumpridos pelos Estados-membros:

Proporcionar diversos tipos de educação que contribuam para a prevenção do delito, a reinserção social dos reclusos e a reeducação dos casos de reincidência; Formular políticas de educação em espaços de privação de liberdade orientando-se pelo desenvolvimento de toda pessoa, seus antecedentes sociais, econômicos e culturais; Garantir a todos os reclusos o direito de acesso à educação, sendo incluídos em programas de alfabetização, educação básica, formação profissional, atividades recreativas, religiosas e culturais, Educação Física e desporto, educação social, ensino superior e serviços de biblioteca; Implementar meios efetivos de garantia da participação dos reclusos aos programas educacionais oficiais; e Propiciar os recursos necessários à equipe e docentes para que os reclusos possam receber a instrução adequada (JULIÃO, 2009,p. 202)

Ainda em 1990, foram aprovadas as Resoluções nº 45/110 e n. 45/122 que ratificam os princípios básicos para o tratamento dos reclusos, garantindo o desenvolvimento pleno das pessoas por meio do acesso a atividades culturais e educativas (BRASIL, 2009). Mais tarde, a Declaração de Hamburgo, de 1997, trouxe como marco o reconhecimento do direito de todas as pessoas encarceradas à aprendizagem, permitindo o acesso de todos aos diferentes níveis de ensino (IRELAND, 2011).

De acordo com a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, constituída durante a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA) em Hamburgo, Alemanha, no ano de 1997, da qual o Brasil é consignatário, a partir da promulgação de tais documentos, a alfabetização, paulatinamente, passa a ser definida como direito fundamental assegurado a todos e de modo amplo (PAIVA, MACHADO e IRELAND, 2007). Como direito fundamental o acesso à educação deve ser assegurada à todos independentemente das condições em que o indivíduo se encontre, assim como prevê o Código Penal, Decreto-Lei nº. 2.848/1940, no artigo 38: “O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral” (BRASIL, 1940). Mas é na Lei de Execução Penal – LEP- (BRASIL, 1984) que

a garantia ao acesso à educação àqueles privados da liberdade ganha maior respaldo com delimitações mais específicas nos artigos 17 a 21 (BRASIL, 1984).

A LEP (BRASIL, 1984) determina que a assistência educacional abrange a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado e prevê a obrigatoriedade do ensino fundamental no ambiente penitenciário e a implantação da oferta e universalização do ensino médio, regular ou supletivo, orientado para a formação geral ou para a educação profissional (BRASIL, 1984). Segundo Gomes (2016) a LEP (BRASIL, 1984), mesmo após as mudanças inseridas pela Lei nº 13.163/2015 (BRASIL, 2015), traz uma impropriedade ao não utilizar a nomenclatura correta dada atualmente para o “Ensino de 1º Grau” pelo termo “Ensino Fundamental”. A LEP de 2015 modifica a Lei nº 7.210/1984 e institui o Ensino Médio como obrigatório nas penitenciárias (BRASIL, 2015). A LEP (BRASIL, 1984) normatizava a EJA somente para o Ensino Médio, excluindo o Ensino Fundamental, com isso, visto o nível de demanda de educandos privados de liberdade com esta escolaridade dos reclusos (GOMES, 2016). Contudo entre as mudanças da atualização está a possibilidade de Ensino Fundamental, bem como, a possibilidade de remição da pena, de um indivíduo em Sistema Carcerário, por estudo e trabalho. Outra mudança diz respeito a possibilidade de remição em função das horas de estudo, sendo acrescido 1/3 no cálculo de cumprimento da pena, dando esta por cumprida, no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena. Neste sentido o PNE 2014-2024 que traz como meta, a oferta da EJA às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos prisionais e a ampliação da oferta da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, assegurando a devida formação aos profissionais da educação foi integrada como uma forma de,

Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de Ensino Fundamental e médio às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração; orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração (BRASIL, 2014d)

Pode-se citar ainda, a Resolução CNPCP nº 03/ 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) que trouxe as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais (BRASIL, 2009). Conforme

Gomes (2016) tal norma estabelece algumas orientações para a oferta da educação no contexto prisional, devendo esta prática ter como respaldo, a legislação educacional e a LEP, bem como, as especificidades dos níveis e modalidades de ensino. E, recente a Resolução CNE nº 4, de 30 de maio de 2016, dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo das pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Sistema Prisional brasileiro (BRASIL, 2016). O que exige a necessidade de integração de práticas e rotinas educacionais integradas aos estabelecimentos penais integrado ao perfil do cárcere (BRASIL, 2016). E, quando se pensa na EJA inclui-se “desde os programas de alfabetização até a conclusão de cursos de Ensino Médio e Educação Profissional” (BRASIL, 2016, p. 1).

E neste contexto é imprescindível considerar o perfil e as especificidades do público a ser atendido por esta formação. Como destaca Julião (2009) quatro questões devem ser respondidas na busca de orientação desta discussão, a saber:

- Quem são os educandos privados de liberdade da EJA?
- Para onde vão?
- Qual é a sua verdadeira identidade?
- Quais são os seus reais interesses e expectativas?

Para Gadotti (2014, p. 21) a educação de jovens e adultos atende a um grupo bastante heterogêneo, advindo de um processo contínuo de exclusão, pois “atende os excluídos dos excluídos: indígenas, quilombolas, populações do campo, ciganos, pessoas portadoras de deficiências, pessoas em situação de privação de liberdade, catadores de materiais recicláveis, população em situação de rua.”

Julião (2009, p. 197) complementa alertando que a EJA não pode ser compreendida como uma possibilidade de consolação ou mesmo um prêmio e sim como uma possibilidade de formação e desenvolvimento “àqueles que por diversas razões (sociais, familiares ou políticas) não foram capazes de tê-la durante a infância; não é uma educação para pobres, mas sim um direito de todos”.

Pesquisas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, aponta que mesmo o acesso à educação, especificamente o ensino fundamental, ser obrigatório, ainda há uma alta taxa de analfabetismo no país. Tais dados mostram que a taxa de analfabetismo varia de acordo com a idade, sendo que das pessoas com 10 anos ou mais de idade esse percentual situou-se em 10,5% e a

das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em 11,4%. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo ficou em 3,8% (BRASIL, 2014d).

Além da variação de acordo com a idade é interessante perceber que há uma variação que diferencia o percentual de analfabetismo de acordo com a região, sendo que as taxas de analfabetismo do contingente de 10 a 14 anos de idade das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ficaram abaixo de 1,5%, enquanto as das Regiões Norte e Nordeste alcançaram, respectivamente, 5,9% e 8,0%. Já no contingente de 10 anos ou mais de idade, as diferenças regionais foram mais acentuadas, refletindo a evolução diferenciada dos níveis de escolarização regionais, variando de 5,7%, na Região Sul, a 20,6%, na Região Nordeste (BRASIL, 2014d).

Tais dados permitem inferir sobre a relevância de políticas públicas e práticas de incentivo a EJA, especialmente, no nível do Ensino Fundamental com vista a garantir o direito à educação, atendendo a indivíduos que por motivos diversos nem chegam a frequentar uma escola. Onofre (2015, p. 242) reforça esta observação ao trazer que “Os estudos revelam que são pessoas historicamente marginalizadas, privadas de direitos básicos, negligenciadas pelo Estado e pela sociedade”. Neste limiar, encontra-se o público da EJA presente nas unidades penitenciárias do Brasil.

De acordo com os dados do Sistema Prisional referentes a 30 de junho de 2014<sup>1</sup> a população prisional era de 607.731 pessoas conforme Tabela 1 do INFOPEN (BRASIL, 2014a, p.09). Seis meses depois, conforme o levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (LNIP), realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ) em dezembro de 2014, a população prisional no Brasil chega ao total de 622 mil presos, sendo que o Brasil traz a sexta maior taxa de presos por 100 mil habitantes, atingindo o número de 306 presos para cada grupo de 100 mil habitantes (BRASIL, 2014b). Dois anos depois conforme dados do Sistema Prisional referentes a 30 de junho de 2016 a população prisional atingiu seu maior número com 726.712 pessoas (BRASIL, 2016, p. 07).

Conforme Gomes (2016) nos últimos quatorze anos a população prisional teve um crescimento alarmante de 167%, saindo de 232 mil presos no ano de 2000 para 622 mil presos em 2014. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias -

---

<sup>1</sup> Justifica-se que esta pesquisa focalizou a argumentação e análise sobre os dados do INFOPEN de 2014 (BRASIL, 2014a) em seus fundamentos, pois este era o documento mais atual publicado no momento de escrita deste capítulo, durante o ano de 2016.

LNIP com a publicação do Relatório do INFOPEN do mês de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014b) trouxe dados importantes a serem considerados em relação a EJA, já que 75% da população prisional se declaram analfabetos ou com o Ensino Fundamental incompleto.

Com base nos dados percebe-se que a população prisional traz uma demanda urgente de acesso à educação, principalmente, no ensino fundamental, expressando claramente que grande parte dos presos foram privados desse direito no momento certo. Todavia a LDB nº 9394/96, regulamenta o previsto na Constituição Federal de 1988, que é o direito à educação mesmo quando o indivíduo não tiver tido acesso na idade certa, utilizando-se, por exemplo, da EJA (BRASIL, 1996).

Em 2014 tinha-se no Brasil 1.258 unidades prisionais, sendo que destas somente 632 Unidades Prisionais apresentavam salas de aula, o que representa 50%, enquanto 598 delas não têm salas de aula, ou seja, 48% e em 2%, totalizando 28 unidades prisionais, não há informações precisas sobre a existência de salas de aula. Isso permite afirmar-se que a lei consegue garantir que somente 50% das unidades prisionais tenham de fato salas de aula e, portanto, o ambiente adequado para favorecer o acesso à educação. Contudo, destaca-se que a presença de salas de aula no ambiente prisional não é determinante para que tais espaços sejam destinados à educação e nem que a população prisional esteja em processo de ensino aprendizagem, como se esperaria (BRASIL, 2014a).

Tal fato fica mais claro diante dos dados, pois, de um total de 622 mil presos, somente 38.831 mil estariam envolvidos em atividades educacionais, totalizando ainda 680 unidades com pessoas estudando ou em atividades educacionais, tais como salas de informática, atividades em bibliotecas ou aulas em outros ambientes da Unidade Prisional ou cedidos pela comunidade (BRASIL, 2014a). Representando em média, 10,7% da população prisional de cada Estado. Assim, calcula-se que 1 em cada 10 pessoas privadas de liberdade realizam alguma atividade educacional no país, sendo que nos Estados do Paraná atinge 22%, o Ceará 20% e Pernambuco 20%, representando os Estados com o maior número de pessoas realizando algum tipo de atividade educacional, enquanto que os Estados com as taxas mais baixas são Rio de Janeiro (1%), Rio Grande do Norte (2%) e Amapá (2%) (BRASIL, 2014a).

A partir dos dados apresentados no Quadro 2, Brasil (2014a), é possível observar o percentual de pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por tipo de atividade e Unidade da Federação. Constata-se que a



maioria está realizando atividade de Ensino Básico, sendo a maior parcela no Ensino Fundamental. Isso demonstra que 51% da população prisional não tem o Ensino Fundamental completo.

QUADRO 02 - ESCOLARIDADE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UF	Analfabeto	Alfabetizado (sem cursos regulares)	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino acima de Superior Completo
AC	6%	6%	59%	11%	11%	6%	0%	0%	0%
AL	23%	11%	48%	7%	6%	4%	0%	0%	0%
AM	1%	1%	65%	8%	12%	11%	1%	0%	0%
AP	2%	3%	49%	11%	20%	13%	1%	1%	0%
BA	10%	15%	52%	7%	9%	6%	0%	0%	0%
CE	7%	27%	45%	8%	6%	5%	1%	0%	0%
DF	2%	1%	58%	10%	16%	10%	2%	1%	0%
ES	3%	6%	53%	9%	16%	11%	1%	1%	0%
GO	7%	16%	35%	18%	15%	8%	1%	0%	0%
MA	13%	16%	38%	11%	13%	9%	0%	0%	0%
MG	3%	7%	57%	13%	13%	7%	1%	0%	0%
MS	2%	4%	59%	13%	11%	9%	1%	1%	0%
MT	6%	9%	35%	17%	18%	11%	3%	1%	0%
PA	5%	8%	58%	10%	11%	7%	0%	0%	0%
PB	14%	29%	42%	7%	5%	4%	0%	0%	0%
PE	19%	26%	34%	5%	9%	5%	1%	0%	0%
PI	8%	18%	52%	7%	9%	5%	1%	1%	0%
PR	0%	2%	64%	9%	15%	8%	1%	1%	0%
RJ	2%	3%	65%	15%	8%	6%	1%	0%	0%
RN	13%	13%	50%	10%	8%	5%	1%	0%	0%
RO	5%	10%	52%	12%	12%	8%	1%	0%	0%
RR	2%	12%	32%	18%	17%	15%	2%	1%	0%
RS	3%	6%	56%	17%	10%	6%	1%	0%	0%
SC	3%	7%	48%	18%	12%	10%	1%	1%	0%
SE	5%	6%	68%	10%	6%	5%	0%	0%	0%
SP	2%	3%	45%	17%	19%	12%	1%	0%	0%
TO	7%	9%	48%	12%	14%	9%	1%	1%	0%
<b>BRASIL</b>	4%	6%	51%	14%	15%	9%	1%	0%	0%

Fonte: INFOPEN, jun/2016 (BRASIL, 2016, p.34)

A partir destes dados, destaca-se a atenção ao fato de que a população carcerária, em sua grande maioria, frequenta as atividades educacionais do Ensino Fundamental. E o fato de que a maioria ainda não tem o Ensino Fundamental completo, aponta mais uma vez a necessidade urgente de investimento estatal na EJA dentro das unidades prisionais, com o intuito de superar tal deficiência.

### 2.2.3 A EJA no Sistema Prisional do Estado do Paraná

Conforme estabelece a Resolução n. 02 do CNE de 2010 cabe a cada estado da federação a construção de um Plano Estadual de Educação nas Prisões (PEEP), buscando atender as especificidades do perfil da população prisional e as demandas de cada região do país (PARANÁ, 2012).

Pode-se observar nos dados do ano de 2014 que no Sistema Prisional do Estado paranaense o percentual de 63% da população com Ensino Fundamental incompleto, 1% da população é declaradamente analfabeta e 4% foi alfabetizada fora da rede de ensino regular, demonstrando a necessidade da construção de práticas destinadas a atender a demanda de tal população, segundo Brasil (2014b). Para tanto, é preciso levar em conta os Planos Estaduais de Educação nas Prisões - PEEP (2015) que em suas elaborações têm por objetivo a garantia da escolarização básica, na modalidade de EJA, no nível fundamental e médio, além da educação profissional às pessoas privadas de liberdade. Os referidos planos têm como princípios que:

A escola no interior dos presídios deve ter como função o desafio de desconstruir a concepção de que ali é um ambiente de desumanidades e de negação de direitos. A educação no espaço prisional deve ser vista como um precioso mecanismo de valorização das ações que elevam a autoestima do educando jovem, adulto e idoso privado de liberdade. Utilizada como instrumento de resgate da dignidade humana, de desenvolvimento do pensamento reflexivo, da atividade criadora e inovadora, ela possibilitará a construção da autonomia pessoal, preparando-os para a vida em sociedade (PARANÁ, 2015, p.12).

O Paraná iniciou em 2013 a elaboração de uma proposta pedagógica da EJA nas prisões aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 2014, como experimento pedagógico e foi aprovado em definitivo em 2015 (PARANÁ, 2015). Tal plano prevê como mudança a possibilidade do atendimento presencial articulado a atividades de educação a distância (BRUNKEN, 2014). Segundo Brasil (2014), 80% da população prisional do Paraná encontra-se matriculado ou frequentando os níveis da Educação Básica educacional, o que pode ser verificado no Quadro 3.

QUADRO 03 - SITUAÇÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL DO PR

NÍVEIS EDUCACIONAIS	POPULAÇÃO PRISIONAL	
	FREQUENCIA	PORCENTAGEM
Alfabetização	483	11,17
Ensino Fundamental	2.587	59,76
Ensino Médio	896	20,69
Ensino Superior	10	0,23
Curso Técnico (acima de 800 horas aula)	0	0
Curso de Formação Inicial e Continuada dos presos	353	8,15
<b>Total</b>	<b>4.329</b>	<b>100</b>

Fonte: INFOPEN, jun/2014 (BRASIL, 2014a, p.124)

Ao comparar os dados fornecidos pelo INFOPEN com os dados publicados pelo DEPEN-PR observou-se que o número de educandos privados de liberdade diverge. Considera-se que pode haver critérios diferentes de classificação dos dados do DEPEN, este apresenta informações estatísticas disponibilizadas pela Coordenação de Educação, Qualificação e Profissionalização de Apenados/DEPEN, referente ao mês de dezembro/2014. O Quadro 4 apresenta o número de matriculados na Educação Básica até o mês de dezembro de 2014 no Paraná (PARANÁ, 2014).

QUADRO 04 - MATRÍCULAS NA EJA EM UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL-PR

ATIVIDADES EDUCACIONAIS	Presos Condenados 13.269		Presos Provisórios 4.472	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Remição da pena pelo estudo através da leitura	1585	11,95	578	12,93
Ensino Fundamental	2.689	20,27	217	04,85
Ensino Médio	836	06,30	26	00,58
Ensino Superior	8	00,06	-	-
Qualificação Profissional concluintes	723	05,45	41	00,92
<b>Total</b>	<b>5841</b>	<b>44,01</b>	<b>862</b>	<b>19,27</b>

Fonte: DEPEN dez/2014 (PARANÁ, 2014)

Conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, até dezembro de 2014, havia um total de 17.741 detentos, sendo que o total de matriculados e com efetiva frequência nos Centros de Educação Básica de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJA) era de 6.703, somando os detentos condenados e provisórios (PARANÁ, 2014).

Considera-se que o Departamento Penitenciário - DEPEN concebe a educação abrangendo o âmbito formal (em sala de aula) com a matrícula dos indivíduos na

educação básica e a educação informal definida como atividade educacional sem matrícula, mas que também considera a frequência dos indivíduos na biblioteca, as matrículas no programa de remição pela leitura, a frequência nas aulas de informática, aulas de artesanato ou em outras atividades, enquanto que o DEPEN/PR traz efetivamente o número de matrículas nos CEEBJA's da população prisional, ou seja, traz dados sobre a educação formal (PARANÁ, 2014).

Nessa perspectiva, compreende-se que não é a frequência em sala de aula ou em atividades educacionais que garante que a educação cumpra papel significativo na vida do aluno. Conforme Julião (2009) a sala de aula pode ser vista de diferentes formas nos ambientes de privação de liberdade, como espaço para manter ocupado os indivíduos ali presentes de forma proveitosa, uma medida para melhorar a qualidade de vida na prisão, além de permitir ao apenado acesso ao desenvolvimento de forma útil a ele e ao sistema.

Contudo, destaca-se que cada cenário apresenta uma realidade, e ao se aproximar do aluno do cárcere observa-se marcas da exclusão da escola fora dos muros do cárcere, sendo que estes aspectos devem ser pensados e analisados para que a sala de aula no cárcere não repita a mesma exclusão. Onofre (2015, p.248) corrobora afirmando que: “Não se trata de desenvolver uma educação específica para o contexto prisional, mas também não pode ter a mesma educação que já os excluiu”.

Brunken (2014, p. 21) traz que os educandos privados de liberdade que frequentam as salas de aula de um CEEBJA que atende as unidades prisionais da Região Metropolitana de Curitiba veem nas salas de aula a possibilidade da construção de uma vida melhor, oportunidade de conhecimento e de remição de pena, como consta no relato de um deles: “A escola é um aprendizado que eu não tinha lá fora. Dedico-me mais aqui que na rua e também aprendo lidar com as dificuldades do cotidiano nesse lugar. Acho uma terapia para quem está preso” (DETENTO - aluno PEP, BRUNKEN, 2014, p.21).

Os professores trazem como maior dificuldade as limitações materiais, visto que o próprio encarceramento define a rotina e a condição de segurança exigida no ambiente prisional quanto a proibição da utilização de recursos tecnológicos e outros materiais que não podem ser usados em função do contexto. Com isso, o professor tem a sua prática limitada ao uso do quadro negro e do caderno. Brunken (2014, p. 26) traz ainda como o professor define o aluno do cárcere:

O aluno pertence a um grupo que além da característica e da influência da privação da liberdade é caracterizado pela presença de dificuldades pessoais e sociais, tais como a instabilidade emocional, as limitações cognitivas, as dificuldades para estabelecer relacionamentos significativos, a baixa tolerância às frustrações, o imediatismo, o a dificuldades para canalizar sua agressividade em termos construtivos, a rejeição às tarefas de organização e planejamento de vida, de baixos níveis de autoestima, a não aceitação das leis e regras, a crença exacerbada no destino e na sorte de cada um.

Neste sentido considera-se que a prática da EJA no cárcere tem as suas especificidades próprias e deve ser planejada e fundamentada em políticas públicas que busquem a educação como meio transformador indo muito além dos muros da prisão. Além disso, a Lei de Execução Penal - LEP nº. 7.210 de 1984, prevê nos seus artigos de 17 a 21 que os estabelecimentos penais organizem em suas dependências espaços próprios a assistência educacional, como a presença de salas de aula destinadas para o ensino básico e profissionalizante (BRASIL, 1984). Tal previsão se articula ao disposto na Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, que descreve parâmetros nacionais relacionados a educação nas penitenciárias, sobre o olhar de três diretrizes, a saber: gestão, articulação e mobilização; formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta; e aspectos pedagógicos. Tais diretrizes se legitimaram com a Resolução nº 02 do CNE de 2010, que regulamentou as diretrizes nacionais para a oferta da educação em estabelecimentos penais e torna obrigatório em todos os estados da federação a construção de Planos Estaduais de Educação nas Prisões (PEEP), de onde emerge o Projeto Político Pedagógico (PPP), citado em Brasil (2010).

A implantação das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais deve ser realizada por meio de um conjunto de ações articuladas entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, tendo como base três eixos conforme prevê o artigo 3º, da Resolução nº 02/2010: 1) a gestão, articulação e mobilização; 2) A formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação na prisão; e 3). Os aspectos pedagógicos (BRASIL, 2010). Assim, cumpre ao estabelecimento penal estar estruturado para garantir ao indivíduo em situação de liberdade o acesso e a garantia aos direitos fundamentais, pois conforme elucida Julião (2009, p. 236):

As ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida do interno, criando condições para que molde sua identidade, buscando, principalmente, compreender-se e aceitar-se como indivíduo social; e

construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para a sua vida em sociedade.

Entende-se que a construção dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões - PEEP e o Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade prisional devem se fundamentar nas especificidades próprias deste espaço. Como bem colocam Julião e Onofre (2012) a EJA no Sistema Carcerário se constitui em um palco com movimentos opostos, tendo de um lado a busca pela transformação do apenado e de outro, a cultura prisional que busca a repressão, a ordem e adaptação do indivíduo às normas e a rotina do cárcere, sendo que:

As rotinas no interior das prisões se caracterizam em função da sua natureza punitiva, diluindo-se a sua perspectiva de instituição preventiva. A estrutura arquitetônica acentua a repressão, as ameaças, a desumanidade, a falta de privacidade, a depressão, em síntese, o lado sombrio da mente humana dominada pelo superego onipotente e severo. Nas celas úmidas e escuras, repete-se ininterruptamente a voz da condenação, da culpabilidade, da desumanidade (JULIÃO; ONOFRE, 2012, p. 54).

Apesar de todos os desafios, meio a todo esse movimento de punição e desumanização, oferta-se a educação. Então se destaca algumas reflexões: qual função desta educação? A educação seria um instrumento para adaptar o indivíduo ou seria possível concebê-la como um instrumento transformador da vida do indivíduo?

[...] a prisão é por si um espaço não educativo, uma vez que é considerado bom interno aquele que respeita as regras e as decisões. Ora, se ele deixa de tomar decisões corriqueiras sobre o seu cotidiano, como se pode esperar que, em liberdade, seja capaz de lidar com os aspectos da vida diária (MAEYER, 2006 *apud* JULIÃO; ONOFRE, 2013, p. 56).

Neste sentido, destaca-se que é preciso considerar que o indivíduo em privação de liberdade, tem o direito de ir e vir suspenso, temporariamente, sendo esta a sua pena por um crime cometido, porém, deve ter garantido por lei os demais direitos, como o acesso à educação. Desta forma, os fins da pena devem se diferenciar dos fins da educação, pois cabe a essa não se limitar aos muros da prisão e sim, dar condições para o indivíduo se reintegrar à sociedade tornando-se protagonista de sua história e buscando transformar a sua própria realidade. Assim, entende-se que a educação no cárcere deveria ir muito além da educação formal ou

da formação para o trabalho. Freire (1996, p.14) afirma “formar é muito mais que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas.”

Todavia entende-se que o processo de educação no cárcere não tem como foco o professor, mas todos os atores que atuam com o indivíduo em privação de liberdade, visando a construção de uma rede de educação capaz de construir oportunidades para que o sujeito construa e reconstrua o seu projeto de vida, assim:

[...] os indivíduos punidos preservam-se como sujeitos e buscam, na resistência subjugarem-se plenamente aos valores da instituição. Conseguem, a despeito das longas condenações e dos rigorosos meios de controle utilizados pela instituição penitenciária, manter a identidade, os valores de origem, a perspectiva de vida e de liberdade (JULIÃO E ONOFRE 2013, p. 58).

Sendo assim, infere-se que para que se desenvolver uma ação efetiva e integrada a equipe multidisciplinar deve ser ambientalizada às demandas desse espaço singular, conhecer as práticas desenvolvidas, o perfil dos educandos com as suas aspirações e desejos, elaborando um programa de ações compartilhadas, com suporte jurídico, assistência à saúde, à educação, incluindo também, nessas ações, as famílias, visto que estes devem ser fortalecidos ou preparados, como suporte fundamental no período do aprisionamento e no retorno do aprisionado à sociedade (JULIÃO; ONOFRE, 2013).

### 2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA

A compreensão do conteúdo em Educação Física na escola foi inicialmente caracterizada pela concepção de atividade, no caso, de uma atividade física, isso se manteve até meados da década de 1980. Havia uma diferença no entendimento no caráter do conteúdo da Educação Física com as outras disciplinas, enquanto em outras disciplinas escolares o conteúdo sempre foi entendido como um conhecimento de caráter conceitual, na Educação Física, ele era visto como uma atividade. Com essa ideia de atividade, compreendia-se que essa atividade prática tinha como principal objetivo melhorar a aptidão física visando uma boa saúde e também para educar o comportamento dos educandos privados de liberdade. Com a Educação Física sendo compreendida como uma atividade física as formas de trabalhar eram por meio da ginástica, das lutas, dos jogos e dos esportes para atender os objetivos

de melhorar a aptidão física e o comportamento dos educandos privados de liberdade (BRACHT, 2010).

Conforme Bracht (2010) essa concepção da aptidão física como critério fundamental para a seleção, organização sequencial e avaliação dos conteúdos teve sustentação como documento legal no Decreto Lei nº 69.450, de 1971, o qual foi elaborado durante a Ditadura Militar pós-1964. Neste documento a referência básica para a Educação Física foi a ênfase na aptidão física e na prática o que que ocorreu nas escolas foi a implantação do esporte como conteúdo das aulas de Educação Física nas décadas de 1970 a 1990, a atividade física como esporte se tornou hegemônica. Bracht (2010) explica que o fato de as políticas públicas conceber a Educação Física escolar como integrada ao sistema esportivo brasileiro, tendo por objetivo promover a iniciação esportiva para identificar futuros atletas que pudessem representar a Nação brasileira no cenário esportivo internacional. Assim, a referência à aptidão física é apenas relativizada e o esporte assume importância política e econômica na sociedade, sendo esse processo de ascendência do esporte conhecido como a “esportivização” da Educação Física (BRACHT, 2010).

Observa-se que mesmo após essa concepção da Educação Física limitada e reduzida a atividade física e ao esporte ser superada nos documentos legais da legislação educacional a ideia anterior ainda perdura no cotidiano de muitos professores e educandos privados de liberdade.

Nesta pesquisa adota-se a concepção da Educação Física de Bracht (2010) que enfatiza uma proposta de ensino dentro da perspectiva da cultura corporal como articuladora dos conteúdos da Educação Física. Considera-se que esta concepção pode possibilitar expressões qualitativas da cultura corporal e de movimento como objeto/conteúdo de ensino nas aulas. A partir dessa concepção de “culturalização” do objeto/conteúdo da Educação Física, almeja-se uma dupla finalidade, a de um “saber fazer” e de um “saber sobre esse fazer”. Nessa perspectiva, a Educação Física como conteúdo conceitual também é concebida, onde o “saber fazer” e o “saber sobre esse fazer” deverão ser ensinados de forma contextual, sendo estes tematizados de forma historicizada. Considera-se que esta forma propicia aos educandos privados de liberdade a compreensão de que o movimento humano são construções socioculturais que abrigam significados históricos (BRACHT, 2010).

A prática pedagógica do professor de Educação Física é marcada pela sua história no espaço escolar, a qual também é constituída de diferentes concepções



pedagógicas. Considera-se ainda um desafio a prática em uma concepção mais inovadora, pois os espaços e cultura escolar mudam muito lentamente, havendo ainda os ranços da concepção da Educação Física limitada a aptidão física.

O ambiente clássico da educação é o escolar, inserido em uma instituição de ensino e separado em salas de aula. Na EJA, esse cenário não é diferente. Para a grande maioria, o ensino também acontece em local preparado para esse fim, lugar onde se inserem diferentes classes e diferentes culturas. Aspectos esses que podem se tornar rico aprendizado para os educandos privados de liberdade, quando bem tratados e trabalhados pelo professor (ROSENAU e SILVA, 2016).

Em pesquisa realizada por Vargas e Fantinato (2011) visando a atuação e permanência dos professores na EJA destaca que um dos aspectos é o fato de não haver a necessidade de se manter tão “preso” ao conteúdo facilita bastante. A flexibilidade torna-se algo que permite a liberdade de compartilhar experiências e inserir o cotidiano e vivências do aluno na sala de aula. As autoras destacam que outro fator que pode ser considerado como auxiliador na educação de adultos é a identificação que acontece com os sujeitos. Nesse caso, a proximidade da faixa etária entre professor e aluno possibilita o trabalho de alguns assuntos que não seriam trabalhos pelo currículo infantil.

Em definição de espaço escolar, Brasil (2006, p. 3) define que “A sala de aula<sup>2</sup> é o espaço de encontro entre educandos privados de liberdade, professor(a) e conhecimento. Nela, vínculos de amizade, cooperação e confiança se constroem e se consolidam, animando o processo de ensinar e aprender”. Com isso, destaca-se como o espaço escola o local onde o indivíduo pode aprender e obter vínculos (BRASIL, 2006).

Considerando-se que os educandos privados de liberdade da EJA são aqueles que não puderam estudar em idade e períodos regulares como apontado na Lei nº 9.394/96. Dentro do Sistema Prisional, isso não é diferente, já que a população carcerária se caracteriza por jovens e adultos. Ao integrar-se esta discussão a prática da educação contemporânea ressalta-se a necessidade de vínculo do Estado que regula, governamental e direciona a sociedade com a pretensão de desenvolver uma sociedade justa, crítica e igualitária (TURCHIELLO, 2017). Neste sentido, destaca-se dentro das instituições penais, diversos programas voltados para a ressocialização do

---

<sup>2</sup> Considerando o termo “sala de aula” em uma perspectiva ampliada, como uma quadra de esportes ou outros espaços que possam ser utilizados em aulas de Educação Física.

preso, em grande diversidade para possibilidade o alcance do interesse da maior parte da população carcerária.

Para atuar em ambiente de cárcere, o profissional da educação deve, além de sua formação inicial em educação, é preciso realizar uma capacitação específica para conhecer as particularidades desse tipo de ensino. Dioro (2009) destaca que este é um ambiente onde a atuação do professor é quase sempre realizada a custo de esgotamento físico e emocional. Identifica-se que realidade da prisão destoa completamente da realidade da escola, bem como o perfil de interesse dos educandos privados de liberdade ao estudo o que exige do professor capacitação para atuar de forma socializadora e formadora daqueles que estão impedidos de liberdade.

Ainda no aspecto de reclusão, a Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013, apresenta como incentivo ao estudo a possibilidade de redução de pena. Destaca-se o art. 1º, item III:

[...] considerem, para fins de remição pelo estudo, o número de horas correspondente à efetiva participação do apenado nas atividades educacionais, independentemente do aproveitamento, exceto, neste último aspecto (aproveitamento), quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal (LEO, art. 129, § 1º), ocasião em que terá que comprovar, mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto frequência, como o aproveitamento escolar (BRASIL, 2013).

Assim, infere-se que a instituição penal não é reconhecida como um ambiente propício à educação. Mas, esta realidade vem sendo trabalhada e estudos e pesquisas voltadas a formação do professor que atua em ambiente de cárcere para minimizar as dificuldades e propiciar a efetiva mudança de vida e comportamento, facilitando a ressocialização e (re)inserção do indivíduo no mercado de trabalho, após período de reclusão. Por esse motivo, destaca-se a presença de discurso voltado ao profissional da educação na formação indivíduo e o quão importante se faz a sua formação e preparo para ação positiva nessa modalidade de ensino (DIORO, 2017). Assim, percebe-se que os professores atuantes nessa modalidade de ensino podem carecer de direcionamentos específicos para ação direta e as dificuldades enfrentadas tendem a tornar o processo ainda mais marcante.

Perante todo o processo histórico de busca e evolução na EJA, demonstra-se a necessidade de dar um direcionamento específico para a ação docente de Educação Física. Seguindo as diretrizes da LDB nº 9294/96, fica estabelecido a necessidade de:

Desenvolvimento da capacidade de aprender, com ênfase no domínio da leitura, da escrita e do cálculo;  
Compreensão da sociedade e das suas diferentes dimensões (ambiente natural e social sistema político, das artes e da tecnologia);  
Acesso aos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade, desenvolvimento de habilidade e formação de atitudes e valores que estimulem a construção de uma visão crítica da sociedade;  
Desenvolvimento da capacidade de aprender e construir visão crítica;  
Fortalecimento das relações interpessoais em seus diferentes níveis, com base no princípio da tolerância e solidariedade humana (BRASIL, 1996).

No entanto, apesar do currículo não se apresentar direcionado para o público adulto, o professor deve desenvolver habilidades e competências para exercer tal ação, como destaca Freire (1981, p. 72), que “[...] implica uma autoformação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto”.

Ao longo dos anos a EJA foi vista como um campo inexplorado e desconhecido, onde pudesse servir como um espaço de experiências e tentativas. Portanto, a reformulação necessária a ser aplicada na EJA é necessária ser repensada a visão diminutiva que sempre foi lançada aos educandos privados de liberdade adultos. Sem que esse olhar seja ultrapassado, dificilmente será possível concretizar as mudanças que se fazem urgentes nessa modalidade de ensino (ARROYO, 2005).

O interesse pela melhoria no ensino de adultos levou à realização de encontros que pudessem favorecer a formação e preparo dos educadores. Por isso, Vieira (2006, p. 101) apresenta que na:

[...] primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) ocorreu em 1949, em Elsinore, na Dinamarca. Desde então, a cada década, a UNESCO tem organizado conferências internacionais nas quais são firmados compromissos e delineadas estratégias que os países-membros se comprometem a cumprir.

Dessa forma, percebe que a preocupação com a qualidade da EJA já percorre traços de muitos anos. Apesar de não ser algo recente, ainda apresenta a necessidade de melhorias a serem repensadas e aplicadas. Desde a realização da II Conferência, onde foi determinado que a EJA deva ser considerada uma modalidade de ensino regular, que os países vêm lutando por melhorias. No entanto, o investimento tem sido considerado pequeno (VIEIRA, 2006).

Refletindo sobre a importância de se conseguir unificar a teoria com a prática, a proposta com a realidade de sala de aula é que se faz extremamente necessária a formação continuada do professor. Com isso, defendem a necessidade de se

repensar o currículo de formação de docentes, bem como da EJA, visando um ensino de qualidade e significativo para esse público repleto de vivência.

Aproximando esta discussão do foco desta dissertação e estudos baseados em Vieira (2006), Julião (2007) e Teixeira (2007), destaca-se que, o contexto do professor de Educação Física no Sistema Carcerário não se distancia de tal necessidade uma vez que este é agente ativo e participante do processo de ressocialização contribuindo com a transformação do indivíduo por meio da possibilidade do acesso à educação e ao trabalho. Julião (2007) aponta ainda que a educação e o trabalho são categorias importantes que fundamentam o processo de ressocialização no sistema penitenciário, sendo que, na maioria das vezes, o trabalho é mais valorizado que o acesso à educação, até porque, existem inúmeros obstáculos que fazem com que o indivíduo em situação de privação de liberdade tenha que escolher entre um ou outro. O trabalho vem como negação do ócio ocupando o tempo do apenado, porém a de se ter clareza da contradição presente no sistema capitalista de produção, que:

Negando o ócio, o trabalho no sistema penitenciário se caracteriza como a adição do castigo à produção de bens e serviços. Já que o trabalho pressupõe produção, nada mais favorável para os agentes operadores da Justiça do que utilizar o trabalho como instrumento de reinserção social, visto que estarão, diretamente, dando a oportunidade a indivíduos improdutivos (delinquentes) de se tornarem produtivos (JULIÃO, 2007, p. 30).

Mas além do trabalho se apresentar sob o viés de uma perspectiva reducionista, mesmo previsto enquanto direito fundamental a todo ser humano, ele não é garantido a todos no ambiente prisional, ou seja, é um “privilégio destinado a poucos”, como um benefício por bom comportamento. Legitimando tal ideia Teixeira (2007, p. 15) defende que a educação no sistema penitenciário não pode ser vista como privilégio, benefício e muito menos, como recompensa oferecida em troca de bom comportamento porque a: “Educação é direito previsto na legislação brasileira. A pena de prisão é definida como sendo um recolhimento temporário suficiente ao preparo do indivíduo ao convívio social [...]” Logo, mesmo sendo o trabalho e a educação asseguradas como direito de Lei os indivíduos em privação de liberdade e os próprios profissionais prisionais valorizam mais o trabalho do que a educação, como se um, fosse mais digno do que outro; assim, neste contexto, “o estudo é visto apenas como mero complemento do trabalho” (JULIÃO, 2007, p. 31). E para tanto se entende que a prática dos profissionais que atuam diretamente com estes indivíduos

está diretamente relacionada a ressocialização que em conjunto podem se tornar significativos e fundamentais à reconstrução do indivíduo, de seus ideais e até mesmo de perspectivas mais amplas em seu projeto de vida. Nesse sentido, Maeyer (2006, p. 22) destaca que:

O direito à educação deve ser exercido sob algumas condições: não pode ser considerado como sinônimo de formação profissional, tão pouco usado como ferramenta de reabilitação social. É ferramenta democrática de progresso, não mercadoria. A educação deve ser aberta, multidisciplinar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Pensar a educação enquanto possibilidade de ressocializar o indivíduo em privação de liberdade leva-nos a questionar: De que modo ocorre o acesso do indivíduo à sala de aula na prisão? Quais são os objetivos do ensino nas salas de aula do cárcere? O que fundamenta a prática de sala de aula no ambiente prisional?

As respostas a tais questões exigem uma análise ampla e árdua sobre o sistema. Conforme Onofre (2012), traz por um lado a educação como meio de transformação e de outro tem-se uma cultura prisional que busca adaptar os apenados às regras e ordens do ambiente prisional, silenciados em seus pensamentos e comportamentos.

Correlacionando com uma temática bastante presente na teoria de Freire (1996), a educação no ambiente prisional que busca a mera adaptação do indivíduo aos padrões e rotinas padronizados funciona como a “educação bancária” onde se deposita no indivíduo em privação de liberdade o que ele deve fazer, como ele deve obedecer, o que se espera dele, sem permitir qualquer possibilidade de expressão ou transformação do indivíduo.

Nesse contexto, almeja-se tanto na escola comum como na escola do cárcere, uma Educação Física concernente com as ideias de Bracht (2010), visando uma prática pedagógica intencional ao trabalhar o conteúdo de forma que o aluno compreenda que este universo da cultura corporal de movimento é uma construção do nosso contexto histórico e social. Portanto, toma-se como objeto da Educação Física a cultura corporal de movimento compreendendo o movimentar-se humano como forma de comunicação com o mundo, por isso uma Educação Física crítica vai além da aptidão física, para que enfatize também a educação estética, a sensibilidade, a incorporação de normas e valores com o entendimento racional da cultura corporal de movimento.

Bracht (1997, 1999, 2010) concebe a interdependência entre “movimento-pensamento”, pois não aceita a ideia de movimento sem pensamento e pensamento sem movimento, ambos constituem o mesmo processo de forma integrada (FARIA e BRACHT, 2014). Relaciona-se esta a junção dos termos com a mesma concepção da escrita do processo de “ensino-aprendizagem” com o hífen, sendo uma perspectiva que compreende este processo como um movimento conjunto, em que um não se desvincula do outro, estão integrados. Sendo este, mais um desafio para a área da Educação Física, uma prática pedagógica intencional que trabalhe os conteúdos na perspectiva integrada do “movimento-pensamento” coerente com o contexto da cultura corporal de movimento como uma construção histórica e social.

A partir dessa perspectiva, apresenta-se um breve contexto da Educação Física escolar e as concepções expressas nos projetos pedagógicos dos CEEBJA's participantes desta pesquisa que atendem unidades do Sistema Prisional do PR.

A Educação Física deve considerar o processo ensino-aprendizagem e o estudante em sua totalidade, e não apenas o seu desenvolvimento físico e motor. Nesse sentido, além do trabalho da ginástica, da dança, do jogo e do esporte, a Educação Física atende à necessidade humana de conhecimento primeiramente de sua mentalidade e existência corpórea.

A Educação Física chama a atenção para essa condição humana através de sua história, uma vez que os jogos, os esportes, as danças, as lutas e as diversas formas de ginásticas estão presentes na nossa cultura. Essa história do corpo influencia o comportamento, transmitindo valores, fazendo parte do dia a dia das pessoas, seja como prática nos momentos de lazer, seja como possibilidade para atuação profissional, ou de apreciação da mídia. No ensino da Educação Física deve-se incluir a vivência dessas modalidades como conteúdos, ampliando as possibilidades de os educandos privados de liberdade compreenderem, participarem e transformarem a sua realidade (PARANÁ, PPP-CEEBJA 2, 2010).

No decorrer dos tempos, a Educação Física sofreu várias influências, através do militarismo nos séculos XIII e XIX, quando o objetivo era adquirir, conservar, promover e restabelecer a saúde, através de exercícios físicos. A partir de 1931, o método francês de ginástica adotado pelas forças armadas torna obrigatório nas escolas, se consolida como Educação Física no contexto escolar a partir da constituição de 1937. Ainda na década de 30 começou a popularização do esporte sendo esse confundido com a Educação Física (PARANÁ, PPP-CEEBJA 2, 2010).

A partir de 1964, deu-se maior ênfase ao esporte no Brasil, o mesmo consolidou sua hegemonia na Educação Física sendo implantado nos currículos pelo método tecnicista centrado na competição e no desempenho. A Educação Física continuou obrigatória na escola com a promulgação da Lei nº 5692/71 por meio de seu artigo 7º e pelo Decreto 69450/71 e passou a ter legislação específica. Como atividade escolar regular e obrigatória no currículo de todos os cursos e níveis dos sistemas de ensino, a disciplina era ligada à aptidão física e considerada importante para o desenvolvimento da capacidade produtiva da classe trabalhadora e o desporto, a intenção era tornar o País uma potência olímpica (PARANÁ, PPP-CEEBJA 2, 2010). Na década de 80, alguns estudiosos na área pedagógica começam a dar destaque à Educação Física como área de conhecimento e surgem novas tendências progressistas da Educação Física como: Desenvolvimentista, Construtivista, Crítico Superadora, Crítico Emancipatória, em que há ênfase ao corpo em todos os seus aspectos, tanto de forma afetiva, cognitiva e motora. Diversos papéis foram atribuídos à Educação Física na escola; preparação do corpo do aluno para o mundo do trabalho; higienização e assepsia do corpo, buscando uma raça forte e enérgica, formação de atletas; terapia psicomotora e até como instrumento de disciplinarização e interdição do corpo.

Hoje, o papel da Educação Física está voltado ao desenvolvimento do indivíduo em todos os aspectos, buscando a formação de um sujeito que conheça e reconheça seu próprio corpo em movimento, valorizando aspectos da cultura corporal e o conhecimento científico, voltado a uma diversidade cultural e social da disciplina, manifestada nos gêneros, etnias, religiões, deficiência e faixa etária.

Não podemos desvincular a Educação Física do processo educacional, onde ela deve ser trabalhada na sua totalidade e a mesma deve ser vista também como área que produz conhecimento. De acordo com as Diretrizes de Educação Física do Estado do Paraná (PARANÁ, DCEF, 2008, p. 54): “[...] o corpo deve ser entendido na sua totalidade, ou seja, o ser humano é o seu corpo que sente pensa e age”. A dança, os jogos, os esportes, a ginástica e as lutas, são os conteúdos propostos para se trabalhar a Educação Física na escola, e cada um possui características específicas dentro de uma cultura corporal e constituem-se em um objeto de estudo, tendo em vista os aspectos socialmente construídos em torno de cada conteúdo específico. Cabe então a esta disciplina trabalhar essas dimensões dentro de uma cultura onde os estudantes deverão refletir sobre a evolução de cada conteúdo através do tempo

e suas relações com a evolução do homem, e aplicá-las de forma a produzir e reproduzir conhecimentos específicos.

Trabalhar a Educação Física na escola é proporcionar aos educandos privados de liberdade condições de vivenciar uma prática pedagógica, colocando-os diante desse patrimônio da humanidade. A Educação Física está voltada ao conhecimento de uma cultura corporal, abrangendo todos os conteúdos sugeridos, sem que haja nenhum tipo de preconceito ou alienação, objetivando ainda a modificação das relações sociais. Ela tem como objetivo oportunizar o acesso ao conhecimento, proporcionando a transformação individual e coletiva, favorecendo a inclusão, garantindo a todos os educandos privados de liberdade a sua participação nas atividades propostas e no princípio da diversidade, proporcionando as vivências corporais nos esportes, nos jogos, nas danças, na ginástica e nas lutas. Sendo a Cultura Corporal objeto de estudo e ensino da Educação Física, a disciplina deve focar uma ação pedagógica estimulando uma reflexão sobre o acervo das diversas formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido que são exteriorizadas pela expressão corporal (PARANÁ, DCEF, 2008).

As concepções trabalhadas, segundo a Lei nº 11645/2008, devem envolver todos os tipos de cultura, valorização das diversas culturas existentes no Brasil, (cultura afro-brasileira e indígena) dando prioridade, inicialmente, àquilo que o aluno traz como referência acerca do proposto. Tais concepções devem ter significado; relevância social; devem abranger conteúdos clássicos atualizados e adequados; confrontar o conhecimento da sociedade com o científico. O educador deve ter em mente todas as etapas do conhecimento, pensar que este não é estático, muda constantemente.

Com relação aos Desafios Contemporâneos serão desenvolvidas atividades utilizando filmes, textos, dinâmicas de grupos, valorizando a cultura através das danças, lutas, crenças, etc. Fatos sociais, tais como: prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana e também o Direito da Criança e Adolescente (Lei nº 11.525/07) também estão contemplados no ensino-aprendizagem da Educação Física. Em se tratando dos cuidados com a saúde, a Educação Física, não trata somente a uma responsabilidade do sujeito, mas sim, compreendidos no contexto das relações sociais, por meio de práticas e análises críticas do discurso a elas relativos. Neste contexto, a sexualidade pode ser analisada sob no mínimo dois aspectos: primeiro, que a entendem como fruição, prazer, alegria, encontro; segundo: a respeito



do que ela representa em termos da miséria humana: dominação sexual, sexismo, violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros (PARANÁ, DCEF, 2008).

Os Conteúdos Estruturantes da Educação Física para a Educação Básica devem ser abordados em complexidade crescente, isto porque, em cada um dos níveis de ensino os educandos privados de liberdade trazem consigo múltiplas experiências relativas ao conhecimento sistematizado, que devem ser consideradas no processo de ensino/aprendizagem (PARANÁ, DCEF, 2008).

A Educação Física e seu objeto de ensino/estudo, a Cultura Corporal, deve, ainda, ampliar a dimensão meramente motriz. Para isso, pode se enriquecer os conteúdos com experiências corporais das mais diferentes culturas, priorizando as particularidades de cada comunidade.

Os Conteúdos Estruturantes abordados contemplam os fundamentos da disciplina, em articulação com aspectos políticos, históricos, sociais, econômicos, culturais, bem como elementos da subjetividade representados na valorização do trabalho coletivo, na convivência com as diferenças, na formação social crítica e autônoma (PARANÁ, DCEF, 2008).

Os Conteúdos Estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica dos CEEBJA's do Sistema Prisional são os seguintes (PARANÁ, PPP-CEEBJA 1 e 2, 2010):

São seis os conteúdos estruturantes para a Educação Física nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio: corpo e sociedade, esporte, jogo, ginástica, lutas e dança. Os conteúdos básicos que derivam dos estruturantes são: 1. Corpo e sociedade: Consciência corporal e interação social com os objetivos de possibilitar a interação no trabalho em grupo, propiciar vivências de sensibilização e ludicidade, desenvolver a consciência corporal. 2. Esporte: Coletivos, individuais e radicais. Concepções de esporte e jogo com os objetivos de promover a integração dos educandos privados de liberdade em práticas corporais, vivenciar atividades corporais que ampliem as percepções. 3. Jogo: Jogos intelectivos, cooperativos, rítmicos, recreativos com os objetivos de refletir sobre as relações entre saúde, atividade física e contexto social e cultural. Jogos de tabuleiro e brincadeiras e cantigas de roda. 4. Ginástica: Ginástica rítmica, circense e geral com o objetivo de exercitar a acuidade visual e auditiva e coordenação motora. 5. Lutas: Lutas de aproximação, com instrumento mediador e capoeira. Origem e modalidades com o objetivo de conhecer

a história das lutas na Cultura Afro-brasileira e Africana. 6. Dança: Dança (nacionais e regionais, danças folclóricas, danças de rua, danças criativas, circulares, clássicas entre outras, com os objetivos de identificar as danças regionais, apreciar diferentes modalidades de dança (PARANÁ, DCEF, 2008).

A metodologia de ensino da Educação Física no cárcere ocorre por meio de práticas corporais, seja do esporte, dos jogos, da dança, da ginástica e das lutas, pretende-se ir além da dimensão motriz, fortalecendo a função social da Educação Física no sentido de contribuir para que os educandos privados de liberdade se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente, refletir criticamente sobre as práticas corporais. Tudo isso possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas, considerando as características de todas as dimensões da prática da Educação Física: cognitivas, corporais, afetivas, éticas, interpessoais e sociais (PARANÁ, PPP-CEEBJA 2, 2010).

Atendendo ao Projeto Político Pedagógico, as atividades desenvolvidas devem proporcionar ao aluno a compreensão do mundo, verificar a sua capacidade de exploração e a linha do domínio da realidade. O estudante deve usar os conteúdos como ferramenta para enfrentar a realidade de forma participativa, crítica, reflexiva e assim transformando sua realidade e qualidade de vida (PARANÁ, PPP-CEEBJA 2, 2010). O ensino-aprendizagem da Educação Física pode conscientizar os estudantes sobre as diferenças entre jogos e esporte, sobre as atitudes de respeito, solidariedade, cooperação e espírito esportivo, sobre os valores do passado e do presente, tendo como objetivo maior de estimular a prática da Educação Física. Para a construção do conhecimento é importante que se propicie, ao mesmo tempo, a expressão corporal, o aprendizado das técnicas próprias dos conteúdos propostos e a reflexão do movimento corporal, tudo isso segundo o princípio da complexidade crescente.

#### 2.4 TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A sociedade atual passa por profundas mudanças caracterizadas por uma maciça valorização do conhecimento. Nossa sociedade é chamada de “sociedade do conhecimento”, observa-se que o processo de construção de novos saberes tem papel importante e passa a requerer um profissional diferenciado. Apesar de constatar que a maioria dos educandos privados de liberdade-presos são mal alfabetizados (BRASIL, 2014b), espera-se desse indivíduo ressocializado e futuro trabalhador uma

autonomia no pensar, no aprender, em trabalhar em grupo e de se conhecer como indivíduo. Sendo assim, exige-se novas metodologias, novas ferramentas no cenário educacional nas mais variadas abordagens, dentro o qual, considerando o foco deste estudo deste mestrado, temos o olhar para a EJA no sistema penitenciário (ROSENAU *et. al* 2017).

Nesse cenário educacional é garantido a educação de qualidade, pois assim como qualquer outro setor da sociedade a educação é um direito, esse é garantido pela Constituição Federal de 1988. Sendo que no art. 6º, embasada no documento jurídico, a educação juntamente com a moradia, o trabalho, o lazer, a saúde, entre outros – é um direito social, garantido a todos do Sistema Carcerário. Ela é um direito que além de ser garantido em lei também é explicitado no artigo 205 da Constituição:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Observa-se assim que é dever do Estado e o direito de toda e qualquer pessoa sem distinção tenha o direito a educação. Outra legislação que também garante esse direito a população carcerária é a LEP, que desde 1976, garante a obrigatoriedade do Estado em ofertar a assistência necessária para os indivíduos que se estão presos. Assim como explicitado no artigo 10, “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (MOREIRA, 2007, p. 34).

O direito a educação é garantido pelo estado, além de também ter sido explicitada no atual Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE, Lei nº 13.005, de 2014), focadas na educação de jovens e adultos do Sistema Carcerário, Visando:

Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração (BRASIL, 2014c).

Assim temos ampliadas dentro desse Sistema Carcerário da educação de jovens e adultos as possibilidades de uso de tecnologias nas unidades prisionais, visando ao enriquecimento da relação de ensino-aprendizagem (UNESCO, 2006). Sendo assim, infere-se que apesar do uso das tecnologias na EJA no sistema ser um

direito do indivíduo bem como o acesso à educação percebe-se que esta esbarra na ausência de espaços e pessoal qualificado.

As tecnologias podem ser usadas também na prática da Educação Física no EJA no Sistema Carcerário (ROSENAU e SILVA, 2016) para promover o direito do indivíduo a ressocialização na sociedade, bem como ofertando possibilidades profissionais após sua saída da prisão. Moraes, Moraes e Ramos (2014) e Matos (2016) explicitam que se faz necessário a inserção de práticas de Educação Física e o uso de tecnologias com o intuito de promoção da qualidade de vida e saúde da população carcerária. Observando-se por este viés evidencia-se que a mudanças de aprimoramento de práticas pedagógicas dentro se amplia nos mais variados contextos de atuação docente integrando por sua vez também o Sistema Carcerário, uma vez a educação se modifica e se renova juntamente com os anseios da sociedade, promovendo a inclusão social através da informatização e a democratização da cibercultura propiciada pela internet (CARVALHO JUNIOR, 2015). Essas podem receber vários adjetivos como: da informação e comunicação; novas tecnologias da informação e comunicação; tecnologias digitais; tecnologias eletrônicas entre outras denominações que variam atreladas às características de cada uma.

A tecnologia é compreendida como um o conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, a construção e a utilização de um equipamento em determinada atividade (KENSKI, 2012). Observa-se que no nosso cotidiano seja para uso pessoal ou profissional estamos cercados de ferramentas tecnológicas. Nota-se que é inconcebível pensarmos na vida atualmente sem o uso das tecnologias, pois fizemos uso diariamente dela. Vive-se hoje numa cultura digital onde as Tecnologias Digitais (TD) interferem diretamente na nossa maneira de pensar, sentir e agir e também de nos relacionarmos com o aprendizado e na aquisição do conhecimento. Assim no Sistema Carcerário essas podem possibilitar a criação e utilização de novas metodologias para o ensino seja da Educação Física ou de outra área do conhecimento (KENSKI, 2012).

Na prática docente para a utilização no Sistema Carcerário segundo Cruz Junior e Silva (2010) a TD resultou em novos equipamentos que transformaram o cenário sócio-político, econômico e cultural. Contudo, percebe-se que algum docente que não tem competência tecnológica desenvolvida para utilizar as ferramentas diretamente na sua prática pedagógica seja para elaboração de suas atividades e/ou aulas ou para organização com os sistemas integrados das redes de ensino da

população carcerária. Destaca-se que as tecnologias digitais não servem apenas para conteúdos extracurriculares, que por sua vez servem de alicerce para o aprendizado, essas também são ferramentas e conhecimentos pedagógicos que precisam se integrar ao conteúdo da prática pedagógica (CRUZ JUNIOR e SILVA, 2010). E neste sentido, tem-se a possibilidade de aplicação destes recursos nas mais variadas práticas docentes em seus diferentes contextos. Assim, as tecnologias digitais apresentam-se como ferramenta para o trabalho docente. Por si só, essas não constroem nada, não mudam nada. Mas, dadas as tecnologias digitais mudanças no agir no processo pedagógico transcendem a didática da interconexão multidisciplinar e chega-se a “interconexão multirrecursos”. Um exemplo deste novo cenário são as metodologias ativas de aprendizagem visando a inovação pedagógica (CARVALHO JUNIOR, 2015).

Com base no foco desta dissertação de mestrado evidencia-se o uso das tecnologias na prática de Educação Física que comumente é vista como eminentemente prática corporal e seu docente/instrutor nesse sentido, vedada sua aplicação às quadras, ginásios, piscinas e outros ambientes ligados ao esporte (CARVALHO JUNIOR, 2015). Porém a Educação Física apresenta um grande rol de conhecimentos a serem trabalhados/ explorados que vão além da prática, do fazer por fazer, assim como as demais disciplinas, como abordado no tópico anterior.

As tecnologias digitais inovam e se alteram a cada dia sendo muito renováveis assim muitos professores têm dificuldades em acompanhar essa inovação, essa evolução mantendo-se diariamente atualizados, pois cada dia é um fazer tecnológico diferente que é inserido na nossa vida cotidiana.

Santaella (2013, p.20) afirma que a inteligência humana está evoluindo rapidamente e que vivemos na atualidade “um salto transformador de dimensões antropológicas”, pois o ser humano avança e se transforma com as revoluções tecnológicas. Catapan (2001) enfatiza que é preciso explorar as potencialidades das Tecnologias de Comunicação Digital (TCD) para um “novo modo do ser, do saber e do apreender”, pois a educação avança quando cria novas metodologias de ensino. Santaella (2013), ressalta que é relevante na educação a investigação sobre as práticas pedagógicas com tecnologias digitais, pois estas contribuem para a aprendizagem dos estudantes e para o crescimento da complexidade da cognição humana (SANTAELLA, 2013).

Conforme Santaella (2013), a comunicação digital está em visibilidade no momento atual, por ser recente e também pelo fato das mídias digitais transformar as mídias que vieram antes. Esse avanço tecnológico, associado à sociedade da informação, resultaram na transformação das mídias para o modo de transmissão digital. Isto significa que o processo de comunicação mudou, além de existir a linguagem escrita em formato de livro impresso analógico. Ele existe também no formato digital, a mesma coisa para uma peça de teatro que é gravada e posteriormente disponibilizada em vídeos na *web*. Isto não significa que o formato clássico deixou de existir, mas que eles coexistem. Inclusive o que está na *web* pode ser baixado e utilizado em modo *off-line*. Assim, o aluno do cárcere não é impedido legalmente de ter acesso aos novos modos de reproduzir e organizar os conhecimentos em modo digital, pois o professor tem a possibilidade de utilizá-los como recurso pedagógico no modo *off-line*.

Percebe-se que o professor que usa dessas inovações tecnológicas pode trazer para o contexto escolar inúmeros benefícios para os estudantes e docentes, além das facilidades para a comunicação (ROSENAU, 2016).

Se o conhecimento concreto e abstrato é ou foi produzido pelos sujeitos sociais que vivem ou que viveram num determinado contexto histórico, então, ele faz parte da cultura social humana e, portanto, é um direito dos estudantes conhecê-lo.

Além disso, se queremos contribuir para a formação de sujeitos que sejam capazes de refletir e influenciar de forma consciente nas tomadas de decisões, não podemos deixá-los alheios às questões relativas a ciência e a tecnologia em nenhuma área, isto significa a inclusão da Educação Física. Por isto é importante buscarmos o entendimento das possíveis relações entre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e as diversas transformações culturais, sociais e econômicas na humanidade decorrentes deste desenvolvimento que, em muitos aspectos, depende de uma percepção histórica de como estas relações foram sendo estabelecidas ao longo do tempo. Mas, considerando que também as tecnologias são historicamente construídas e entendendo que

[...] tecnologia refere-se à forma específica da relação entre o ser humano e a matéria, no processo de trabalho, que envolve o uso de meios de produção para agir sobre a matéria, com base em energia, conhecimento e informação. [...] refere-se a arranjos materiais e sociais que envolvem processos físicos e organizacionais, referidos ao conhecimento científico aplicável. No entanto, a tecnologia não é propriedade neutra ligada à eficiência produtivista, e não determina a sociedade, da mesma forma que esta não escreve o curso da

transformação tecnológica. Ao contrário, as tecnologias são produtos da ação humana, historicamente construídos, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciados por eles. Os produtos e processos tecnológicos são considerados artefatos sociais e culturais, que carregam consigo relações de poder, intenções e interesses diversos (OLIVEIRA, 2001, p.101-102).

Considerando ainda que, como nos ensina Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, o processo de ensino-aprendizagem deve partir do conhecimento prévio dos educandos privados de liberdade respeitando seu contexto social e suas concepções espontâneas a respeito de seu próprio mundo.

Todavia, não é raro encontrar docentes na comunidade escolar e no Sistema Carcerário com muitos anos de exercício profissional que ainda possuem conhecimentos insuficientes para operar um computador (COSTA; DUQUEVIZ; PEDROZA, 2015). Na maioria das vezes, isso ocorre devido à falta de tempo e/ou falta de oportunidade dentro do sistema ensino em prover os recursos e capacitações necessárias, em outros casos por falta de interesse dos professores. Porém em uma corrente contraditória a esses profissionais, também encontramos docentes que ministram aulas no Sistema Carcerário que são recém-formados que não sabem o que é um mimeógrafo, mas estão integrados e dominam as novas tecnologias (CARVALHO JUNIOR, 2015).

Os recursos digitais sejam no Sistema Carcerário e/ou em outros sistemas de ensino, para ministram aulas de Educação Física ou de outra área do conhecimento vieram para facilitar e agilizar o trabalho do professor fazendo um tripé entre o aluno – professor – conhecimento (ROSENAU *et al.* 2017). Quando se pensa em tecnologia as possibilidades são infinitas, por exemplo, é possível trabalhar conteúdos relacionados a atividade física, como, frequência cardíaca (ROSENAU e SILVA, 2016). Uma possibilidade, segundo os autores, seria utilizar a tecnologia para trazer conteúdos complementares e aprofundar a discussão por meio de textos, figuras, aplicativos off-line entre outros elementos que permitem aumentar a motivação engajamento além de contribuir com a reintegração do indivíduo por meio do uso educativo das tecnologias.

A Educação Física segundo as diretrizes curriculares destaca-se como área de intervenção no movimento humano, com foco nas mais diferentes formas e modalidades, na perspectiva de formação motora e cultural do indivíduo conforme as publicações de Brasil (1996), Rosenau e Silva (2016). Neste sentido, por meio de estudos baseados em Brasil (2014 e 2016), Rosenau e Silva (2016), entende-se que

utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação é uma forma de ampliar e diversificar as fontes de produção e de difusão de conhecimento nesta área trabalhando com o desenvolvimento cognitivo corporal, como por exemplo utilizando aplicativos no modo *off-line*.

Assim percebe-se que as tecnologias digitais apresentam possibilidades para serem usadas pelos professores como os estudantes detentos como recurso pedagógico nesse cenário por meio de trabalhos geradores e da contextualização da base integrante do trabalho nessa especificidade educacional. Portanto, os educadores do Sistema Carcerário precisam romper alguns pré-conceitos. Zampieri *et al.* (2014) (destacam que os educandos do EJA são vitimizados pelo processo de educação tardia, os educandos do Sistema Carcerário por sua vez são reconhecidos como excluídos das relações sociais, nesta integração, Zampieri *et al.* (2014) discutem a necessidade de desconstrução deste assujeitamento de modo a criar oportunidades através de um processo inclusivo, de superação e fortalecimento de oportunidades para uma nova vida. Porém, como aponta Rosenau (2016) além destes pré-conceitos do cenário EJA e cárcere tem-se ainda nos dias atuais a resistência para a utilização de tecnologias, algumas vezes por falta de conhecimento e recursos, outras pela questão da função de uma formação mais tecnicista e esportivizada, que visa sua utilização voltada exclusivamente a prática. Desta forma entende-se que numa intervenção interdisciplinar as tecnologias podem integrar as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física nos mais variados contextos, como no Sistema Carcerário. Este desafio não é simples, como evidenciam Rosenau e Silva (2016) em seus estudos, exige novos interesses, conhecimentos e práticas dos docentes.



### 3 DOMÍNIO METODOLÓGICO

O caminho trilhado pelo pesquisador compõe o procedimento metodológico da pesquisa que neste estudo parte de saberes teórico e expande-se a contextos práticos. Os procedimentos são definidos a partir de métodos enquanto uma integração de “atividades sistemáticas e racionais que [...] permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 65). Nesse contexto, compreende-se que o procedimento metodológico desta pesquisa é definido pelas escolhas de busca e descrição do referencial teórico, de técnicas de coletas de dados e também é influenciada pelo contexto em questão.

Bunge (1974) explica que mesmo em situações iguais, com os pesquisadores partindo do mesmo problema e possuindo os mesmos dados, os resultados criados serão diferentes, isso significa que o cientista é influenciado pelas variáveis do contexto que vivencia.

Nessa perspectiva, apresentam-se neste capítulo os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa a qual foi estruturada pelo Vê de Gowin (NOVAK e GOWIN, 1984). A Figura 1 apresenta o percurso metodológico deste trabalho investigativo e será explicitada no item 3.1 a seguir.

FIGURA 01: PLANIFICAÇÃO DA PESQUISA - VÊ DE GOWIN



O Vê de Gowin foi adaptado para a orientação da pesquisa de Roncarelli (2007 e 2012) por Catapan (2001 e 2010) no intuito de direcionar e apresentar os procedimentos teóricos e metodológicos relacionados à pesquisa. O Vê de Gowin organiza de forma visual a pesquisa apresentando no centro superior a Questão Básica da Pesquisa que interage com o domínio conceitual e metodológico. No vértice do Vê encontra-se o Objeto da pesquisa em análise que foi a Educação Física no Cárcere e o uso de tecnologias digitais como possível recurso pedagógico. O lado esquerdo do Vê de Gowin contém o domínio conceitual do conhecimento estudado e corresponde à parte teórica da pesquisa em análise. O lado direito do Vê de Gowin contém a vertente processual da pesquisa, a metodologia adotada para captar e interpretar fenômenos (NOVAK e GOWIN, 1984).

### 3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa de mestrado desenvolveu-se a partir de fundamentos científicos permitindo a construção de conhecimento logicamente correlacionada a partir de um determinado fenômeno tendo por função aperfeiçoar a relação do homem com o seu mundo (MARCONI; LAKATOS, 2010). Quanto aos objetivos deste estudo a abordagem da pesquisa é de natureza exploratória-descritiva. É exploratória, pois teve o propósito de buscar maior familiaridade com a questão das práticas de Educação Física na EJA do Sistema Prisional para compreender o contexto dessa realidade e perspectivas das tecnologias digitais como recurso pedagógico. É descritiva, pois buscou descrever o contexto docente no Sistema Prisional, bem como a relação do processo pedagógico das práticas de Educação Física com outras variáveis, como por exemplo o Regime Prisional.

De natureza teórico-prático, a problemática que norteia a pesquisa buscando aproximar conceitos e experiências do contexto das tecnologias como recurso pedagógico na prática do professor de Educação Física no Sistema Carcerário (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Este estudo apresentou inicialmente uma proposta de pesquisa-ação, segundo Thiollent (2011) o pesquisador e pesquisado estão ativamente envolvidos com os problemas encontrados na realidade ou no grupo estudado dentro dos fundamentos de investigação científica e com vistas aos objetivos práticos mais imediatos, podendo estar relacionado a proposição de soluções, quando possível. Ou seja, a pesquisa emergiu inicialmente com a proposta

participativa não só de identificar como os professores de Educação Física do Sistema Carcerário utilizam as tecnologias, o que levou o pesquisador planejar o desenvolvimento de um produto educacional que seria concebido como um Curso de Extensão para este público, o que pode ser verificado (APÊNDICE C).

A utilização desta metodologia, justifica-se pela intenção de se esclarecer um problema de cunho educacional e social de teorias e práticas disseminadas no uso da tecnologia na atuação do professor de Educação Física do Sistema Carcerário, é uma pesquisa-ação de diagnóstico com a finalidade de identificar as tensões e indicar propostas de solução para os problemas (HAGUETE, 2001).

Como estratégia de desenvolvimento de estudo a pesquisa-ação de diagnóstico se configurava num importante método “que permite conceber e organizar uma pesquisa social de finalidade prática” (THIOLLENT, 2010, p. 32), discutindo nesta dissertação de mestrado à luz do uso de tecnologias na prática do professor de Educação Física que atua no sistema educacional carcerário da EJA, com vistas a avaliar esta integração de modo a atender as necessidades dos educandos, e de refletir criticamente em torno das políticas públicas de educação além das práticas de ensino e aprendizagem específicas ao Sistema Carcerário da EJA. Essa abordagem considera que os docentes envolvidos neste contexto, têm condições de contribuir com suas experiências e conhecimentos aperfeiçoando as metodologias de ensino e os recursos pedagógicos na perspectiva de engajar o aluno privado de liberdade.

Contudo, ao longo da pesquisa percebeu-se que o Sistema Carcerário envolve a resistência de muitos professores para participar da pesquisa. A intenção inicial era aplicar um questionário diagnóstico, oferecer um curso de extensão no moodle da UFPR e após isso aplicar um questionário de avaliação final. No ano de 2017 não houveram respondentes suficientes, apenas 1 docente do CEEBJA 1, impossibilitando a oferta do curso de extensão. No ano de 2018 os contatos iniciaram no mês de fevereiro e somente no mês de maio, após envio de muitos e-mails e muitas ligações semanais para os diretores dos CEEBJA's e uma visita presencial à escola em Piraquara é que foi possível conseguir a participação de mais três professores do CEEBJA 2. Isso comprometeu a proposta inicial deste estudo e este trabalho necessitou readequar sua proposta inicial que era a pesquisa-ação e passar a ser um estudo exploratório de pesquisa-ação diagnóstico. Vale destacar que o ajuste nos procedimentos metodológicos ao longo da prática da pesquisa foram fundamentais para conclusão com excelência bem como contribuição em esclarecer um problema

de cunho educacional e social à luz de teorias e práticas disseminadas para o uso da tecnologia na atuação do professor de Educação Física do Sistema Carcerário. Portanto, compreende-se que a necessidade de alterações devido a não adesão ao curso proposto já é um dado em si, o qual sinaliza possíveis conflitos entre os interesses dos docentes e a forma de execução da política do plano de carreiras da SEED-PR, informações estas fornecidas via telefone pelos gestores dos próprios CEEBJA's.

A metodologia de análise dos dados teve como referencial os conceitos de: Ideia Chave (ICH) e Ideia-Central (IC) de Lefreve e Lefreve (2012) e utilizou o *software* NVivo® para análise textual qualitativa e representação gráfica das palavras recorrentes (LAGE, 2010).

### 3.2 LÓCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para analisar as práticas dos professores de Educação Física, que trabalham no sistema educacional dos cárceres, quanto ao uso das tecnologias digitais como recurso pedagógico, foram selecionados de modo intencional uma amostra não-probabilística, por conveniência, selecionada para contribuir com a resposta à problemática (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O Departamento Penitenciário do Paraná viabiliza a Educação Básica, a Qualificação Profissional, a Remição pela Leitura e ações Culturais e de Esporte às pessoas privadas de liberdade. Esta oferta se dá por meio da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Conforme Figura 2, pode-se visualizar que o DEPEN dispõe de nove Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos/CEEBJA's distribuídos no estado do Paraná. Estes CEEBJA's foram criados exclusivamente, para atender todos os Estabelecimentos Prisionais, atendendo a Proposta Pedagógico Curricular para a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos Estabelecimentos Penais do Paraná aprovada pelo Conselho Estadual de Educação pelo PARECER CEE/CEIF/CEMEP nº 02/14.

FIGURA 02: CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PENAL DO PARANÁ



FONTE: DEPEN (PARANÁ, 2018)

Inicialmente, definiu-se como amostra desta pesquisa sete Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) que atendem as Unidades Penais no estado do Paraná, sendo eles:

CEEBJA Dr. Mário Faraco – Atendimentos às Unidades Penais: CPAI – CCC – CMP – CCSJP – CRAF – PEP1 – PEP2 – PCE – PFP.

CEEBJA Wilson A. Neduziak – Atendimentos às Unidades Penais: PIC – PEC – PFCAT.

CEEBJA Helena Kolody – Atendimentos às Unidades Penais: PEF I – PEF II – CPLN – CRESF.

CEEBJA Nova Visão – Atendimentos a Unidade Penal: FIG.

CEEBJA Prof Manoel Machado – Atendimentos às Unidades Penais: PEL I – PEL II –

CRESLON – CCL.

CEEBJA Prof. Tomires M. de Carvalho – Atendimentos às Unidades Penais: PEM – CPIM – CCM.

CEEBJA Prof. Odair Pasqualini – Atendimentos às Unidades Penais: PEPG – CRAPG.

Para chegar a esta delimitação apresentada no Quadro 5 trabalhou-se com base no Sistema Penitenciário presente no Estado do Paraná. Dos sete CEEBJAS que atendem as Unidades Penais, foram obtidas respostas de quatro professores de Educação Física, que se dispuseram ser participantes da pesquisa. Estes professores atuam em dois CEEBJAS, atendendo cinco Unidades Penais<sup>3</sup>, sendo que as Unidades A e B são atendidas pelo CEEBJA 1. As Unidades Penais C, D e E são atendidas pelo CEEBJA 2.

QUADRO 05 - *LOCÚS DA PESQUISA*

<b>Escolas</b>	<b>Unidades Penitenciárias</b>	<b>Respondentes</b>
CEEBJA1	A e B	R1
CEEBJA 2	C e D	R2
CEEBJA 2	D	R3
CEEBJA 2	E	R4
2 CEEBJAs	5 Unidades Penitenciárias: 2 de Regime Fechado (B, D) e 3 de Regime Semi-Aberto (A, C, E)	4 Professores de Educação Física do QPM da SEED-PR

FONTE: Rosenau; Haracemiv (2018).

A missão do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná é “promover a reinserção social dos apenados, através do respeito à pessoa presa e humanização das prisões” (DEPEN, 2018, p. 1), segundo esse departamento a educação prisional desenvolvida segue um modelo de educação flexível, integrando formação profissional e tecnológica. Entretanto, os quatro respondentes desta pesquisa evidenciam que há limitações quanto ao desenvolvimento destes direitos de forma fluida, pois há a necessidade de constantes adaptações conforme a unidade prisional.

A presente pesquisa desenvolveu-se a partir de seis principais atores participantes, são eles: orientadora da pesquisa e pesquisador responsáveis pela organização sistemática do conhecimento, definição metodológica da pesquisa bem

<sup>3</sup> Os CEEBJA's e as penitenciárias não serão nominadas no texto à pedido dos respondentes da pesquisa e conforme protocolo de pesquisa aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa, CEP/UFPR.

como coleta, análise e discussão dos dados; e os quatro professores de Educação Física da SEED-PR que atuam nos CEEBJA's do Sistema Prisional, os quais disponibilizaram seu tempo para responder ao instrumento de coleta de dados proposto, contribuindo de modo substantivo com esta pesquisa.

Esta pesquisa teve seu início a partir da definição do tema onde se mapeou o objeto a ser investigado cientificamente. Esta investigação partiu de uma abordagem exploratória que permitiu, pela revisão bibliográfica, aproximar o pesquisador de estudos e dados relevantes relacionados a temática de modo a orientar as indagações a partir de conhecimento já construído e disseminado (MARCONI; LAKATOS, 2010). Além da revisão de literatura, o pesquisador trabalhou também com a pesquisa documental, definida por Marconi e Lakatos (2010), como sendo os documentos de fonte direta ao objeto de estudo. Os principais documentos utilizados para a fase exploratória do objeto foram os relatórios do INFOPEN (BRASIL, 2014a e 2016), o Plano Estadual de Educação Prisional – PEEP (PARANÁ, 2012) e dados do DEPEN-PR (PARANÁ, 2014).

Após a organização estruturada do projeto o mesmo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPR para aprovação com emissão do parecer de autorização para início da pesquisa (Anexo C). Diante de tal autorização, fez-se o contato com as instituições selecionadas para serem coparticipantes, são elas: SEED-PR (Anexo A) e DEPEN-PR (Anexo B). Entende-se como coparticipantes por estas serem as instituições gestoras e por terem acesso aos contatos dos professores de Educação Física.

### 3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O primeiro contato foi realizado com os sete diretores dos CEEBJAS que atendem as penitenciárias do DEPEN-PR. Os diretores não forneciam o contato direto dos professores, mas informaram que iriam encaminhar o e-mail do pesquisador para os professores, onde fez-se a informação da realização da pesquisa a partir de um e-mail no período de setembro de 2017, com a postagem do questionário, Instrumento de Coleta de Dados (Apêndice A), composto de três Campos Investigativos.

O 1º Campo investigativo foi elaborado visando traçar o perfil do professor que atua no Sistema Penal do Paraná; O 2º Campo buscou identificar os desafios, limites e motivações para o trabalho com a Educação Física no cárcere; O 3º Campo foi

constituído objetivando conhecer a prática do professor de Educação Física da EJA no Sistema Penal e a utilização das tecnologias digitais como recurso pedagógico, com a preocupação de investigar as articulações das referidas práticas com as Diretrizes Curriculares de Educação Física do Estado do Paraná.

Nesse primeiro momento de coleta de dados com os professores de Educação Física do Sistema Carcerário do PR, foi realizado contato por e-mail no final do mês de setembro de 2017. Em resposta a este e-mail, obteve-se apenas um aceite confirmado pelo docente do CEEBJA 1, que aceitou participar dando ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), que foi assinado, digitalizado e enviado ao pesquisador.

Como não houve mais nenhum respondente no ano de 2017, isso inviabilizou a oferta do Curso de Extensão (APÊNDICE C) programado para ser desenvolvido nos meses de outubro e novembro de 2017, na plataforma Moodle da CIPEAD da UFPR. O referido curso pretendia após aplicação do questionário diagnóstico (APÊNDICE A), propiciar discussão sobre atividades físicas com o uso de tecnologias digitais como recurso pedagógico.

Diante da dificuldade em obter respostas, a pesquisa necessitou estruturar um novo desenho. Atribui-se como possíveis causas as políticas de lotação dos professores atuantes nos CEEBJA's das Unidades Penais, frente a política pública adotada pelo governador do PSDB em 2017 no estado do Paraná. O então governador decretou a devolução às suas escolas de origem, a partir de 1º de janeiro de 2018 dos professores em exercício nos estabelecimentos penais e socioeducativos, pela Lei estadual 19.130/2017. O governo pretendia modificar a Lei que instituiu a Diária Especial por Atividade Extra jornada Voluntária, a Gratificação Intramuros (GRAIM), de todos os ocupantes de cargos e funções, no Supremo Tribunal Federal na qual ele pleiteava a extinção da gratificação dos servidores em exercício nos estabelecimentos penais e socioeducativos do estado. No início do ano letivo de 2018 a situação foi mediada pela ministra do STF que veio até ao Paraná e acatou, junto a Corte, o pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5836, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Em fevereiro de 2018 foram realizados novos contatos com os CEEBJA's, conforme protocolo de registro (Apêndice D) que descreve quando foram realizados todos os contatos até o mês de maio de 2018.

Considera-se que estas conjunturas políticas influenciaram a resistência para



participação dos professores no curso de extensão, não havendo inscritos. Como não houveram inscritos para o Curso de Extensão e nem respostas ao ICD (APÊNDICE A) foi realizada uma visita ao CEEBJA 2. Esta visita possibilitou uma conversa de 30 minutos com um docente de Educação Física que contribuiu para que mais dois docentes aceitassem participar. Estes três professores enviaram por e-mail suas respostas ao ICD (APÊNDICE A) sendo todos do mesmo CEEBJA. Dessa forma, quatro docentes no total que responderam ao questionário *on-line*.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Após o levantamento de dados, realizado no primeiro semestre de 2018, iniciou-se a análise dos dados coletados por meio da aplicação de um questionário com os professores de dois CEEBJA's, utilizando a abordagem qualitativa na análise das respostas. A análise das falas expressas nas respostas dos docentes tendo como referencial o conceito de Ideia Chave (ICH) como “[...] pedaços, ou trechos, ou segmentos, contínuos ou descontínuos do discurso, que devem ser selecionados pelo pesquisador e que revelam a essência do conteúdo do depoimento ou discurso” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 73). A Ideia-Central(IC) “é um nome ou expressão linguística que revela e descreve da maneira mais sintética e precisa possível o sentido ou os sentidos das ICH” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 76-77), sendo que Ideias Centrais são o que o respondente quis dizer (ou o quê, sobre o quê) e as ICH como isso foi dito, como uma abstração sintética da ideia chave destacada (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O Instrumento de Coleta de Dados – ICD (APÊNDICE A) é composto de três Campos Investigativos:

**1º Campo investigativo:** Perfil do professor que atua no Sistema Penal do Paraná;

**2º Campo investigativo:** Desafios, limites e motivações para o trabalho com a Educação Física no cárcere;

**3º Campo investigativo:** Prática do professor de Educação Física da EJA no Sistema Penal e a utilização das tecnologias digitais como recurso pedagógico. E articulações das práticas com as Diretrizes Curriculares de Educação Física do Estado do Paraná.

O método de análise das falas expressas nas respostas dos docentes teve como referencial os conceitos de: **Ideia Chave (ICH)** e **Ideia-Central (IC)** de Lefreve e Lefreve (2012). Segundo Lefreve; Levefre (2012) para identificar os comentários de maior relevância a métrica estabelecida é de no mínimo 50% para o índice de frequência nas respostas das ideias chave na constituição da ideia central, para que sejam apresentadas as ideias recorrentes. Nessa pesquisa a métrica utilizada foi de 100%, frente ao número de docentes participantes. Os comentários sobre a prática do professor de Educação Física foram descritos, pois mesmo que singulares, foram

considerados importantes para identificar o uso das tecnologias como recurso pedagógico.

Para representar graficamente as palavras encontradas, por meio da consulta de frequência das mesmas, utilizou-se o *software* NVivo®. Este *software* foi utilizado como apoio para a análise qualitativa do texto, organização dos dados, otimização de tempo e representações gráficas das palavras recorrentes (LAGE, 2010).

As respostas ao questionário foram sistematizados a partir de uma planilha eletrônica, gerada automaticamente pelo formulário do *google docs*, nesta planilha foram selecionadas as respostas mais recorrentes em cada questão, e encontram-se descritas nesse capítulo, visando apresentar e descrever os dados coletados com a intenção de analisar as práticas dos professores de Educação Física, que trabalham nos CEEBJA's 1 e 2, em cinco Unidades Penais do Sistema Penitenciário do Paraná, quanto ao uso das tecnologias digitais como recurso pedagógico.

Na análise das palavras mais encontradas nas respostas dos professores respondentes do ICD, observou-se que foram recorrentes palavras que remetem as ideias centrais (IC) de **Segurança, Humanização e Prática Pedagógica** no sistema prisional.

#### 4.1 PERFIL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARTICIPANTES

O Quadro 06 apresenta os dados que permitem traçar o Perfil Profissional dos Professores de Educação Física participantes desta pesquisa, que atuam em unidades penitenciárias localizadas no Estado do Paraná.

QUADRO 06 - PERFIL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARTICIPANTES

IDENT.	Sexo/ Faixa Etária	Graduação	Pós- Graduação	CEEBJA
R1	Masculino 51 a 60	Licenciatura em Educação Física – 1990.	Mestre em Educação com pesquisa sobre a Educação Física Escolar no cárcere.	A e B
R2	Feminino 51 a 60	Licenciatura em Educação Física – 1988.	Especialista em Direitos Humanos.	C e D
R3	Feminino 51 a 60	Licenciatura em Educação Física – 1992.	Especialista em Educação de Jovens e Adultos.	D
R4	Masculino 41 a 50	Licenciatura em Educação Física – 1992.	Especialista em Educação Especial.	E

FONTE: Rosenau; Haracemiv (2018)

As análises dos dados permitiram fazer o mapeamento do perfil dos professores de Educação Física dos dois CEEBJA's, evidenciando a responsabilidade de um grupo de homens e mulheres, maiores de 41 anos, formados em Educação Física, profissionais que assumem o desafio de atuar num sistema educacional específico de limitações de saúde e recurso, realidade do contexto educacional prisional. Quanto ao gênero são dois professores e duas professoras, que atuam em penitenciárias femininas e masculinas.

O ano de formação dos professores respondentes e sua faixa etária confirma a experiência profissional, tomando por base o ano de formação em nível de graduação. Constatou-se que todos os quatro respondentes têm entre 26 e 30 anos de formados no curso de Licenciatura em Educação Física. Observou-se que os professores participantes desta pesquisa são profissionais com qualificação e experiência profissional como professores na referida área de conhecimento, e que todas as especialidades são relevantes para o contexto que atuam. Enfatiza-se que os respondentes possuem no mínimo 8 anos de experiência docente no sistema prisional, pois observou-se que todos os professores constam como classificados no edital do processo seletivo da SEED-PR em parceria com o DEPEN-PR no ano de 2010.

O respondente R1, professor do CEEBJA 1, é Mestre em Educação com pesquisa sobre a Educação Física Escolar no Cárcere. Os respondentes R2, R3 e R4 são professores do CEEBJA 2, são especialistas: R2 em Direitos Humanos, R3 em Educação de Jovens e Adultos e o R4 em Educação Especial.

Destaca-se, que a pesquisa de mestrado do professor respondente R1 é relevante para os avanços na prática pedagógica de Educação Física no cárcere. O professor pesquisou sobre a Educação Física escolar no CEEBJA e suas perspectivas de uma prática intramuros, esta pesquisa originou-se de uma inquietação em relação à prática da Educação Física escolar para a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade. Esta dissertação de mestrado teve por objetivo analisar as concepções de Educação Física que norteiam o Projeto Político Pedagógico e a sua prática de um CEEBJA que atende educandos privados de liberdade de uma penitenciária de regime fechado e outra de regime semi-aberto.

O estudo analisou primeiramente as concepções de Educação Física presentes nos documentos oficiais que norteiam as ações pedagógicas da rede de Educação Pública do Estado do Paraná. A metodologia de pesquisa teve caráter documental e

empírico, sendo realizada entrevista com professores de cada CEEBJA. Destaca-se que a presença de concepções conservadoras e concepções críticas de Educação Física, transitando juntas, com as suas diferentes propostas, tanto no Projeto Político Pedagógico da escola quanto na prática pedagógica, configurando-se, com isso, um ecletismo teórico, que exige do docente conhecimento, compreensão e consciência para posicionar-se e agir de forma coerente com as necessidades dos educandos privados de liberdade presos, em sua prática pedagógica.

#### 4.2 DESAFIOS, LIMITES E MOTIVAÇÕES NO TRABALHO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE

De acordo com Lefreve e Lefreve (2012) o conceito de Ideia Chave (ICH) é constituído por trechos contínuos ou descontínuos do discurso, os quais são selecionados pelo pesquisador. No caso desta pesquisa, contou com 4 professores respondentes, considerando como Ideia Chave (ICH) os trechos com discursos similares e como Ideia Central (IC) a síntese da primeira análise.

Destaca-se a seguir as Ideias Chave que foram identificadas nas respostas ao 2º campo investigativo do instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A). A questão 2.1 solicitou aos professores que apontassem os principais desafios para atuar como professor de Educação Física no Sistema Prisional e quais as dificuldades para superá-los.

Quanto as Ideias Chave na referida questão dois participantes responderam como principais desafios, integrando a Ideia-Central *Segurança*, que é fundamental “[...] a integração com as equipes de segurança e que existe limitação na utilização de materiais didáticos” (R1, 2018); o outro respondente revelou que existe “[...] a pressão psicológica e emocional [...], insegurança na relação com os detentos” (R3, 2018).

Sobre o desafio da *Segurança* Brunken e Schotten (2014), afirmam que o professor do cárcere se depara com situações adversas no cotidiano do encarcerado, onde de um lado estão os profissionais que precisam vigiar e impor regras em nome de uma segurança e do outro lado estão os profissionais que precisam socializar e oportunizar atividades em nome de um ato educativo. Conforme Brunken e Schotten (2014) esta dicotomia interfere nas práticas educativas dos professores porque estes consideram que a metodologia de ensino tem maior qualidade quando possui uma maior variedade de recursos materiais, mas que no sistema penitenciário dependendo

do recurso didático, não é permitido. Os professores reconhecem e valorizam a importância das medidas de segurança no cotidiano, inclusive mencionam que há unidades penais que por medida de segurança dos professores organizam as turmas com o máximo de 15 (quinze) educandos privados de liberdade no regime fechado e 30 (trinta) no regime aberto semiaberto, porém os docentes expressam que não há insegurança na relação direta com o aluno, pois o medo são das rebeliões.

Segundo o professor o aluno neste momento não tem autonomia para decidir nada, pois deverá obedecer às leis do comando daquela rebelião, assim se a violência for solicitada, por um líder contra um professor, eles tem que atender ao pedido do comando e este aluno deverá executar, caso não o faça, ele poderá ser penalizado (R2, 2018). Nessa perspectiva, infere-se que o risco não está atrelado ao cotidiano docente e aos tipos de materiais didáticos utilizados, mas sim a algo maior, como uma rebelião.

As outras duas respostas apresentaram Ideias Chave que compuseram a Ideia-Central de *Humanização*, pois, relataram que o desafio de atuar como professor de Educação Física é *Humanizar Pessoas*, dizendo que:

[...] o que o sistema procura fazer é humanizar as pessoas, conscientizar sobre o que é melhor quando ela sair do sistema e voltar a viver em sociedade. [...] O nosso trabalho como professores é também contribuir para a Remição, remição pelo estudo [...] (R2, 2018); O outro professor completa que o desafio é a *Formação*, afirmando que é preciso “A busca de conhecimento específico” (R4, 2018).

Sobre o desafio da *Humanização* por meio da formação docente Julião (2003) expressa ciência de que, mesmo com os estudos específicos de Paulo Freire e suas recomendações, não há ainda uma metodologia prevaiente para o ensino de adultos, de modo habitual segue-se a mesma dinâmica metodológica infantilizada. Portanto, “a formação dos professores não é adequada para o trabalho com este público, não existindo também nenhum trabalho para a sua orientação e, conseqüentemente, sua adequação” (JULIÃO, 2003, p.100). Sendo que:

[...] mesmo com dificuldades e em condições muitas vezes precárias, as escolas de presídio continuam funcionando, graças ao esforço dos profissionais de educação de várias instâncias que conseguem arrebanhar um número significativo de indivíduos interessados nesse espaço, seja para reduzir a ociosidade, seja com perspectivas de um futuro melhor (JULIÃO, 2003, p.100).

Assim, considera-se que mesmo sem uma formação específica para estes docentes, há uma busca constante de melhoria nas metodologias de ensino para atender este contexto do sistema penal, no qual o professor organiza todo o processo, desde a organização da estrutura física até a organização técnico-pedagógica.

As Ideias Chave que foram apreendidas pelos textos respostas sobre as dificuldades para superar os desafios para atuar como professor de Educação Física no Sistema Prisional, considerando que três respostas expressaram a *Segurança*. O docente 1 afirmou que: “Manter sempre uma boa relação interpessoal com os integrantes das equipes de segurança e Direção da unidade parceira” (R1, 2018). Já outro docente colocou que:

Muita coisa que fazemos são barradas pelos Agentes Penitenciários, e não desrespeito a importância e razões deles, porque são os responsáveis pela **nossa segurança** dentro de uma unidade. Nesse momento está acontecendo uma **rebelião no PCC** e estamos muito preocupados porque tem quatro colegas nossos que estão presos lá dentro. São 4 agentes presos, que estão apanhando lá. Então é complicado relatar abertamente o nosso trabalho, pois **muitas práticas precisam ser barradas pela segurança** da unidade. Tem unidades que são fáceis de trabalhar e tem unidades que não são fáceis de trabalhar. É preciso entender que tem unidade em que a segurança tem que ser “tri” dobrada, então só vai um professor para unidade e com todo o **aparato de segurança** com ele. Tem unidades que vão 10 professores, 6 professores em cada período, então é complicado descrever uma única rotina, vai muito da realidade de cada unidade. Por isso tem perguntas de pesquisas que mencionam o Agente Penitenciário, e dependendo da forma que é divulgada pode criar problemas de relacionamento entre nós, pois pode dar a impressão de que o professor disse que “quer fazer” e não faz porque os agentes “não deixam”, e não é assim [...] (R2, 2018) (Grifo do Autor).

Ainda em relação à Ideia-Central *Segurança* a fala do professor colocou sua dificuldade em superar os desafios, afirmando que: “As condições de trabalho, preconceitos, desconfiança e a desvalorização profissional por parte do governo” (R3, 2018). Segundo Liviski, Haracemiv e Dietrich (2018) as condições de detenção no Sistema Carcerário brasileiro muitas vezes violam os Direitos Humanos, o que pode contribuir com as constantes rebeliões, confirmando que há atitudes e políticas de descaso com essa população e devido a excessiva violência deste ambiente favorece o descontrole dos agentes responsáveis pela segurança nos espaços prisionais.

Um docente somente não enfatizou a *Segurança*, mas afirmou que a dificuldade de superação é questão de *Humanização*, enfatizando a importância da Formação Docente, referindo-se “A busca de estudos” (R4, 2018). Infere-se que a ênfase na *Humanização* pode ser motivada pela atuação do docente em unidades

penais de regime semi-aberto, diferente dos respondentes 1, 2 e 3 que atuam em unidades de regime fechado onde as normas de segurança são rígidas.

Na questão 2.2 foi solicitado aos professores que expressassem as suas motivações (Pessoal/Profissional, Social) para atuar como professor de Educação Física no Sistema Prisional. As Ideias Chave identificadas nas respostas dos quatro respondentes, denotam que as principais motivações para atuar como professores de Educação Física no Sistema Prisional são as oportunidades de contribuir com a formação humana e ressocialização do aluno preso, configurando a Ideia-Central de *Humanização*. Destacam-se alguns trechos das falas sobre as razões de atuar como docente no cárcere:

Contribuir com a ampliação de conhecimento dos educandos privados de liberdade, com a formação humana e social, para que tenham subsídios que os auxiliem, quando do seu retorno ao convívio social em liberdade (R1, 2018). Eu fui atuar no Sistema Prisional por escolha, por considerar que tenho perfil para isso, porque acredito que fazer educação nesse sistema é parte de humanismo e da ressocialização [...] (R2, 2018). Na perspectiva pessoal é a valorização da pessoa enquanto ser humano e na profissional é auxiliar com a atividade física e continuidade dos estudos de pessoas privadas da liberdade e poder contribuir com a recuperação das pessoas (R3, 2018). A possibilidade de poder colaborar na ressocialização (R4, 2018).

Onofre (2009) afirma que há um hiato entre o discurso oficial e o modo de vida instituído em práticas de ressocialização da prisão, constata-se que o objetivo é a *Humanização* do tratamento, estando a educação escolar incluída como parte deste pacote, porém ocorrem práticas que são contrárias a esse objetivo. O autor relata que os professores participantes da pesquisa que desenvolveu em um presídio masculino expressam ter clareza de que o pretendido para a *Humanização* e a ressocialização tem permanecido mais no discurso do que gostariam, mas que compreendem que seu papel é relevante para o processo de resgate da liberdade e que a educação escolar pode oferecer possibilidades que libertam.

Quando solicitados a responder a questão 2.3, os professores opinaram sobre a relevância da oferta de cursos específicos na área para a formação continuada dos professores de Educação Física do Sistema Prisional. As Ideias Chave, identificadas pelas respostas dos quatro participantes, foram formação continuada como uma boa oportunidade para a troca de experiências sobre a prática docente, sendo que estas ideias compuseram a IC *Humanização*. Isso fica evidenciado nos trechos das falas que expressam que:



Ampliação troca de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica (R1, 2018); Por ser um ambiente diferenciado torna-se necessária formação específica e o aperfeiçoamento profissional é sempre de suma importância, assim como a troca de experiências, pois tudo e todos estão em constante transformação (R2, 2018); Sempre é importante cursos que colaborem na prática docente (R4, 2018).

Nessa perspectiva, observa-se que afirmam almejar a formação continuada e específica para melhor atuação de docentes no sistema penal, e que as práticas possam ser efetivadas com qualidade para a consolidação do direito já atendidos em forma de lei. Entretanto, esta afirmação é uma contradição diante do fato de não ter havido inscritos para o curso de extensão proposto nesta pesquisa.

Quanto a ideia central da *humanização*, enfatiza-se o valor da conquista do direito a educação, sobre isso Julião (2010) afirma que “o Brasil já ultrapassou a etapa que discute o direito à educação dentro do cárcere. Está agora no estágio em que deve analisar as suas práticas e experiências, procurando instituir programas, consolidar propostas e políticas, enfim, que efetivamente avalie os seus resultados” (JULIÃO, 2010, p.14).

As ICH sobre a prática docente constituíram a IC *Humanização*, destacando-se a fala de um respondente que expressa em forma de exemplos do cotidiano quanto a formação e prática estão relacionadas.

O **professor precisa ser continuamente capacitado**, acredito que um bom profissional é aquele que se capacita a vida inteira. Não adianta você achar que: “Ah! São educandos privados de liberdade que estão presos mesmo, “dane-se” a qualidade aula, não pode ser assim, porque além de ser o seu nome, o aluno não é tolo e sabe exatamente o que você conhece e o que você não conhece. É importante o professor saber que não está lidando com um aluno regular lá fora que tem uma outra concepção, é preciso saber que eles pensam outras coisas e que estão sendo monitorados o tempo inteiro, que precisam ser atualizados com as informações do que mudou desde que foi preso, pois eles questionam sempre. **Então você tem que estar o tempo inteiro lendo, e se preparando pra chegar no sistema e não deixar a desejar enquanto profissional.** Claro que nem tudo você conhece, mas aí o professor informa que vai pesquisar e na próxima aula discute sobre a questão. Contudo, **apesar das questões de segurança do Sistema Prisional, me parece que os limites na escola estão piores que os limites aqui dentro, porque aqui dentro os educandos privados de liberdade-presos têm limites e lá fora os educandos privados de liberdade da escola não têm.** Lá na escola a falta de limites faz você brigar com teu aluno o tempo inteiro para ele largar o celular dele, por exemplo [...] (R2, 2018). (Grifo do Autor)

A partir da leitura dos trechos das respostas dos professores é possível verificar que alguns encaminhamentos são diversificados devido a realidade de cada penitenciária. Analisando a composição da IC *Segurança* é possível identificar no

discurso dos mesmos que a prática de Educação Física está relacionada às condições para buscar e participar de cursos e processos de formação continuada, o que poderá contribuir com mais qualidade em seu trabalho para a *Humanização*, ressocialização e remição da pena dos educandos detentos. Neves (2011) relata em sua pesquisa que percebeu que o problema da educação como atendimento aos sujeitos encarcerados tinha como agravante o fato de que o responsável pelo desempenho das funções pedagógicas possuía uma formação deficitária para o cargo e a gestão justificou que não dispunha das formações adequadas para o desempenho de cada função.

A partir desta constatação de Neves (2011) pode-se afirmar que é positivo que os docentes tenham formação inicial específica para a função de professores de Educação Física voltada aos adultos, entretanto não basta uma formação inicial, pois, compreende-se que a formação continuada é que garante as reflexões necessárias para uma prática pedagógica de mais qualidade no contexto em que o docente está inserido.

O Quadro 07 foi elaborado com base nas respostas das questões 2.1, 2.2 e 2.3, a partir das ICH, o que aparece nas respostas dos docentes, descritas anteriormente, com a finalidade de sintetizar as Ideias Centrais (IC), que no caso desta pesquisa as Ideias Centrais (IC) apontadas pelos professores foram a preocupação com a *Segurança* e o compromisso com a *Humanização*, que o ato educativo possibilita.

QUADRO 07 - DESAFIOS, LIMITES E MOTIVAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE

R↓	DESAFIOS	LIMITES A SUPERAR	MOTIVAÇÕES	RELEVÂNCIA DE FORMAÇÃO
IC→	<b>SEGURANÇA HUMANIZAÇÃO</b>	<b>SEGURANÇA HUMANIZAÇÃO</b>	<b>SEGURANÇA HUMANIZAÇÃO</b>	<b>SEGURANÇA HUMANIZAÇÃO</b>
R1 Atua no Regime Fechado e Semi-Aberto	Limitação quanto aos materiais didáticos.	Boa relação interpessoal com os agentes e presos.	Contribuir com a possibilidade da formação humana e social.	Troca de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica.
R2 Atua no Regime Fechado e Semi-Aberto	Humanizar os indivíduos.	Questões de insegurança, como possível rebelião.	Humanismo e ressocialização.	Pesquisa constante e exemplos do cotidiano para não subestimar os educandos privados de liberdade-presos.
R3 Atua no Regime Fechado	Pressão psicológica e emocional.	Condições de trabalho. Preconceito e desvalorização profissional.	Valorização da pessoa enquanto ser humano.	Formação específica. Troca de experiências.
R4 Atua no Regime Semi-Aberto	Busca por conhecimento específico.	Busca pela formação.	Colaboração com a ressocialização.	Colaborar com prática docente.

FONTE: Rosenau; Haracemiv (2018)

A partir da visualização do Quadro 07 é possível inferir que, apesar da preocupação com a *Segurança*, predomina em seus discursos o compromisso com a *Humanização*. Analisando as falas expressas no quadro, é possível compreender que a prática educativa dos participantes da pesquisa é guiada por princípios humanizadores, principalmente no contexto do cárcere na área de Educação Física, que exige a observância, a prática na vivência em grupo, possibilitando o desenvolvimento do trabalho docente como educador, legitimando a ação, corporificando a teoria freireana, que contém elementos que apontam na perspectiva de educação humanizadora (FREIRE, 1999).

Segundo Freire (1999, p. 43) educa-se na relação, interação e convívio com outros seres humanos. E é nesse processo que se aprende a ser gente, porque convivemos com gente, e para se “construir gente, humanizar os humanos” é uma luta que deve ter como objetivo educacional denunciar e superar os elementos desumanizadores.

Percebe-se, com base na fala dos quatro respondentes, que apesar das motivações incentivadas pela prática do desenvolvimento humano do indivíduo independente de sua situação de privação de liberdade, é uma prática pedagógica

que se move pela vontade de contribuir com a recuperação das pessoas. Conforme a fala do docente os desafios são ampliados e instiga a “possibilidade de poder colaborar na ressocialização [...]” (R1, 2018), e outro respondente reforça a *Humanização* ao afirmar que busca “contribuir com a ampliação de conhecimento dos educandos privados de liberdade, com a formação humana e social [...]” (R4, 2018).

Todavia, todos os respondentes são claros e enfáticos sobre as dificuldades de se trabalhar em uma unidade prisional que tem uma relação de insegurança e atenção atentos ao contexto, que segundo o docente “é difícil que um professor sinta-se completamente seguro” (R2, 2018), o mesmo que, como complementa que “se mantenha sempre uma boa relação interpessoal com os integrantes das equipes de segurança e Direção da unidade prisional” (R1, 2018).

Sobre a atuação no Sistema Prisional, além dos desafios cotidianos de segurança, Falcade Pereira e Asinelli Luz (2014) abordam sobre o sentido e o significado da docência e ressaltam que é relevante compreender que o debate sobre a educação nas prisões está imerso em um contexto internacional mais amplo de diálogo o qual tem pressionado para que a educação seja um direito efetivo dos presos.

Essa análise das respostas dos professores com objetivo de investigar o contexto onde as funções dos docentes de Educação Física são exercidas constituiu o ponto de partida para identificar o espaço escolar do cárcere, visando à reflexão no sentido de “superar os problemas e entraves que a impedem de cumprir o seu verdadeiro papel de ensinar, de levar seus educandos a adquirirem o bem maior: o conhecimento” (QUADROS; HARACEMIV, 2009. p. 04).

A análise dos dados do 2º Campo investigativo do ICD (APÊNDICE A) intitulado “desafios, limites e motivações no trabalho com a Educação Física no cárcere” possibilitou identificar as Ideias-Chave encontradas a partir das respostas dos professores sendo que as palavras recorrentes a Ideias-Centrais de *Segurança*, *Humanização* e *Prática Pedagógica*, no Sistema Carcerário.

Para representar graficamente as palavras encontradas, por meio da consulta de frequência das mesmas, utilizou-se o *software* NVivo®, em forma de nuvem. O referido *software* é utilizado como apoio em pesquisas qualitativas para organização dos dados, otimização de tempo e representações gráficas (LAGE, 2010).

A Ideia-Central (IC) *Segurança* apresentada na Figura 03 foi constituída a partir da frequência das palavras mais recorrentes no discurso dos professores, que



motivar e aguçar curiosidade dos educandos privados de liberdade. Relaciona-se isso também, com o uso dos recursos das tecnologias digitais em modo *off-line* para ampliar os conhecimentos na disciplina de Educação Física.

Analisando a Ideia-Central *Humanização* apresentada na Figura 04 constituída com as palavras mais recorrentes no discurso dos professores que explicitaram que o ato educativo no Sistema Prisional possibilita a *Humanização* do aluno preso.

FIGURA 04 – PALAVRAS CONSTITUINTES DA IDEIA-CENTRAL HUMANIZAÇÃO



FONTE: Rosenau; Haracemiv (2018)

As palavras de maior recorrência na constituição da Ideia-Central *humanização* foram *Humanizar e Humano*, as quais apareceram 7 vezes, seguida da palavra *Ressocializar* com 6 repetições. A frequência das palavras *Contribuir*, *Remição*, *Relação* e *Estudo* foi de igual quantidade, 5 vezes. As palavras *Sociedade/social* e *Experiências* tiveram frequência de 4 vezes, seguidas por *Conhecimento*, que foi expressa por 3 vezes. *Ensinar*, *Aprender* e *Liberdade* foram expressas 2 vezes, e *Conscientizar* só foi expressa uma única vez.

Analisando a composição da Ideia-Central *Humanização* se vê o quanto se deve refletir o ato de educar, principalmente na área de Educação Física, não sendo ele um treinamento e nem a ele se reduz, mas é um ato humanizador, de formação do pensamento e conscientização, possibilitando a promoção dos educandos, verdadeiro sentido e significado do humanizar (FREIRE, 1999. p. 43).

A Ideia-Central *Prática Pedagógica* apresentada na Figura 05 foi constituída a partir das palavras mais recorrentes no discurso dos professores de Educação Física,

pelas quais explicitaram as Ideias Chaves sobre o trabalho pedagógico no Sistema Prisional.

FIGURA 05 – PALAVRAS CONSTITUINTES DA IDEIA-CENTRAL PRÁTICA PEDAGÓGICA



FONTE: Rosenau; Haracemiv (2018)

Na constituição da Ideia-Central *Prática Pedagógica* foram analisadas as respostas dos quatro docentes, onde se pode encontrar 30 vezes a palavra *Professor*, sendo que a frequência da palavra *Aluno* foi de 23 vezes. Pode-se também verificar que em relação a palavra *Aulas* foi 15 vezes expressada. Em menor recorrência as palavras *Prática* com 11 vezes, seguida as 10 expressões *Teórico* e *Trabalho*. As palavras *Conteúdo*, *Planejamento*, *Atividade*, *Diretrizes Curriculares* e *Currículo* tiveram frequência num intervalo de 9 à 5 vezes. Em relação a área de atuação dos docentes *Educação Física* só foi referendadas nas respostas 3 vezes.

Sobre a formação do professor para o Sistema Prisional Brunken e Schotten (2014) consideram que para atingir o objetivo da reflexão e transformação da prática, em momentos de formação de professores é necessário que estes ocorram por meio de intervenções coletivas e trocas entre pares, sendo os momentos de hora atividade concentrada uma boa oportunidade para promover reflexões sobre as ações pedagógicas, analisando a própria prática pedagógica, bem como os efeitos do fenômeno da prisionização no ambiente de ensino-aprendizagem.

Nesta análise foi possível identificar que a *prática pedagógica* no Sistema Prisional se fundamenta nas mesmas diretrizes curriculares da escola estadual fora do presídio, contudo é organizada e adaptada conforme as normas de segurança de cada unidade penal. Segundo os professores sempre se busca o equilíbrio entre *Segurança e Humanização* em seu cotidiano.

#### 4.3 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE

O 3º campo investigativo do instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A), focalizou o Currículo e as Práticas Pedagógicas no Sistema Prisional. A questão 3.1 solicitava que o professor indicasse os aplicativos (App) de tecnologias móveis que utiliza ou utilizaria como recurso pedagógico nas aulas de Educação Física. Os respondentes R1 e R2 comentaram que não era permitida a utilização desses recursos em sala de aula. Porém o respondente R2 explicou que “como o professor pode levar jogos e vídeos para os educandos privados de liberdade assistirem, podendo também utilizar a sala de informática para aulas teóricas e provas, pois há uma sala virtual com computadores” (R2, 2018), contudo ressaltou que “não existe isso em todas as unidades, mas onde atua consegue até aplicar provas na sala de informática” (R2, 2018).

Os respondentes R3 e R4 afirmaram que utilizam Apps de Atividades Físicas nas aulas, sendo que professor R3 comentou que considera os “Apps uma excelente ferramenta, porém como não são permitidos dispositivos móveis, no sistema a mesma não é possível de utilizar” (R3, 2018). O professor R4 complementou a fala do professor R3 dizendo que: “é preciso estar sempre atualizado e utilizar todos os métodos possíveis para uma boa relação com o aluno” (R4, 2018).

Como já mencionado anteriormente as tecnologias na prática da Educação Física no EJA no Sistema Carcerário (ROSENAU; SILVA, 2016) podem promover o direito do indivíduo a ressocialização na sociedade, bem como ofertando possibilidades profissionais após sua saída da prisão. É relevante a inserção de práticas de Educação Física e o uso de tecnologias com o intuito de promoção da qualidade de vida e saúde da população carcerária (MORAES, MORAES e RAMOS, 2014). Compreende-se que a transformação das práticas pedagógicas se amplia nos



mais variados contextos de atuação docente integrando por sua vez também o Sistema Carcerário, uma vez a educação se modifica e se renova juntamente com os anseios da sociedade, promovendo a inclusão social através da informatização e a democratização da cibercultura (CARVALHO JUNIOR, 2015), portanto é relevante o acesso, mesmo que no modo *off-line*.

Essas falas levam repensar que além das propostas educacionais se tornarem mais voltadas à realidade dos educandos privados de liberdade da EJA, no Sistema Carcerário, também implica em: comprometimento dos professores, adequação e esforços extras para a inserção de tecnologias em sua prática docente visto que precisarão adequar estas mídias ao modo *off-line* antes do uso como recurso pedagógico. Evidencia-se que nas respostas dos docentes a atuação do professor de Educação Física, no Sistema Carcerário contribui para a reintegração social do indivíduo, e que o uso das tecnologias, em plena sociedade do conhecimento, é fundamental para despertar maior engajamento dos indivíduos jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade, contudo o uso limita-se ao modo *off-line* e ainda depende da opção do docente.

As Diretrizes Curriculares da Educação Física do Estado do Paraná apresentam a concepção de currículo para a Educação Básica dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (PARANÁ, 2008). No Anexo D se apresentam os Conteúdos Básicos da Disciplina de Educação Física para o Ensino Médio (PARANÁ, 2008. p. 88-89). As referidas Diretrizes Curriculares da Educação Física do Estado do Paraná apresentam os Conteúdos Estruturantes, Conteúdos Básicos, Abordagem Teórico-metodológica e Processos de Avaliação (PARANÁ, 2008), que visam nortear o trabalho pedagógico do professor no planejamento de suas atividades docentes. O docente tem as referidas diretrizes como fundamentos para o planejamento do percurso pedagógico a ser trabalhado durante o ano letivo, com autonomia para selecionar e adicionar outros conteúdos de acordo com a realidade local.

Na questão 3.2 (APÊNDICE A), que teve como objetivo solicitar aos professores que avaliassem o Currículo da Educação Física e as Condições de Trabalho no Sistema Prisional, as falas dos participantes revelaram que o currículo de EJA de Educação Básica do cárcere é o mesmo de fora dele, tendo como base as Diretrizes Curriculares de Educação Física do estado do Paraná.

As falas dos docentes enfatizam que: “O currículo é maleável e depende do interesse do professor” (R1, 2018). “Seguimos o mesmo programa da SEED-PR, nossos planejamentos são elaborados a partir das diretrizes curriculares da Educação Física na educação básica: nacionais e estaduais, mas com especificidades. Muito parecido ao planejamento que é feito na escola, de acordo com as diretrizes curriculares da escola” (R2, 2018). “Segue as diretrizes estaduais, mas não é possível garantir a viabilidade de aplicação de todos os conteúdos propostos, as vezes por segurança não é acessível ao espaço oferecido e precisa ser readequado” (R3, 2018).

Sendo este o documento de base para elaboração do Projeto Político Pedagógico dos CEEBJA's para a disciplina de Educação Física e para os Planos de Trabalho Docente no Ensino Médio, e a partir da análise das Diretrizes Curriculares pelos docentes é possível identificar a presença da concepção defendida por Bracht (1997, 1999, 2010) e por Faria e Bracht (2014) quanto a importância de considerar a cultura e o contexto histórico do educando como integrante da metodologia de ensino na disciplina de Educação Física.

As concepções presentes nas Abordagens Teórico-Metodológicas visam integrar a teoria e prática vinculando o conteúdo a cultura e história local (PARANÁ, 2008). Nessa perspectiva, compreende-se que esta flexibilidade é coerente com a realidade do cotidiano do Sistema Prisional, na qual o professor necessita planejar e adequar constantemente suas ações conforme a situação de segurança de cada unidade prisional.

Ainda sobre o currículo, o respondente professor 4 ressaltou a necessidade de avançar para além da aptidão física, explicando ser um avanço a utilização do currículo como base no sistema penitenciário: “No começo, na minha época não constava no currículo, mas sempre foi necessário ter, pois tem muito que avançar na prática para além do esporte e da ginástica” (R4, 2018). Sendo as diretrizes um documento que fundamenta o trabalho pedagógico na escola em cada área do conhecimento, como afirma o docente já nominado, que já trabalhou sem ter este referencial, expressando a importância de sua existência, pois, apresenta uma concepção ampliada da prática da Educação Física (R4, 2018).

Das respostas foram identificadas as Ideias-Chave sobre as condições de trabalho dos professores de Educação Física do Sistema Prisional, expressas por dois participantes, quando afirmaram que as condições de trabalho variam conforme o contexto de cada unidade, essas condições se referem a Ideia-Central *Segurança*. As

falas revelam que “O professor tem condições pedagógicas semelhantes às de um CEEBJA regular, entretanto precisa ajustar seus horários de aulas práticas e metodologia de ensino conforme a organização de segurança prevista para a realidade de cada penitenciária, porque cada realidade é diferente” (R1, 2018). Outro docente colocou que:

Eles têm jogos, eles têm esporte, eles têm saúde, eles têm lazer. Porém, tudo aqui que “tá” previsto é adequado a realidade e norma específica de cada unidade. Tem unidade que você consegue levar o preso para fora, tem unidade que você não leva o preso para fora. Tem unidade que tem grade, tem unidade que não tem grade. Cada professor de educação física, depende do local que está para saber como poderá atuar, ele vai mostrar seu planejamento no começo do ano, mas ele vai ser adequado as normas de segurança da unidade. Nós temos autonomia como qualquer professor de escola, mas montamos nosso planejamento seguindo as normas, seguindo as diretrizes, datas específicas e as normas de segurança da unidade (R2, 2018).

Um dos respondentes colocou que “devido a segurança de todos, devemos seguir várias normas que restringe de certa forma nosso trabalho, porém é melhor do que não ter, traz contribuições” (R3, 2018).

Ainda sobre as condições de trabalho o respondente 4 explicitou a consciência de que em unidades de regime fechado pode ocorrer a necessidade de se realizar um trabalho apenas teórico: “Tem unidades que existe a possibilidade de trabalhar em quadra como em qualquer escola, em outras unidades o trabalho é apenas teórico” (R4, 2018). Com as respostas percebeu-se que há uma educação voltada para a remição da pena, mas também preocupada com a Educação Física, como agente de transformação e emancipação do detento, sendo concebida como conteúdo conceitual e prático, superando a concepção da mera atividade física.

Os Conteúdos Básicos nas referidas diretrizes apresentam os Elementos Articuladores dos Conteúdos Estruturantes para a Disciplina de Educação Física (PARANÁ, 2008. p. 53) (ANEXO E), visando à organização das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino (PARANÁ, 2008). Considerando-se que as Diretrizes Curriculares da Educação Física do Estado do Paraná valorizam a integração entre Conteúdos Estruturantes e Elementos Articuladores, na questão 3.3, do questionário, foi solicitado que os professores mencionassem algumas atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física no Cárcere, que possibilitam a articulação dos Conteúdos Estruturantes com os Elementos Articuladores.

O Anexo D apresenta os “Conteúdos Estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica prescritos nas Diretrizes Curriculares, que são os seguintes: Esporte; Jogos e brincadeiras; Ginástica; Lutas; Dança” (PARANÁ, 2008. p. 63).

No Anexo E estão apresentados os Elementos Articuladores dos Conteúdos Estruturantes da Educação Básica na área de Educação Física, que são: Cultura Corporal e Corpo; Cultura Corporal e Ludicidade; Cultura Corporal e Saúde; Cultura Corporal e Mundo do Trabalho; Cultura Corporal e Desportivização; Cultura Corporal – Técnica e Tática; Cultura Corporal e Lazer; Cultura Corporal e Diversidade; Cultura Corporal e Mídia (PARANÁ, 2008. p. 53).

No Quadro 08 pode-se ter uma visualização de algumas atividades de Práticas de Educação Física desenvolvidas no Cárcere, descritas pelos professores participantes da pesquisa, que podem ser realizadas integrando os Elementos Articuladores (PARANÁ, 2008, p. 53) com os Conteúdos Estruturantes da referida área de estudo.

QUADRO 08 - ATIVIDADES DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CÁRCERE

<b>Elementos Articuladores</b> → <b>Conteúdos Estruturantes</b>	<b>CORPO</b>	<b>LUDICIDADE</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>MUNDO DO TRABALHO</b>	<b>DESPORTIVIZAÇÃO</b>	<b>TÉCNICA E TÁTICA</b>	<b>LAZER</b>	<b>DIVERSIDADE</b>	<b>MÍDIA</b>
<b>ESPORTE</b>	Condicionamento Físico	Futebol e Peteca	Alimentação para o atleta	Futebol e Tênis de mesa	Futebol e Tênis de mesa	Futebol, Tênis de Mesa e Xadrez	Futebol e Peteca	Futebol	Violência no esporte
<b>JOGOS E BRINCADEIRAS</b>	Peteca	Xadrez	Sedentarismo	Xadrez e Jogos cooperativos e intelectivos	Futebol	Xadrez e Tabela de jogos	Jogos de tabuleiro	Xadrez e Peteca	Lira
<b>GINÁSTICA</b>	Ginástica Geral	Ginástica Geral e Laboral	Nutrição	Ginástica Laboral e Gênero	Corrida	Ginástica Geral e Laboral	Lira	Ginástica Geral e Laboral	Projeto cinema
<b>LUTAS</b>	Capoeira	Ginástica Geral	Ginástica Laboral	Ginástica Laboral	Judô	Ginástica Geral	Ginástica Geral	Debates sobre Gênero	Projeto cinema

CONTINUAÇÃO									
DANÇA	Coreografia	Capoeira	Ginástica Laboral	Ginástica aboral	Capoeira	Coreografia	Dança popular	Debates sobre Gênero	Debates sobre padrões de

FONTE: Rosenau; Haracemiv (2018).

Visando investigar de forma mais detalhada as atividades de Educação Física explicitadas nas respostas da questão 3.3, foi solicitado aos professores que escrevessem como desenvolviam as atividades físicas em cada Elemento Articulador (APENDICE A).

Na questão 3.3.1 foi solicitado que escrevessem as atividades que trabalhavam a relação CORPO e SAÚDE nas aulas de Educação Física. Analisando as respostas, Ideias-Chave, em relação aos elementos articuladores *corpo* e *saúde* apontados em três respostas, pode-se constituir a Ideia-Central *Humanização*, quando colocam que as atividades são: “Futebol, xadrez, tênis de mesa, peteca, ginástica (geral, laboral)” (R1, 2018); “Jogos desportivos, liras, lutas e ginástica (condicionamento físico)” (R3, 2018) e “Ginástica/lutas/Dança/ Esporte. Esporte, ginástica, liras” (R4, 2018).

Analisando a relação *Cultura Corporal e Saúde* explicitada nas Diretrizes Curriculares pode-se observar que alguns elementos são considerados como constitutivos da saúde, como: “Nutrição; Aspectos anátomo-fisiológicos da prática corporal; Lesões e primeiros socorros; Doping” (PARANÁ, 2008. p. 56), e que na prática das atividades é possível discutir os temas. Isso ficou evidenciado na resposta onde o professor detalha, com exemplos práticos das aulas, colocando que:

Dou aulas Teóricas sobre Sedentarismo, Nutrição Alimentar e Atividade Física. Nós falamos de droga em um projeto, mas não necessariamente só vinculado ao tema saúde. Pode surgir questões de nutrição, doenças como HIV porque há presos que tem uma medicação diária, que você não vai ter contato, são muitos temas que surgem. Tudo o que está no currículo, e o professor não vai dar só esporte, futebol, basquete. O professor vai precisar “abrir o leque”, pode por exemplo, a partir do futebol falar das lesões e da alimentação para um atleta (R2, 2018).

As respostas à questão 3.3.2, que solicitava a relação dos Elementos Articuladores LUDICIDADE E LAZER nas aulas de Educação Física, convergem na Ideia-Central *Humanização*, pois os docentes apontaram como atividades desenvolvidas o “Futebol, xadrez, tênis de mesa, peteca, ginástica (geral, laboral)”

(R1, 2018); “Aulas teóricas, esporte, jogos e brincadeiras” (R2, 2018); “Atividades recreativas; jogos esportivos, cooperativos e intelectivos” (R3, 2018); “Jogos e brincadeiras” (R4, 2018).

Por meio da leitura da relação *Cultura Corporal e Ludicidade*, posta nas Diretrizes Curriculares, pode-se perceber que é relevante refletir sobre as

[...] práticas corporais em todos os Conteúdos Estruturantes, desde que não esteja limitada a uma perspectiva utilitarista, na qual as brincadeiras surgem de modo descontextualizado, em apenas alguns momentos da aula, relegando o lúdico a um papel secundário (PARANÁ, 2008. p. 55).

Percebe-se que nas respostas dos docentes a relação *Cultura Corporais e Lazer*, como processo educativo humanizador se faz presente uma vez que está posto que o lazer

[...] possui um duplo processo educativo que pode ser visto como veículo de educação (educação pelo lazer) ou como objeto de educação (educação para o lazer). Na escola, o professor deve procurar educar para o lazer, conciliando a transmissão do que é desejável em termos de valores, funções e conteúdos (PARANÁ, 2008. p. 59).

Quanto a relação dos Elementos Articuladores DESPORTIVIZAÇÃO, TÉCNICA e TÁTICA com os conteúdos básicos nas aulas de Educação Física, as respostas, Ideias-Chave, também convergem na constituição da Ideia-Central *Humanização*, pois as atividades apontadas foram: “Futebol, xadrez, tênis de mesa, peteca, ginástica (geral, laboral)” (R1, 2018); “Aulas teóricas, esporte, jogos e brincadeiras.” (R2, 2018); “As abordagens esportivas: coletivos e individuais. tabela de jogos, esporte, ginástica e lutas” (R3, 2018); “Esporte” (R4, 2018).

Os docentes desenvolvem a *Cultura Corporal Técnica e Tática* uma vez que as atividades apontadas [...] identificam o legado cultural das diferentes práticas corporais, por isso, não se trata de negar a importância do aprendizado das diferentes técnicas e elementos táticos (PARANÁ, 2008. p. 59). E a *Cultura Corporal e a Desportivização*, enquanto práticas corporais, não deve ser “um fenômeno impulsionado pela supervalorização do esporte na atual sociedade, como, por exemplo, uma Copa do Mundo de Futebol em detrimento de causas sociais como a fome” (PARANÁ, 2008. p. 57).

Quando solicitados na questão 3.3.4 escreverem as atividades que vem trabalhando Elementos Articuladores DIVERSIDADE e MÍDIA nas aulas de Educação

Física, os docentes apresentaram em suas falas palavras, Ideias-Chave que constituíram, mais uma vez, a Ideia-Central *Humanização*.

Colocaram que levam os detentos a jogarem “Futebol, xadrez, tênis de mesa, peteca, ginástica (geral, laboral)” (R1, 2018). “Dança/Esporte” (R4, 2018). E duas respostas apresentaram maior detalhamento, com exemplos práticos, colocando que: “Conteúdos teóricos sobre os temas, na sala de computador. Eu aplico o projeto de cinema aqui, então todo o filme que é passado está no contexto do planejamento” (R2, 2018). Outro docente descreveu que trabalha temas como:

Violência no esporte, debates. A influência da TV no comportamento alimentar e físico das pessoas. A diversidade de Gênero (homem/mulher) no mercado de trabalho e a relação da escolaridade e trabalho. Abordo muito estas questões ao trabalhar o conteúdo dança com o elemento padrões de beleza e também os esportes, jogos e brincadeiras (R3, 2018).

Analisando o Elemento Articulador *Cultura Corporal e Mídia*, o recomendado é que se deve discuti-lo no sentido de superar o estereótipo de que as práticas corporais não devem ser “transformadas em espetáculo e, como objeto de consumo, diariamente exibido nos meios de comunicação para promover e divulgar produtos” (PARANÁ, 2008. p. 61).

Na questão 3.3.5 os docentes apontaram as atividades que trabalham o Elemento Articulador MUNDO DO TRABALHO nas aulas de Educação Física. Ao analisar as respostas verifica-se que as atividades desenvolvidas se preocupam com a *Humanização*, pois segundo um dos docentes ao jogar “Futebol, xadrez, tênis de mesa, peteca, ginástica (geral, laboral)” (R1, 2018) estaria desenvolvendo essa relação. Outro docente colocou que desenvolve “Conteúdos teóricos sobre os temas” (R2, 2018); Como também o docente 3 colocou que desenvolve “Atividades que discutam as questões posturais, carga horária e segurança. Outro docente colocou o “Esporte, jogos e brincadeiras, ginástica, lutas e dança” (R3, 2018) e o docente 4 escreveu que desenvolve o “Esporte” (R4, 2018).

Ao analisar as atividades desenvolvidas é importante discutir a questão da *Cultura Corporal e o Mundo do Trabalho*, sendo que o tempo de trabalho é mais valorizado no Sistema Penal, para o processo de Remissão de Pena do que o tempo de escola, essa concepção está “relacionada, diretamente, à reordenação do mundo do trabalho é o caráter de (in)utilidade que a Educação Física tem assumido no processo de formação do aluno” (PARANÁ, 2008. p. 57).

A partir dos relatos de atividades nas questões compreendeu-se que a Educação Física apresentada no discurso dos respondentes corrobora com a concepção de Tabora de Oliveira (2003), pois coincide que os objetivos da Educação Física devem estar voltados para a humanização das relações sociais, considerando a noção de corporalidade, entendida como a expressão criativa e consciente do conjunto das manifestações corporais historicamente produzidas. Esse entendimento permite ampliar as possibilidades da intervenção educacional dos professores de Educação Física, superando a dimensão meramente motriz de uma aula, sem, no entanto, negar o movimento como possibilidade de manifestação humana e, desse modo contemplar o maior número possível de manifestações corporais explorando os conhecimentos já trazidos pelos educandos e a sua potencialidade formativa.

Matos, Nista-Piccolo e Borges (2016) expressam que algumas das dificuldades de formação continuada e de novas metodologias de ensino na prática pedagógica do professor de Educação Física, fazendo com que o discurso seja diferente da realidade, está na constituição da identidade deste profissional. Pois apesar de já haver um novo aparato de saberes da Educação Física, como consta nas Diretrizes Curriculares de formação deste profissional ao tornar duas formações distintas: a Licenciatura e o Bacharelado, reconhece-se que a área da Educação Física ainda necessita resolver obstáculos quanto a sua função na escola (MATOS, NISTA-PICCOLO, BORGES, 2016). Isso pode fazer com que o professor passe a adotar diferentes identidades em diferentes momentos, contribuindo para as práticas individualizadas.

A partir de algumas das atividades que são trabalhadas, pode-se perceber ao conversar com os respondentes que a prática da Educação Física não é diretamente segmentada, podendo ser considerada uma atividade que lida com o elemento prático para o estímulo do corpo, como também para inserir o indivíduo no mundo do trabalho, essa perspectiva de integração pode ser visualizada na descrição da prática do futebol que se destaca em momentos, como: ludicidade, mundo do trabalho e diversidade. De forma geral, percebeu-se que os professores de Educação Física têm claro a amplitude e contribuição de tal prática e seus ensinamentos em atividades que vão da ludicidade ao mundo do trabalho discutido para integrar os jovens e adultos em diversas práticas para o desenvolvimento pessoal, profissional e cultural, alternando esse trabalho com aulas práticas e teóricas.



Outro elemento que fica evidente nesta integração de olhares diz respeito ao mundo do trabalho que recebe dos diferentes participantes, indicativos de prática e discussões que integram Educação Física a este cenário. A amplitude das possibilidades percebidas, segundo relato dos professores, se dá ao fato haver reconhecimento dos educandos privados de liberdade e interesse demonstrados por estes ao integrarem diferentes abordagens que transcendem a condicionamento físico ampliando-se pela relação do “corpo, saúde e o social” (R3, 2018). Segundo os respondentes, a mídia e o mercado de trabalho despertam atenção que estimulam a autonomia dos educandos privados de liberdade privados de liberdade que ao serem inseridos em contextos reais sentem-se acolhidos. Para trabalhar nesta condição, o docente expressa que:

Eu não me prendo muito ao que está previsto no cronograma das aulas, procuro observar o contexto do aluno no dia, se a sala está receptiva para abordar conteúdos teóricos, eu aproveito e “deslancho”, mas se percebo que a sala não está receptiva para aquele conteúdo, eu adapto minha aula porque não é o momento e o aluno não vai aprender [...] (R2, 2018).

Os respondentes são enfáticos ao apontarem a necessidade de uma atuação planejada, porém flexível, para que possam adaptar as aulas ao perfil das turmas e ao momento vivido, para que de forma interdisciplinar possam “abrir o leque” (R2, 2018), aproveitando os assuntos quando estes surgem sem se limitar ao currículo que por vezes foca em esporte, futebol e basquete, por exemplo. O professor aproveita um dos assuntos chave para falar de lesão, alimentação, nutrição, doenças entre outros. A Educação Física assume, segundo fala dos respondentes, um espaço de compartilhamento e reintegração social como se propõe, conforme atuação do profissional. Sobre a flexibilidade as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação Física (PARANÁ, 2008) explicam que caberá ao professor planejar, selecionar e/ou adicionar outros conteúdos, além dos básicos, conforme sua realidade regional.

A partir destas respostas foi possível realizar o mapeamento da percepção dos professores tornando possível mapear algumas das atividades que podem ser realizadas no Sistema Carcerário atualmente na disciplina de Educação Física. Conforme apontamento de cada respondente, integrou-se as atividades conforme foram citadas, porém ressalta-se que estas são apenas algumas das atividades realizadas pois compreende-se que não são um retrato fiel do cotidiano de trabalho

do professor de Educação Física no cárcere por ser um trabalho dinâmico e flexível quanto as adequações solicitadas por cada unidade prisional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os desafios para que essa pesquisa fosse desenvolvida, avalia-se que além do esforço para a construção da fundamentação teórica para a área da Educação Física no Cárcere e do cumprimento das normas para conseguir as autorizações da SEED-PR, DEPEN-PR e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/SD), do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, um dos maiores desafios foi de cunho político governamental, ocasionado pela PL 370/2017 que foi parte do pacote de ajuste fiscal proposto pelo governador do estado do Paraná no ano de 2017, solicitando a volta dos professores às suas escolas de origem e a alteração da GRAIM para uma gratificação de valor fixo para os que assumirem estes postos em 2018, independente do salário-base de cada um. Considera-se que essa proposição desestabilizou a classe e pode ter influenciado na motivação destes professores quanto a recusa ao convite para participar do curso de extensão que era parte da pesquisa-ação desta pesquisa. Com a intervenção da APP sindicato foi pleiteada a criação de emendas para que a nova regra da GRAIM não fosse aplicada aos professores que já atuam no sistema, apenas para concursos novos, tentando amenizar a descontinuidade da educação no sistema penal sem alterar o ajuste fiscal, pois há uma previsão de que 60% dos professores que hoje atuam no Sistema Prisional estarão aposentados em até quatro anos. Infere-se que esta medida influenciou a recusa de participação no curso de extensão para formação continuada, pois alguns professores expressaram sua indignação quanto a retirada de direitos aos seus gestores por sentirem-se desvalorizados em sua carreira profissional com a retirada da GRAIM conforme as progressões funcionais de cada docente, desconsiderando a qualificação deste, com isso desmotivando-o para participar de cursos de formação continuada. Assim, esta pesquisa apresenta os dados coletados nesta conjuntura político governamental, a qual por motivo de prazos limitou-se à análise dos dados coletados por meio de um questionário *on-line*.

Nesta pesquisa de mestrado propôs-se analisar uma discussão de prática profissional do professor de Educação Física num contexto de ensino do Sistema Prisional no Estado do Paraná. Esta discussão se estreita pelo uso das tecnologias digitais como recursos pedagógico na atuação destes professores. Percebeu-se que apesar de existir no Brasil uma discussão regulamentada, que ganha força de lei, quanto a educação no Sistema Carcerário a prática ainda é incipiente e por vezes

marcada por limites e responsabilidades que desafiam a formação e a segurança deste profissional que realiza atendimento a EJA nas prisões.

O estudo teve como questão de pesquisa a seguinte indagação: Como os professores de Educação Física do sistema educacional dos cárceres podem usar as tecnologias digitais como recurso pedagógico? Esta questão implicou numa análise teórica e prática a partir do contexto de dois CEEBJA's que atendem cinco Penitenciárias com base nas respostas ao instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A), na forma de questionário aplicado para quatro professores de Educação Física da referida realidade.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as práticas dos professores de Educação Física do sistema educacional do cárcere quanto ao uso das tecnologias digitais como recurso pedagógico. Sobre este objetivo, evidencia-se que a atuação do professor de Educação Física no Sistema Carcerário contribui para a reintegração social do indivíduo e que o uso das tecnologias, em plena sociedade do conhecimento, é fundamental para despertar maior engajamento dos indivíduos jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade, contudo o uso limita-se ao modo *off-line* e ainda depende da opção do docente.

Para atingir o objetivo geral foram traçados quatro objetivos específicos.

Com o objetivo de identificar os principais aspectos do contexto histórico e legal da EJA no Sistema Carcerário analisou-se os principais documentos legais que discutem a educação no Sistema Carcerário e as propostas pedagógicas para o Sistema Prisional no estado do PR. Constatou-se que está explicitada a busca pela *Humanização*, integração e qualidade no fazer pedagógico da Educação Física, contudo na prática ainda há limitações para efetivar o proposto, principalmente no que se refere a *Segurança*.

Com o objetivo de mapear o perfil dos professores de Educação Física que atuam na EJA do Sistema Prisional do Estado do Paraná e que responderam o ICD desta pesquisa, percebeu-se que o perfil destes profissionais se constitui a partir de um universo de homens e mulheres, sem distinção, formados em Educação Física, com mestrado ou especialização em áreas correlatas, e com mais de 26 anos de atuação profissional na área, sendo no mínimo 8 anos no Sistema Prisional. Atribuiu-se que o caráter educativo prisional voltado a reeducação e ressocialização ampara-se na prática profissional de pessoal com competências próprias as especificidades deste espaço de aprendizagem. Destaca-se, conforme o primeiro campo investigativo

sobre o perfil dos docentes conforme ICD que os professores respondentes desta pesquisa expressaram ser profissionais que assumem a responsabilidade e o desafio de trabalhar com este público populacional privado de liberdade. Uma realidade que por vezes discorre-se sob um olhar complexo, não só quanto a prática, mas também quanto ao olhar crítico da sociedade quanto sua atuação neste ambiente profissional, que segundo consenso dos respondentes, busca a *Humanização* a partir do desenvolvimento contínuo e específico.

Com o objetivo de analisar as relações entre o prescrito nas Diretrizes Curriculares de Educação Física e o relato da prática do professor de Educação Física da EJA do Sistema Penal, evidenciou-se a amplitude das práticas de Educação Física seguindo o currículo conforme as diretrizes curriculares. Infere-se que as aulas teóricas complementam os momentos de atividade corporal desenvolvida nas quadras e pátios das unidades prisionais.

Com o objetivo de identificar limites e potencialidades das tecnologias digitais como recurso pedagógico dos professores de Educação Física da EJA do Sistema Prisional, inferiu-se que a prática do professor de Educação Física no Sistema Carcerário se amplia pelas possibilidades de se utilizar as mídias para debater possibilidades de formação para além do desenvolvimento corporal. Considera-se que por meio das mídias *off-line* poderá ampliar o interesse dos indivíduos, corroborando com os desafios do docente atuante neste cenário de formação. Compreende-se que além das propostas educacionais se tornarem mais voltadas à realidade dos educandos privados de liberdade da EJA no Sistema Carcerário também implica o comprometimento dos professores e a adequação e esforços extras para a inserção de tecnologias em sua prática docente visto que precisarão adequar estas mídias ao modo *off-line* antes do uso como recurso pedagógico.

Esta pesquisa permitiu identificar que a prática pedagógica no Sistema Prisional se utiliza das Diretrizes Curriculares da EJA estadual, contudo é organizada e adaptada conforme as normas de segurança de cada unidade penal, a qual demonstra a constante busca de equilíbrio entre *segurança* e *humanização* em seu cotidiano. Nessa, perspectiva entende-se que se o uso das tecnologias digitais ainda é restrito na escola regular, maior ainda é na educação no Sistema Prisional, pois apesar do aluno do cárcere não ser impedido legalmente de ter acesso aos novos modos de reproduzir e organizar os conhecimentos em modo digital, a dificuldade de uso do professor como recurso pedagógico no modo *off-line* e suas limitações de

trabalho podem atrasar ainda mais o uso destes recursos na realidade educacional do cárcere.

Por fim, enfatiza-se que a preocupação com o ensino de qualidade deve estar atrelada às políticas públicas e com o comprometimento dos governantes, para ser executada com qualidade pelos profissionais docentes.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AGUIAR, W. M. de. **O uso de fontes alternativas de energia como fator de desenvolvimento social para segmentos marginalizados da sociedade**. Disponível em: < <http://ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/wmaguiar.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ARROYO, M. G. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>> Acesso em 21 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **A Educação Física no Ensino Fundamental**. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7170-3-6-educacao-fisica-ensino-fundamental-walter-bracht/file>> Acesso em 20 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Educação física e aprendizagem social**. 2ª ed. Porto Alegre, Magister, 1997.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Tradução Neury Carvalho Lima. São Paulo: Hunter Books, 1999.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103275/codigo-penal-decreto-lei-2848-40> Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. LEP. **Lei nº 7.210**, de 11 de Julho de 1984, institui a Lei de Execução Penal – 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: 18 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Supremo Tribunal Federal** – Pleno – MS nº 22164/SP – rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 17 nov. 1995. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=MS+22164+SP>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Rio de Janeiro: EC, 2000. Disponível em: [http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer\\_CNE\\_CEB\\_11\\_2000.pdf](http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf) Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNPCP nº 03**, de 11 de março de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&Itemid=30192) Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resoluções n.º 03/2009**. CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category\\_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Normas e princípios das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal**. Organização: Secretaria Nacional de Justiça. – Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN\\_Standards\\_and\\_Norms\\_CPCJ\\_-\\_Portuguese1.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf)> Acesso em 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 02/2010 CEB - Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais de 09 março 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.626**, de 24/11/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm) Acesso em: 13 jul. 2017.



\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais**, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10586-educacao-nas-prisoeresreferencia-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10586-educacao-nas-prisoeresreferencia-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Recomendação nº 44/2013 – CNJ**. Dispõe sobre as atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. 2013. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/Documentos/Recomendacao44.pdf>>. Acesso: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Junho de 2014a**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso: 25 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Dezembro de 2014b**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/infopen-dez14.pdf>> Acesso: 25 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de Junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação. 2014 c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 25 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação – PNE**, 2014d. Disponível em: <[http://www.al.es.gov.br/antigo\\_portal\\_ales/images/leis/html/10.382.htm](http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/10.382.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.163**, de 9 de setembro de 2015. LEP. Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. 2015. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13163-9-setembro-2015-781504-publicacaooriginal-1480<www.mpsp.mp.br/...servicos.../Manual\\_de\\_direito\\_penal\\_brasileiro\\_cap\\_01.pdf](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13163-9-setembro-2015-781504-publicacaooriginal-1480<www.mpsp.mp.br/...servicos.../Manual_de_direito_penal_brasileiro_cap_01.pdf)> Acesso em: 23 de nov. 2017. 45-pl.html> Acesso em 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Pessoas Presas no Brasil**, 2016. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf)> Acesso: 13 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Junho de 2016**. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf)> Acesso: 29 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Regras de Tóquio: regras mínimas padrão das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade/ Conselho Nacional de Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016**. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/09/6ab7922434499259ffca0729122b2d38.pdf> Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 04/2016**, de 14/09/2016. CEB - Conselho Nacional de Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=42991-rceb004-16-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=42991-rceb004-16-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Manual do Direito Penal Brasileiro**. Publicado em 23 de agosto de 2016. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/Manual\\_de\\_direito\\_penal\\_brasileiro\\_cap\\_03.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Manual_de_direito_penal_brasileiro_cap_03.pdf) Acesso em: 05 mai. 2017.

BRUNKEN, E. SCHOTTEN, N. **O Diálogo, as dificuldades e as possibilidades da educação no cárcere**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Artigo. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_utfpr\\_ped\\_artigo\\_elizabeth\\_brunken.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_utfpr_ped_artigo_elizabeth_brunken.pdf)> Acesso 16 ago. 2018.

BRUNKEN, E. **A ação pedagógica no cárcere: Dialogando com a prática**. Caderno temático PDE II, Curitiba, 2014. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_utfpr\\_ped\\_pdp\\_elizabeth\\_brunken.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_utfpr_ped_pdp_elizabeth_brunken.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2017.

BUNGE, M. **Teoria e realidade**. Tradução Gita K Guinsburg. 2ª Reimpressão da 1ª Edição de 1974. Coleção Debates – Filosofia da ciência. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CARVALHO JÚNIOR, A. F. P. de. **As tecnologias nas aulas de Educação física escolar**. XIX Conbrace. 08-13 set. 2015. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/viewFile/7740/3831>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

CATAPAN, A. H. **Tertium: o novo modo do ser, do saber e do apreender: Construindo uma Taxionomia para Mediação Pedagógica em Tecnologia de Comunicação Digital**. Tese (Doutorado em Mídia e Conhecimento). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79393/179712.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mediação pedagógica diferenciada**. In: ALONSO, Katia M.; RODRIGUES, Rosângela S.; BARBOSA, Joaquim G. Educação a distância: práticas, reflexões e cenário plurais. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, S. R. S.; DUQUEVIZ, B. C.; PEDROZA, R. L. S. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 603-610, dez. 2015.

CRUZ JUNIOR, G; SILVA, E. M. **A (ciber)cultura corporal no contexto da rede: uma leitura sobre os jogos eletrônicos do século XXI**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 89-104, dezembro. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v32n2-4/07.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

DIORO, T. A. **Entre o ensino e a ressocialização**: práticas de professores de ciências na educação prisional no município do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31103/31103.PDF>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

FALCADE PEREIRA, I. A. ASINELLI LUZ, A. **O espaço prisional: estudos, pesquisas e reflexões de práticas educativas**. Curitiba: APPRIS, 2014. 301 p.

FARIA, B. A. BRACHT, V. **Cultura Escolar, Reconhecimento e Educação Física**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S310-S323, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2135/1093>> Acesso em 20 de jan. 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, P. **Educação como Prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos**. São Paulo: Moderna, 2014.

GIAMBERARDINO, A. R. **Um modelo restaurativo de censura como limite ao discurso punitivo**. 238 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2014.

GOMES, A. W. A. **Oferta educacional em prisões e a modalidade de Educação a Distância**. 2016. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2016\\_18422-oferta-de-educacao-em-prisoas](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2016_18422-oferta-de-educacao-em-prisoas)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HARACEMIV, S. M. C. **Vínculos estabelecidos pelo professor com o Programa Municipal da EJA e a relação-reflexa na formação profissional e pessoal**. Educ.

rev. Curitiba, n. 29, p. 121-140, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602007000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100009) &lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2018.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. 2ª ed. Niterói: Luam, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004**. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/coeficiente\\_brasil.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/coeficiente_brasil.shtm)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

IRELAND. T. D. (Org.). **Educação em prisões**. Em Aberto 86/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 1, n. 1, (nov. 1981- ). – Brasília: O Instituto, 1981- . Indexada em: Bibliografia Brasileira de Educação (BBE)/Inep. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 1-179, nov. 2011. (Publicado em abril de 2012) Disponível em: <[http://www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/educacao\\_em\\_prisoas.pdf](http://www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/educacao_em_prisoas.pdf)> Acesso em 14 jan. 2018.

JULIÃO, E. F. **Política pública de educação penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro**. / Elionaldo Fernandes Julião; orientadora: Rosália Maria Duarte. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2003. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4145@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4145@1)> Acesso 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Educação profissional para jovens e adultos privados de liberdade**. Revista Salto para o Futuro – Secretaria de Educação à distância e Ministério da Educação. Boletim 6, p. 29-33, maio, 2007.

\_\_\_\_\_. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese apresentada a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.bdttd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1345](http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1345)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal**. 2009. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes\\_35/elionaldo.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas**. 2013.

\_\_\_\_\_. PAIVA, J. A leitura no espaço carcerário. **Revista PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 32, n. 1, 111-128, jan./abr. 2014. Disponível em:

<[https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2014v32n1p111/pdf\\_21](https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2014v32n1p111/pdf_21)>. Acesso em: 08 out. 2017.

KENSKI, V. M. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.10, p.47-56, set./dez. 2003. Disponível em: <[http://paginapessoal.utfpr.edu.br/kalinke/grupos-de-pesquisa/novas-tecnologias/grupos-de-pesquisa/pde/pde/pdf/vani\\_kenski.pdf](http://paginapessoal.utfpr.edu.br/kalinke/grupos-de-pesquisa/novas-tecnologias/grupos-de-pesquisa/pde/pde/pdf/vani_kenski.pdf)> Acesso em: 08 maio 2017.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo de informação**. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

LAGE, M. C. Utilização do *software* NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 12, p. 198-226, dez. 2010. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1210/1225>>. Acesso em: 04 set. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEVRE; F.; LEFEVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo – a metodologia do discurso do sujeito coletivo**. 2. ed. Brasília: Liber livro, 2012.

LIMA, J. de O.; ANDRADE, M. N.; DAMASCENO, R. J. de A. **A resistência do professor diante das novas tecnologias**. 2017. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/ptic/aulas/aula\\_1/Lima\\_Jeane\\_Oliveira.pdf](http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/ptic/aulas/aula_1/Lima_Jeane_Oliveira.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2017.

LIVISKI, I. HARACEMIV, S. M. C. DIETRICH, A. M. (Orgs). Educação, Segurança e Cárcere. Edição 17. **Revista de Artes e Humanidades: Contemporâneos**. 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/editorial17-educacao-seguranca-carcere/#>> Acesso 25 jul. 2018.

LUCENA, S. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 59, p. 277-290, jan./mar. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602016000100277&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602016000100277&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MAEYER, M. de. Na prisão existe perspectiva da educação ao longo da vida? Alfabetização e cidadania, **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, n.19, p.17-37, jul. 2006. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja\\_prisao/saltopfuturo\\_edprisonal.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edprisonal.pdf) Acesso em: 05 maio 2017.

MORAES, A. M. MORAES. B. M. RAMOS. V. M. A prática da atividade física no presídio: o que pensam os apenados? V. 12, N. 1, 2014. **E-revista Unioeste. Caderno de Educação Física e Esporte**. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/9794>> Acesso 25 jul. 2018.

MARQUES, J. F. **Tratados de direito penal**. 7. ed. Campinas: Millennium, 1999.

MARTINI, R. M. F. Do quadro negro ao mundo virtual. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 145-174, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/download/6905/4616> Acesso em: 05 maio 2017.

MATOS, T S. NISTA-PICCOLO, V. L. BORGES, M. C. Formação de professores de Educação Física: identidade profissional docente. **Conhecimento & Diversidade**, [S.I.], v. 8, n. 15, p. 47-59, jun. 2016. ISSN 2237-8049. Disponível em: <[https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/2237-8049-2016.5/1718](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/2237-8049-2016.5/1718)>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MONTEIRO, A. M. R.; MOREIRA, J. A.; e LEITE, C. O e-Learning em estabelecimentos prisionais: possibilidades e limites para a inclusão digital e justiça social. **Em Revista Diálogo Educ.**, v. 16, n. 47, p. 77-102, Curitiba, jan./abr., 2016.

MOREIRA, A. F. B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Revista Educação e Sociedade**. v. 21, n. 73, p. 109-138, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000400009)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

NEVES, E. S.; VELARDI, M.; CORREIA, M. S. O profissional da Educação Física no Sistema Prisional brasileiro. **V Encontro ANDHEP**. 2017. Disponível em:<<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/paineis/painel11.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

NEVES. E. S. **A prática da atividade física no Sistema Prisional brasileiro: Algumas iniciativas da educação penitenciária no início do século XX**. SÃO PAULO, SP - BRASIL 2011. Disponível em: <[https://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/2011/162.pdf](https://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2011/162.pdf)> Acesso 12 jun. 2018.

NOVAK, J. D. GOWIN, D. B. **Aprender a aprender**. Lisboa, Editora: Paralelo, 1984.

OLIVEIRA. M. R. N. S. **Do mito da tecnologia ao paradigma tecnológico; a mediação tecnológica nas práticas didático-pedagógicas**. In: Revista Brasileira de Educação, set/ou/nov/dez, 2001, n.18. Reunião anual da ANPED, 24º. Caxambu:

ANPED, p.101-107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a09.pdf>> Acesso em 23 ago. 2018.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar na prisão na visão dos professores: um hiato entre o proposto e o vivido. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 227-244, jun. 2009. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/836/640>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, Aug. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622015000200239&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622015000200239&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Desafio histórico na educação prisional brasileira: Resignificando a formação de professores... um quê de utopia? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 47, p. 205-219, set., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640048/7607>> Acesso em: 05 maio 2017.

\_\_\_\_\_. JULIÃO, E. F. **A Educação na Prisão como Política Pública**: entre desafios e tarefas. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

ONU. Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM. **Regras mínimas para o tratamento dos reclusos**. Adotadas pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegMinTratRec.html>> Acesso em 14 jan. 2018.

PADIAL, K. **Assim não dá! Restringir espaços para EJA**. 2014. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/96/assim-nao-da-restringir-espacos-para-a-eja>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PAIVA, J. **Proposições curriculares na Educação de Jovens e Adultos**: processos de formação continuada de professores como metodologia de pesquisa. In: 25ª Reunião Anual da ANPEd, 2002, Caxambú. Anais da ANPEd, 2002. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AnyVRZ01K-oJ:periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/18991/10538+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PAIVA, J. MACHADO, M. M. IRELAND, T. (Orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. MEC – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=657-vol1ejaelt-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=657-vol1ejaelt-pdf&Itemid=30192)> Acesso 5 ago. 2018.

PARANÁ. **Estatísticas da Educação 2014**. DEPEN. Estatística consolidada Educação Básica. dez/2014. Disponível em: <[http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/2014/geral\\_dez\\_14.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/2014/geral_dez_14.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas da Educação 2014**. DEPEN. Presos Matriculados, 15 de dezembro de 2014. Disponível em: <[http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/2014/matriculados\\_dez\\_14.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/2014/matriculados_dez_14.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas da Educação 2016**. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=245>>. Acesso em: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/planoedu.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos - DCEJA**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_eja.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf)> acesso em 10 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares da Educação Física - DCEF** Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_fis.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_fis.pdf)> acesso em 20 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico: Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos. CEEBJA 1**. Ensino fundamental e Médio. Ponta Grossa, 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico: Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos. CEEBJA 2**. Ensino fundamental e Médio. Curitiba, 2010.

QUADROS, G.; HARACEMIV, S. M. C. **Educação em Direitos Humanos: Qual o sentido?** In: GUÉRIOS, E.; STOLTZ, T. (Orgs.). Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. 304 p. (Coleção Direitos Humanos e Democracia) O Direito à Escola.

REALE, M. **Instituições de Direito Penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ROCHA, B.; WINTERSTEIN, P. J.; AMARAL, S. C. F. Interação social em aulas de Educação Física. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 235-45, 2009.

ROCHA, A. P. **O estado e o direito de punir: a superlotação no sistema penitenciário brasileiro**. 2006. Disponível em: <



<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2217/1/Alexandre%20Pereira%20da%20Rocha.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

RODRIGUES, P. M. *et al.* Práticas cotidianas na docência dos professores do Ensino Médio na EJA: reflexões sobre o processo de legitimação dos saberes. **X Salão de Iniciação Científica** – PUCRS, 2009. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaolC/Ciencias\\_Humanas/Educacao/70664-PATRICIAMENDESRODRIGUES.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaolC/Ciencias_Humanas/Educacao/70664-PATRICIAMENDESRODRIGUES.pdf)> Acesso em: 22 nov. 2017.

RONCARELLI, D. **Pelas Asas de Ícaro: O Reomodo do Fazer Pedagógico.** Construindo uma taxionomia para escolha de Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem – AVEA. Dissertação (Mestrado em Educação e Comunicação)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100912/309190.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 2 set. 2018.

RONCARELLI, D. **ÁGORA:** concepção e organização de uma taxionomia para análise e avaliação de Objetos de Ensino- Aprendizagem. Florianópolis, 2012, 288 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis – SC, 2012. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2012/11/TESE- RONCARELLI-2012-VFF.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ROSENAU, N. R. Contribuições das tecnologias móveis na Educação Física escolar. Produção didático-pedagógica. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.1-20, 2016. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_edfis\\_ufpr\\_nandersonrafaelrosenau.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edfis_ufpr_nandersonrafaelrosenau.pdf)> Acesso em 10 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. SILVA, M. S. Contribuições das tecnologias móveis na Educação Física escolar. Artigo. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.1-20, 2016. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_edfis\\_ufpr\\_nandersonrafaelrosenau.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edfis_ufpr_nandersonrafaelrosenau.pdf)> Acesso em 10 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. *et al.* As tecnologias de comunicação digital como recurso pedagógico na escola. **ANAIS... EDUCERE - Formação de professores: contextos, sentidos e práticas.** Nanderson Rafael Rosenau, Rodrigo Thoaldo da Silva, Alex de Cassio Macedo, Sonia Chaves Haracemiv. Anais EDUCERE XIII Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Champagnat - PUCPR, 2017. p. 14292-14304. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24126\\_12788.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24126_12788.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2017.

SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Ed. Paulus, 2013.

SANTOS, M. A. de M. dos S. A ressocialização do preso no Brasil e suas consequência para a sociedade. **E-civitas. Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH** Belo Horizonte, v. III, n. 1, jul., 2010. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/viewFile/64/39>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SANTOS, S. do S. da S. **A educação escolar no cárcere numa abordagem fenomenológica entrada na pessoa: um novo olhar e sonhar o futuro da pessoa privada de liberdade.** 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/KG1fJU>>. Acesso em 23 nov. 2017.

SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988.** 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2002.

SHAW, G. B. **Vida e Obra.** Music in London 1890-1894, Pen portraits and reviews e Our theatre in the nineties (3 vol). London, 1931. Disponível em: <[https://www.lpm.com.br/site/imprimir.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout\\_autor.asp&AutorID=115](https://www.lpm.com.br/site/imprimir.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=115)> Acesso em 12 jul. 2018.

SILVA, M. **Internet na escola e inclusão.** Belo Horizonte: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf>> Acesso em 28 de Jun de 2017.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias na escola: Internet na escola e inclusão.** In: ALMEIDA, M. E. B. MORAN, J. M. (Orgs). Integração das Tecnologias na Educação/ Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/iniciaissf.pdf>> Acesso em 28 de Jun de 2017.

\_\_\_\_\_. **Tablet, laptop e celular na sala de aula: medo, resistência e ignorância.** Latitude Georreferência, 2014. Disponível em: <<http://www.latitude.org.br/tablet-laptop-e-celular-na-sala-de-aula-medo-resistencia-e-ignorancia/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SILVA, F. R.; PORCARO, R. C.; SANTOS, S. M. **Revisitando estudos sobre a formação do Educador de EJA: as contribuições do campo.** In: SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos (Org.). Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011. Coleção Estudos em EJA.

SOUZA NETO, J. C. SILVA, R. MOURA, R. A. (Orgs.). **Pedagogia social.** São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **Práticas pedagógicas da educação física nos tempos e espaços escolares: a corporalidade como termo ausente?** In: BRACHT, Valter; CRISÓRIO, Ricardo (Orgs.). A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios, perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2003.

TEIXEIRA, C. J. P. **PGM 1 – O papel da educação como programa de reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade: perspectivas e avanços.** In: BRASIL. EJA e Educação Profissional. SEED/MEC. BRASIL. Boletim nº 06, maio 2007 (Salto para o Futuro). Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja\\_prisao/saltopfuturo\\_edpriosional.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edpriosional.pdf)> Acesso em: 08 jan. 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONO, C. C. HARACEMIC, S. M. C. GOMES, M. T. U.(Orgs.) **Vozes do cárcere: paz e não violência em busca de um novo modelo de gestão.** 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

TURCHIELLO, P. **Fundamentos históricos, filosóficos e sociais da educação.** Santa Maria, RS: NTE, 2017. Disponível em: <[https://nte.ufsm.br/images/identidade\\_visual/Fundamentos\\_Histicos\\_Priscila\\_Turchiello.pdf](https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/Fundamentos_Histicos_Priscila_Turchiello.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

UNESCO. United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization. **Educación en Prisiones en Latinoamérica: derechos, libertad y ciudadanía.** ONU - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162643s.pdf>> Acesso em 29 jan. 2018.

VARELLA, D. **Carcereiros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARGAS, S. M. FANTINATO, M. C. de C. B. Formação de professores da educação de jovens e adultos: diversidade, diálogo, autonomia. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 915-931, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=5671>. Acesso em: 06 jun. 2017.

VIEIRA, M. C. Memória, história e experiência: trajetórias de educadores e educadoras de jovens e adultos no Brasil. **Tese de Doutorado**, na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-6VZL86/2000000111.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

WAYDZIK. A. L. **Análise criminológico-crítica da pena de prisão e dos substitutivos penais no Brasil.** Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2014/12/doctrina38215.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2017.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

ZAMPIERI, E. L. *et al.* Linguagem, Aprendizagem e o uso de novas tecnologias a alfabetização de jovens, adultos e idosos. In: **I Reunião Regional Sul dos Encontros Internacionais de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Alfaeeja)**, 2017, Florianópolis. Disponível em: <<https://www.alfaeaja.com/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

## APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

### COLETA DE DADOS DOS DOCENTES DAS UNIDADES PENAIS DO PARANÁ

Caro Professor,

Este é um questionário diagnóstico que visa identificar o perfil e condições de trabalho dos professores que atuam no Sistema Prisional do estado do Paraná. Essa pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Paraná e tem o objetivo de investigar a formação do docente que atua com as práticas de atividades físicas no cárcere para diagnosticar e intervir para a melhoria da formação e das condições de atuação desse profissional.

**Professor (a) da Unidade Penitenciária:** \_\_\_\_\_

#### 1º CAMPO: PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Sexo	Idade	Formação	Ano de Conclusão	Presencial ou EaD?	Tema de Pesquisa
M		Graduação:			
		Especialização:			
		Mestrado:			
		Doutorado:			
Sexo	Idade	Formação	Ano de Conclusão	Presencial ou EaD?	Tema de Pesquisa
F		Graduação:			
		Especialização:			
		Mestrado:			
		Doutorado:			

#### 2º CAMPO INVESTIGATIVO – DESAFIOS E MOTIVAÇÕES PROFISSIONAIS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

2.1 Aponte os principais desafios para atuar como professor de Educação Física no Sistema Prisional.

Desafios	Quais as dificuldades para superar os desafios:

2.2 Aponte as suas motivações para atuar como professor de Educação Física no Sistema Prisional.

MOTIVAÇÕES	Pessoal/Profissional	Social

2.3 Na sua opinião quais as relevâncias na oferta de cursos específicos para a formação continuada de docente de Educação Física que atuam no Sistema Prisional.

Pessoal	Profissional

### 3º CAMPO INVESTIGATIVO: CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO SISTEMA PRISIONAL

3.1 Aponte por ordem numérica de relevância aos aplicativos (App) de tecnologias digitais você utiliza como recurso pedagógico nas aulas de Educação Física.

- Facebook       Twitter       Skype       Viber  
 Whatsapp       Messenger       Instagram  
 Outros- \_\_\_\_\_

3.2 Como o professor avalia o CURRÍCULO e as CONDIÇÕES DE TRABALHO no Sistema Prisional nas Educação Física?

3.3 As Diretrizes Curriculares da Educação Física na Educação Básica apresenta os conteúdos que estruturam o trabalho docente nas aulas de Educação Física, estes conteúdos devem ser relacionados aos elementos articuladores. Indique a (s) ATIVIDADE (S) que você trabalha nas aulas de Educação Física no Sistema Prisional de forma articular os CONTEÚDOS ESTRUTURANTES com os ELEMENTOS ARTICULADORES:

Elementos Articuladores → Conteúdos Estruturantes ↓	CULTURA CORPORAL								
	CORPO	LUDICIDADE	SAÚDE	MUNDO DO TRABALHO	DESPORTIVIZAÇÃO	TÉCNICA E TÁTICA	LAZER	DIVERSIDADE	MÍDIA
ESPORTE									
JOGOS E BRINCADEIRAS									
GINÁSTICA									
LUTAS									
DANÇA									

FONTE: Rosenau; Haracemiv (2018)

3.3.1 Escreva atividades que trabalham os elementos articuladores CORPO e SAÚDE nas aulas de Educação Física:

3.3.2 Escreva atividades que trabalham os elementos articuladores LUDICIDADE e LAZER nas aulas de Educação Física:

3.3.3 Escreva atividades que trabalham os elementos articuladores DESPORTIVIZAÇÃO, TÉCNICA e TÁTICA nas aulas de Educação Física:

3.3.4 Escreva atividades que trabalham os elementos articuladores DIVERSIDADE e MÍDIA nas aulas de Educação Física:

3.3.5 Escreva atividades que trabalham o elemento articulador MUNDO DO TRABALHO nas aulas de Educação Física:

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Prof. Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv e Prof. Nanderson Rafael Rosenau, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, solicitamos autorização para os senhores professores de Educação Física das penitenciárias masculinas do estado do Paraná para participar de um estudo intitulado "TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS NO CÂRCERE" que será um curso de formação dos para os professores por meio de tecnologias digitais. O estudo é importante para observarmos as possibilidades das tecnologias digitais como recurso pedagógico para a formação dos professores de Educação Física das penitenciárias masculinas do estado do Paraná.

a) O objetivo desta pesquisa é investigar como as tecnologias digitais contribuem nas práticas de atividades físicas no cárcere desenvolvendo as quatro dimensões: educação, saúde, lazer e esporte.

b) Com esta pesquisa tentaremos promover um curso de formação para os professores de educação física das penitenciárias masculinas do estado do Paraná por meio do uso de tecnologias digitais almejando contribuir com o desenvolvimento de atividades físicas utilizando as tecnologias digitais como recurso pedagógico visando contribuir com os cuidados com a saúde dos sujeitos privados de liberdade.

c) Para tanto, caso o senhor concorde com essa participação, deverá assinar este termo.

d) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser: Esta pesquisa envolve seres humanos diretamente e tem como foco a formação dos professores de educação física das penitenciárias masculinas do estado do Paraná utilizando as tecnologias digitais como recurso pedagógico, os professores além de participar do curso online, irão responder questionário no início da pesquisa e ao término da pesquisa, também irão realizar pelo menos 3 práticas sugeridas no curso com os alunos-presos, que são os sujeitos privados da liberdade. Portanto, pode envolver alguns riscos como: desconforto, constrangimento e retraimento em casos como depoimentos dos professores sobre suas experiências de trabalho e também nos casos em que os alunos-presos se recusarem a participar das atividades físicas propostas.

e) O interesse para estudo sobre este tema originou-se por meio de informações que indicam condições precárias dos sujeitos que vivem em cárcere. Atualmente há carência de propostas que possam inovar a prática de atividades físicas em sistema prisional. Observa-se a necessidade de investir na formação continuada dos professores que atuam com as práticas de atividades físicas em sistema prisional.

O benefício esperado com essa pesquisa é propiciar a formação continuada do professor, por meio das tecnologias digitais, para desenvolver as quatro dimensões: educação; saúde; lazer e esporte. Acredita-se que esta formação pode contribuir com a saúde dos alunos-presos e conscientizar a importância da prática de atividades físicas para manutenção de sua saúde e diminuindo o índice de sedentarismo dentro do Sistema Prisional. No entanto, o professor nem sempre será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas estará contribuindo para o avanço científico, podendo ser beneficiado no futuro.

Rubricas: Professor Participante da Pesquisa:  
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE:  
Orientadora:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD  
Rua Padre Camargo, 285 | Térreo | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br -  
telefone (041) 3360-7259

APROVADO PELA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA  
EM SERES HUMANOS DO SETOR DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE/UFPR.  
PARECER CEP/SD-PB, nº 218/16 O6  
na data de 21/07/2017



f) Dúvidas com relação ao estudo ou aos riscos relacionados a ele, você deve contatar o pesquisador Nanderson Rafael Rosenau, professor de Educação Física, no email: [nanderson.ctba@gmail.com](mailto:nanderson.ctba@gmail.com), ou no celular: 999929393 e a Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv, professora da UFPR, celular: 992339612, e-mail: [sharacemiv@gmail.com](mailto:sharacemiv@gmail.com).

O pesquisador Nanderson Rafael Rosenau também poderá ser contatado no Colégio Estadual Dona Branca do Nascimento Miranda, Endereço: Rua Jorge Bonn, 460 - Tingui, Curitiba - PR, Cep: 82.600-290, Fone: (41) 3356-0638 e a Pesquisadora professora Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv no Setor de Educação da UFPR, Rua General Carneiro, 460, Alto da XV, sala 506-A, de segunda à sexta feira.

g) Seu consentimento para a realização deste estudo é voluntário e se o senhor não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

h) As informações relacionadas ao estudo serão conhecidas somente pelos responsáveis pela pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **identidade do participante seja preservada e seja mantida a confidencialidade**.

i) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e com a participação no estudo o senhor não receberá qualquer valor em dinheiro. Terá a garantia de que problemas como: desconforto, constrangimento e retraimento que possa ocorrer no curso de formação, decorrentes do estudo, serão tratados na própria plataforma de acesso ao curso.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper a participação a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu entendi o que será feito durante a pesquisa e fui informado que não irá onerar custos para mim se apresentar algum problema dos relacionados no item "i".  
Eu concordo voluntariamente participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do professor participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv, Orientadora,  
Pesquisadora Principal

\_\_\_\_\_  
Nanderson Rafael Rosenau, Pesquisador Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD  
Rua Padre Camargo, 285 | Térreo | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br) -  
telefone (041) 3360-7259

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa  
em Seres Humanos do Setor de Ciências da  
Saúde/UFPR.  
Parecer CEP/SD-PB nº 218/16 06  
na data de 21/07/2017 dr.

## APÊNDICE C - PROPOSTA DE CURSO DE EXTENSÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ PRÓ-REITORIA DE  
EXTENSÃO E CULTURA COORDENADORIA DE  
EXTENSÃO

### PROPOSTA DE CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Resolução n. 72/11 - CEPE

#### IDENTIFICAÇÃO

<b>TÍTULO</b>			
Tecnologias digitais: recursos pedagógicos nas atividades de Educação Física no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná			
<b>DATA INÍCIO</b>		<b>DATA FIM</b>	
23/11/2017		15/12/2017	
<b>PROGRAMA/PROJETO DE EXTENSÃO VINCULADO</b>			
ESTE CURSO DE EXTENSÃO É ISOLADO			
<b>UNIDADE ORGANIZACIONAL</b>			
DTPEN - Departamento de Teoria e Prática de Ensino			
<b>PÚBLICO ALVO</b>			
Professores de Educação Física de 7 penitenciárias do estado do Paraná, sendo: Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Londrina e Maringá.			
<b>ÁREA TEMÁTICA</b>			
IV - EDUCAÇÃO			
<b>C.H. DISTÂNCIA</b>	<b>C.H. PRÁTICA</b>	<b>C.H. TEÓRICA</b>	<b>C.H. TOTAL</b>
44	20	16	80
<b>VAGAS ALUNOS</b>	<b>VAGAS SERVIDORES</b>	<b>VAGAS COMUNIDADE</b>	<b>VAGAS TOTAL</b>
8	4	30	42
<b>VALOR ALUNOS</b>		<b>VALOR SERVIDORES</b>	<b>VALOR COMUNIDADE</b>
0,00		0,00	0,00
<b>LINHAS DE EXTENSÃO</b>			
20. Formação docente			
29. Jovens e adultos			
47. Tecnologia da informação			

<b>COORDENADOR</b>	
NOME:	SONIA MARIA CHAVES HARACEMIV
UNIDADE:	DTPEN - Departamento de Teoria e Prática de Ensino
EMAIL:	sharacemiv@ufpr.br
TELEFONE:	(41)3360-5149   (41)9233-9612
<b>VICE-COORDENADOR</b>	
NOME:	
UNIDADE:	
EMAIL:	
TELEFONE:	

**PROPOSTA**

<b>RESUMO/PROGRAMAÇÃO</b>
<p>O Curso de formação continuada para professores de Educação Física em sistemas penitenciários está organizado em 5 módulos e possui carga-horária total de 80h. Será ofertado no período de 07/10/2017 a 10/12/2017 na modalidade a distância por meio da plataforma Moodle do CIPEAD/UFPR.</p> <p>Módulos e Carga-Horária por Módulo  1 - O princípio da dignidade humana e suas relações com a saúde física e mental do discente privado de liberdade (15h). 2 - Introdução as dimensões das atividades físicas no cárcere: Educação, Saúde e Lazer (15h).  3 - Formação do professor e a prática da Educação Física em sistemas penitenciários (15h).  4 -Tecnologias digitais como recurso pedagógico do professor de Educação Física em sistemas penitenciários (15h). 5 - Práticas pedagógicas para atividades físicas no cárcere (20h).</p> <p>O presente projeto, de abrangência estadual paranaense, possui caráter interinstitucional, tem como proponente a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com o Departamento Penitenciário do Estado Paraná (DEPEN/PR), e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). O projeto Tecnologias digitais: recursos pedagógicos nas atividades de Educação Física no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná objetiva analisar as contribuições das tecnologias digitais para a formação de professores de EJA que atuam no cárcere com práticas de atividades físicas, constituído por processo de formação do professor de modo a possibilitar a elaboração e aplicação de tecnologias pedagógicas capazes de atender as necessidades dos discentes privados de liberdade e refletir criticamente em torno das políticas públicas de educação como também sobre as dificuldades apresentadas no processo de ensino e aprendizagem. Isso significa que os docentes envolvidos no trabalho, poderão contribuir com suas experiências e conhecimentos para aperfeiçoar as metodologias de ensino e os recursos pedagógicos tecnológicos.</p>
<b>OBJETIVO GERAL</b>
<p>Analisar as contribuições das tecnologias digitais na formação de professores de EJA que atuam no cárcere com práticas de atividades físicas.</p>

## APÊNDICE D - PROTOCOLO DE REGISTRO DOS CONTATOS REALIZADOS

PROTOCOLO DE REGISTRO				
Procedimentos para coleta de dados				
DATA	TIPO DE CONTATO	LOCAL - SETOR	RELATO DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE	RESPOSTA OBTIDA
20/01/2017	E-mail, telefone e entrega de documentos pessoalmente.	DEPEN	Apresentação do projeto de pesquisa para solicitar autorização da pesquisa com os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR.	Autorização efetivada em março de 2017
20/02/2017	E-mail, telefone e entrega de documentos pessoalmente.	SEED - PR	Apresentação do projeto de pesquisa para solicitar autorização da pesquisa com os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR.	Autorização efetivada em maio de 2017
06/06/2017	Submissão de projeto de pesquisa na Plataforma Brasil.	CEP-UFPR	Apresentação do projeto de pesquisa para aprovação do Comitê de ética em Pesquisa da UFPR.	Autorização efetivada em julho de 2017
07/08/2017	Envio da proposta de Curso de Extensão pelo SIGEU da UFPR.	SIGEU-CIPEAD-UFPR	Submissão da proposta do curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e público interno.	Autorização efetivada em setembro de 2017
18/09/2017	E-mail e telefone institucional.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	1º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Autorização efetivada verbalmente via fone e prometido que seria enviado convite aos professores.
02/10/2017	E-mail, telefone e mensagens no whatsapp.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	2º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Um docente respondeu o questionário online.
22/10/2017	E-mail institucional, E-mail particular, telefone e mensagens no whatsapp.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	3º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Não houve respostas no questionário online.
06/11/2017	E-mail institucional, E-mail particular, telefone e mensagens no whatsapp.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	4º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	A gestão de 2 CEEBJAS informou que os professores se recusaram a responder por estarem sentindo-se injustiçados com as mudanças implantadas pelo pacote de limitações financeiras do governo atual.
27/11/2017	E-mail institucional, E-mail particular, telefone e mensagens no whatsapp.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	5º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Não houve respostas no questionário online.
11/12/2017	E-mail institucional, E-mail particular, telefone e mensagens no WhatsApp.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	6º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Não houve respostas no questionário online.
19/02/2018	E-mail e telefone institucional.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao	7º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do	Não houve respostas no questionário online.

		Sistema Prisional do estado do PR.	sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	
26/03/2018	E-mail e telefone institucional.	Equipe pedagógica CEEBJAS	8º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Não houve respostas no questionário online. Por telefone entrei em contato com a equipe pedagógica pedindo por favor para os professores responderem o questionário e a importância do desenvolvimento da pesquisa.
09/04/2018	E-mail e telefone institucional.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	9º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Não houve respostas no questionário online. Por telefone entrei em contato com a equipe pedagógica pedindo por favor para os professores responderem o questionário e a importância do desenvolvimento da pesquisa.
16/04/2018	E-mail e telefone institucional.	Equipe pedagógica dos sete CEEBJAS que atendem ao Sistema Prisional do estado do PR.	10º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Não houve respostas no questionário online. Por telefone entrei em contato com a equipe pedagógica pedindo por favor para os professores responderem o questionário e a importância do desenvolvimento da pesquisa.
23/04/2018	E-mail e telefone institucional.	Equipe pedagógica CEEBJAS	11º Convite para participação no curso de extensão a ser ofertado pelo moodle da CIPEAD-UFPR para os professores de Educação Física do sistema penitenciário do PR e convite para participação na pesquisa.	Não houve respostas no questionário online. Por telefone entrei em contato com a equipe pedagógica pedindo por favor para os professores responderem o questionário e a importância do desenvolvimento da pesquisa.
07/05/2018	E-mail e telefone institucional.	Equipe pedagógica CEEBJAS	12º Convite para responder ao instrumento de pesquisa. (Desistência da oferta do curso de extensão devido ao prazo extrapolado.)	Não houve respostas no questionário online. Entrei em contato com a gestão do DEPEN para pedir ajudasse por meio da secretaria de educação na divulgação e pedido para os professores responderem ao questionário.
11/06/2018	E-mail institucional, E-mail particular e telefone.	Direção CEEBJA's	13º Convite para responder ao instrumento de pesquisa.	Os três gestores que responderam informaram que não poderiam obrigar os docentes a participar da pesquisa.
25/06/18	Visita pessoalmente ao CEEBJA 2. e ligação via fone ao CEEBJA 1.	Direção CEEBJA's	14º Convite para responder ao instrumento de pesquisa. Pedido de envio do PPP dos CEEBJA's 1 e 2.	Dois docentes enviaram mensagem afirmando que já haviam visto o instrumento, mas como estava muito complexo e extenso, preferiram não participar.
04/07/18	Visita pessoalmente ao CEEBJA 2.	Docente de Educação Física na Sala dos Professores	Este docente preferiu responder ao questionário como se fosse uma conversa gravada ao invés de resposta por escrito.	Foi o formato de coleta de dados que mais forneceu informações para a pesquisa.
06 e 07/07/18	Via e-mail e redes sociais.	Docentes de Educação Física	Com um dos docentes foi realizado o contato via redes sociais por meio do aplicativo do messenger, este informou que não havia recebido mais informações sobre a pesquisa depois da primeira tentativa em setembro de 2017.	Recebimento de respostas de dois docentes ao questionário por meio de formulário do google.
09/07/18	E-mail e telefone institucional.	CEEBJAS 1 e 2	Lembrete do pedido de envio do PPP dos CEEBJA's 1 e 2.	Não houve retorno.
23/07/18	Telefone institucional.	CEEBJAS 1 e 2	Lembrete do pedido de envio do PPP dos CEEBJA's 1 e 2.	Recebimento do PPP por e-mail do CEEBJA 1 em 27/07/18 e do CEEBJA 2 em 30/07/18.

**ANEXO A - AUTORIZAÇÃO SEED-PR**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO



PROTOCOLO Nº 14.656.803-3

Curitiba, 28 de junho de 2017

**DECLARAÇÃO**

Senhor Coordenador:

Declaramos que esta Superintendência de Educação está de acordo com a condução do projeto de pesquisa intitulado "Tecnologias Digitais nas Práticas de Atividades Físicas no Cárcere", a ser realizada pelo acadêmico Nanderson Rafael Rosenau, do curso de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Paraná - UFPR, para realização de pesquisa com Professores de Educação Física que atuam em penitenciárias masculinas, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Maria Chaves Haracemiv, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Note-se que a presente pesquisa deve seguir a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e complementares.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ines Carnieletto".

Ines Carnieletto  
**Superintendente da Educação**  
**Decreto nº 6186/17**

SUED/CG

Av. Água Verde, 2140 – Vila Isabel – CEP: 80240-900 – Curitiba – Paraná – (41) 3340-1700

**ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DEPEN-PR**

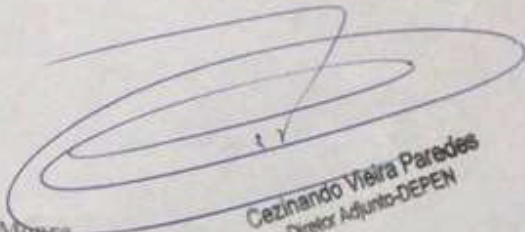
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIÁRIA DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN  
ASSESSORIA DE PROJETOS  
Fone (41) 3294 2564 – e-mail: projetos@depen.jdspep.pr.gov.br

**DECLARAÇÃO**

Declaro que este Departamento autoriza a realização do projeto de pesquisa intitulado **TECNOLOGIAS NAS PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS NO CÁRCERE** com a finalidade de implementar projetos que pretendem incentivar as práticas de atividades físicas para os espaços prisionais, elaborado pelo aluno de Mestrado **Nanderson Rafael Rosenau** da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 14 de junho de 2017

Luiz Alberto Cartaxo Moura  
Diretor DEPEN-PR



Cezinando Vieira Parodi  
Diretor Adjunto-DEPEN

## ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS NO CÁRCERE

**Pesquisador:** Sonia Maria Chaves Haracemiv

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 69797817.3.0000.0102

**Instituição Proponente:** PPGE:Teoria e Prática de Ensino -Mestrado Profissional

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.181.606

#### Apresentação do Projeto:

Título do Projeto

Tecnologias digitais nas práticas de atividades físicas no cárcere

Pesquisadora Principal

(Orientadora)

Profª Drª Sonia Maria Chaves Haracemiv

CV: <http://lattes.cnpq.br/1257464125778276>

E-mail: [sharacemiv@gmail.com](mailto:sharacemiv@gmail.com)

Fone: 41 992339612

Pesquisador Responsável

(Mestrando) Nanderson Rafael Rosenau

CV: <http://lattes.cnpq.br/9331805465266691>

E-mail: [nanderson.ctba@gmail.com](mailto:nanderson.ctba@gmail.com)

Fone: 41 999929393

Instituição de Ensino UFPR

Participantes (Respondentes) Professores de Educação Física da SEED PR que atuam em penitenciárias masculinas do estado do Paraná

Instituições Co-Participantes (Pesquisa de Campo)

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**CEP:** 80.080-240

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -



Continuação do Parecer: 2.181.606

SEED-PR / DEPEN – Penitenciárias masculinas do Estado do Paraná

Período da Pesquisa

Pesquisa de Campo 01/09/2017 a 15/12/2017

Pesquisa Total 08/2016 a 08/2018

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivos da pesquisa

**1.1 Geral**

Analisar as contribuições das tecnologias digitais para a formação de professores de EJA que atuam no cárcere com práticas de atividades físicas.

**1.2 Específicos**

Diagnosticar o perfil dos professores que atuam no cárcere;

Conceber curso a distância para formação pedagógica dos professores de educação física das penitenciárias masculinas;

Aplicar curso a distância de formação pedagógica em tecnologias digitais para os professores de educação física das penitenciárias masculinas, com carga horária de 80h;

Verificar as contribuições e desafios das tecnologias digitais para a formação de professores de EJA que atuam no sistema prisional com práticas de atividades físicas;

Constituir premissas para organização de cursos a distância para formação pedagógica dos professores de educação física das penitenciárias masculinas.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Esta pesquisa envolve seres humanos diretamente e tem como foco a formação dos professores de educação física das penitenciárias masculinas do estado do Paraná utilizando as tecnologias digitais como recurso pedagógico, os professores além de participar do curso online, irão responder questionário no início da pesquisa e ao término da pesquisa, também sugere-se a aplicação de pelo menos 3 práticas apresentadas no curso com os educandos, que são os alunos-presos. Portanto, pode envolver alguns riscos como: desconforto, constrangimento e retraimento em casos como depoimentos dos professores sobre suas experiências de trabalho e também nos casos em que os alunos-presos se recusarem a participar das atividades físicas propostas.

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**CEP:** 80.060-240

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

**UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -**



Continuação do Parecer: 2.181.606

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é relevante e necessária no contexto em que se insere.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

De acordo.

**Recomendações:**

Não se aplica.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Conforme o pesquisador atendeu às recomendações anteriormente registradas, consideramos o projeto aprovado.

- É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa (Carta Circular nº. 003/2011 CONEP/CNS).

Favor agendar a retirada do TCLE pelo telefone 41-3360-7259 ou por e-mail [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br), necessário informar o CAAE.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: [www.cometica.ufpr.br](http://www.cometica.ufpr.br) (obrigatório envio)

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_939749.pdf	13/07/2017 20:24:06		Aceito

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 265 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**CEP:** 80.060-240

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)

**UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -**



Continuação do Parecer: 2.181.606

Outros	CARTA_SIMPLES_CORRECOES_PEN DENCIA_PROJETO.docx	13/07/2017 20:23:20	Nanderson Rosenau	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	17_NANDERSON_PROJETO_DE_PES QUISA_COMITE_ETICA_VERSAO2_C ORRIGIDO.doc	13/07/2017 20:16:08	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Outros	6B_NANDERSON_Coparticipante2.pdf	06/07/2017 21:47:52	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Outros	6A_NANDERSON_Coparticipante1.pdf	06/07/2017 21:43:02	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Pesquisadores	11_NANDERSON_Mod11_TermoUsoDa dosArquivo.pdf	14/06/2017 18:38:16	Nanderson Rosenau	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	13_NANDERSON_Mod13_TCLE_Term oConsentimento.docx	13/06/2017 03:49:12	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	15_NANDERSON_PROJETO_DE_PES QUISA_COMITE_ETICA.doc	13/06/2017 03:40:25	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Folha de Rosto	14_NANDERSON_FolhaDeRosto.pdf	13/06/2017 03:38:12	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Pesquisadores	12_NANDERSON_Mod12_Responsabili dadeProjeto.pdf	12/06/2017 15:46:41	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Pesquisadores	10_NANDERSON_Mod9_TermoInicioPe squisa.pdf	12/06/2017 15:45:53	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Pesquisadores	9_NANDERSON_Mod8_UsoMaterial.pdf	12/06/2017 15:45:18	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Pesquisadores	8_NANDERSON_Mod7_PublicarResulta dos.pdf	12/06/2017 15:44:48	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Pesquisadores	7_NANDERSON_Mod6_TermoConfiden cialidade.pdf	12/06/2017 15:43:54	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	5_NANDERSON_Mod3_ConcordanciaS ervicos.pdf	12/06/2017 15:05:06	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Outros	4_NANDERSON_Mod2_AnaliseMeritoCi entifico.pdf	12/06/2017 15:04:23	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Declaração de Pesquisadores	3_NANDERSON_Mod1_OficioPesquisa dorCep.pdf	12/06/2017 15:03:09	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Outros	2_NANDERSON_Atacolegiado.pdf	12/06/2017 15:01:19	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito
Outros	1_NANDERSON_CheckList.pdf	12/06/2017 15:00:31	Sonia Maria Chaves Haracemiv	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo  
**Bairro:** Alto da Glória  
**UF:** PR **Município:** CURITIBA

**CEP:** 80.060-240

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ -



Continuação do Parecer: 2.181.606

CURITIBA, 21 de Julho de 2017

---

**Assinado por:**  
**IDA CRISTINA GUBERT**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

**Bairro:** Alto da Glória

**UF:** PR

**Município:** CURITIBA

**CEP:** 80.060-240

**Telefone:** (41)3360-7259

**E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

## ANEXO D - CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AValiação
Esporte	Coletivos Individuais Radicais	<p>Recorte histórico delimitando tempos e espaços.</p> <p>Analisar a possível relação entre o Esporte de rendimento X qualidade de vida.</p> <p>Análise dos diferentes esportes no contexto social e econômico.</p> <p>Estudar as regras oficiais e sistemas táticos.</p> <p>Organização de campeonatos, torneios, elaboração de Súmulas e montagem de tabelas, de acordo com os sistemas diferenciados de disputa (eliminatória simples, dupla, entre outros).</p> <p>Análise de jogos esportivos e confecção de Scalt.</p> <p>Provocar uma reflexão acerca do conhecimento popular X conhecimento científico sobre o fenômeno Esporte.</p> <p>Discutir e analisar o Esporte nos seus diferenciados aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* enquanto meio de Lazer.</li> <li>* sua função social.</li> <li>* sua relação com a mídia.</li> <li>* relação com a ciência.</li> <li>* doping e recursos ergogênicos e esporte alto rendimento.</li> <li>* nutrição, saúde e prática esportiva.</li> </ul> <p>Analisar a apropriação do Esporte pela Indústria Cultural.</p>	<p>Organizar e vivenciar atividades esportivas, trabalhando com construção de tabelas, arbitragens, súmulas e as diferentes noções de preenchimento.</p> <p>Apropriação acerca das diferenças entre esporte da escola, o esporte de rendimento e a relação entre esporte e lazer.</p> <p>Compreender a função social do esporte.</p> <p>Reconhecer a influência da mídia, da ciência e da indústria cultural no esporte.</p> <p>Compreender as questões sobre o doping, recursos ergogênicos utilizados e questões relacionadas a nutrição.</p>
Jogos e brincadeiras	Jogos de tabuleiro Jogos dramáticos Jogos cooperativos	<p>Analisar a apropriação dos Jogos pela Indústria Cultural.</p> <p>Organização de eventos.</p> <p>Analisar os jogos e brincadeiras e suas possibilidades de fruição nos espaços e tempos de lazer.</p> <p>Recorte histórico delimitando tempo e espaço.</p>	<p>Reconhecer a apropriação dos jogos pela indústria cultural, buscando alternativas de superação.</p> <p>Organizar atividades e dinâmicas de grupos que possibilitem aproximação e considerem individualidades.</p>
Dança	Danças folclóricas Danças de salão Danças de rua	<p>Possibilitar o estudo sobre a Dança relacionada a expressão corporal e a diversidade de culturas.</p> <p>Analisar e vivenciar atividades que representem a diversidade da dança e seus diferenciados ritmos.</p> <p>Compreender a dança como mais uma possibilidade de dramatização e expressão corporal.</p> <p>Estimular a interpretação e criação coreográfica.</p> <p>Provocar a reflexão acerca da apropriação da Dança pela Indústria Cultural.</p> <p>Organização de Festival de Dança.</p>	<p>Conhecer os diferentes passos, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros.</p> <p>Reconhecer e aprofundar as diferentes formas de ritmos e expressões culturais, por meio da dança.</p> <p>Discutir e argumentar sobre a apropriação das danças pela indústria cultural.</p> <p>Criação e apresentação de coreografias</p>

Continuar

Continuação

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AValiação
Ginástica	Ginástica artística / olímpica Ginástica de Condicionamento Físico Ginástica geral	Analisar a função social da ginástica. Apresentar e vivenciar os fundamentos da ginástica. Pesquisar a interferência da Ginástica no mundo do trabalho (ex. laboral). Estudar a relação entre a Ginástica X sedentarismo e qualidade de vida. Por meio de pesquisas, debates e vivências práticas, estudar a relação da ginástica com: tecido muscular, resistência muscular, diferença entre resistência e força; tipos de força; fontes energéticas, frequência cardíaca, fonte metabólica, gasto energético, composição corporal, desvios posturais, LER, DORT, compreensão cultural acerca do corpo, apropriação da Ginástica pela Indústria Cultural entre outros. Analisar os diferentes métodos de avaliação e estilos de testes físicos, assim como a sistematização e planejamento de treinos. Organização de festival de ginástica.	Organizar eventos de ginástica, na qual sejam apresentadas as diferentes criações coreográficas ou seqüência de movimentos ginásticos elaborados pelos alunos. Aprofundar e compreender as questões biológicas, ergonômicas e fisiológicas que envolvem a ginástica. Compreender a função social da ginástica. Discutir sobre a influência da mídia, da ciência e da indústria cultural na ginástica. Compreender e aprofundar a relação entre a ginástica e trabalho.
Lutas	Lutas com aproximação Lutas que mantêm à distância Lutas com instrumento mediador Capoeira	Pesquisar, estudar e vivenciar o histórico, filosofia, características das diferentes artes marciais, técnicas, táticas/estratégias, apropriação da Luta pela Indústria Cultural, entre outros. Analisar e discutir a diferença entre Lutas x Artes Marciais. Estudar o histórico da capoeira, a diferença de classificação e estilos da capoeira enquanto jogo/luta/dança, musicalização e ritmo, ginga, confecção de instrumentos, movimentação, roda etc.	Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes manifestações das lutas. Compreender a diferença entre lutas e artes marciais, assim como a apropriação das lutas pela indústria cultural. Apropriar-se dos conhecimentos acerca da capoeira como: diferenciação da mesma enquanto jogo/dança/luta, seus instrumentos musicais e movimentos básicos. Conhecer os diferentes ritmos, golpes, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros. Organizar um festival de demonstração, no qual os alunos apresentem os diferentes tipos de golpes.

FONTE: PARANÁ (2008, p. 89)

## ANEXO E - ELEMENTOS ARTICULADORES DOS CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### 2.1 ELEMENTOS ARTICULADORES DOS CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Visando romper com a maneira tradicional como os conteúdos têm sido tratados na Educação Física, faz-se necessário integrar e interligar as práticas corporais de forma mais reflexiva e contextualizada, o que é possível por meio dos Elementos Articuladores<sup>17</sup>.

Tais elementos não podem ser entendidos como conteúdos paralelos, nem tampouco trabalhados apenas teoricamente e/ou de maneira isolada. Como articuladores dos conteúdos, podem transformar o ensino da Educação Física na escola, respondendo aos desafios anteriormente descritos.

Nestas Diretrizes, propõem-se os seguintes elementos articuladores:

- Cultura Corporal e Corpo;
- Cultura Corporal e Ludicidade;
- Cultura Corporal e Saúde;
- Cultura Corporal e Mundo do Trabalho;
- Cultura Corporal e Desportivização;
- Cultura Corporal – Técnica e Tática;
- Cultura Corporal e Lazer;
- Cultura Corporal e Diversidade;
- Cultura Corporal e Mídia.

<sup>17</sup> A proposta dos Elementos Articuladores se aproxima daquilo que Pistrak (2000) denomina por Sistema de Complexos Temáticos, isto é, aquilo que permite ampliar o conhecimento da realidade estabelecendo relações e nexos entre os fenômenos sociais e culturais. A organização do trabalho pedagógico através de um sistema de complexo temático garante uma compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético pelo qual se estudam os fenômenos ou temas articulados entre si e com nexos com a realidade atual mais geral, numa interdependência transformadora. O complexo, segundo Pistrak (2000), deve estar embasado no plano social, permitindo aos estudantes, além da percepção crítica real, uma intervenção ativa na sociedade, com seus problemas, interesses, objetivos e ideais.

FONTE: PARANÁ, (2008, p. 53)

